

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
FACULDADE DE ESTUDOS SOCIAIS – FES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM REDE
NACIONAL - PROFIAP

GEOVANE FRANCO ALFONSO

FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS ALINHADAS AO
PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO DA CIDADE DE MANAUS, BRASIL

MANAUS - AM

2026

GEOVANE FRANCO ALFONSO

**FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS ALINHADAS AO
PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO DA CIDADE DE MANAUS, BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), como requisito para a obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

Linha de Pesquisa: Políticas Públicas

Orientador: Prof. Dr. Jurandir Moura Dutra

MANAUS - AM

2026

Ficha Catalográfica

Elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

A388f Alfonso, Geovane Franco
 Formulação de políticas públicas ambientais alinhadas ao
 planejamento orçamentário da cidade de Manaus, Brasil / Geovane
 Franco Alfonso. - 2026.
 120 f. : il., color. ; 31 cm.

 Orientador(a): Jurandir Moura Dutra.
 Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Amazonas,
 Programa de Pós-Graduação em Administração Pública em Rede
 Nacional, Manaus, 2026.

 1. Políticas Públicas Ambientais. 2. Planejamento Orçamentário.
 3. Organizações da Sociedade Civil. 4. Governança Ambiental. I.
 Dutra, Jurandir Moura. II. Universidade Federal do Amazonas.
 Programa de Pós-Graduação em Administração Pública em Rede
 Nacional. III. Título

GEOVANE FRANCO ALFONSO

**FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS ALINHADAS AO
PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO DA CIDADE DE MANAUS, BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), como requisito para a obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jurandir Moura Dutra – Orientador
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
(Orientador)

Prof. Dra. Darlene Teixeira Castro
Universidade Federal do Tocantins - UFT
(Membro interno)

Prof. Dr. Salomão Franco Neves
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
(Membro externo)

Manaus, 15 de junho de 2026.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter sido meu sustento, minha força e meu refúgio em todos os momentos desta caminhada. Toda honra e toda glória pertencem a Ele.

À minha mãe, Dona Cida, por ser meu maior exemplo de amor, dedicação e força. Seu apoio incondicional e suas orações foram fundamentais para que eu nunca desistisse dos meus sonhos.

Aos meus irmãos, Rafa, Kelly, Suka, Michelly e Lais, pelo carinho, incentivo e por compreenderem minha ausência em tantos momentos dedicados a este mestrado.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Jurandir Moura Dutra, pela confiança, pelos ensinamentos, pela disponibilidade e pela orientação firme ao longo de toda esta pesquisa. Sua experiência, paciência e compromisso foram essenciais para o desenvolvimento deste trabalho e para meu crescimento como pesquisador.

Aos colegas do PROFIAP, pela convivência, pelas trocas de experiências e pelas discussões enriquecedoras.

Aos meus amigos Aline, Brenda, Douglas e Wander, por estarem ao meu lado durante este período de intensa dedicação ao mestrado. Obrigado pelo incentivo, pelas palavras de apoio, pela compreensão nos momentos de ausência e por celebrarem comigo cada conquista alcançada. A presença direta/indireta e o apoio de vocês tornaram esta caminhada mais leve e significativa.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), pela concessão da bolsa de estudos, cujo apoio financeiro foi fundamental para a realização deste mestrado e para o desenvolvimento desta pesquisa.

Por fim, agradeço a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para esta conquista.

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar a influência das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) ambientais na formulação de políticas públicas ambientais e no processo de planejamento orçamentário municipal da cidade de Manaus-AM, considerando os ciclos do Plano Plurianual 2018–2021 e 2022–2025. O estudo insere-se na linha de pesquisa Políticas Públicas do Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP) e fundamenta-se no Modelo Societal da Administração Pública, articulado aos estudos sobre participação social, governança ambiental, formulação de políticas públicas e planejamento orçamentário. Trata-se de uma pesquisa aplicada, de abordagem qualitativa, com objetivos descritivo e exploratório, desenvolvida por meio de estudo de caso. Os dados foram obtidos por entrevistas semiestruturadas com representantes de 11 Organizações da Sociedade Civil ambientais atuantes em Manaus-AM e analisados mediante Análise de Conteúdo Temática, apoiada pelo software I RaMuTeQ. Os resultados evidenciaram que as OSCs exercem influência principalmente na mobilização social, na formulação, discussão e acompanhamento das políticas públicas ambientais, porém essa atuação ocorre de forma limitada quanto à capacidade de influenciar os processos formais de planejamento orçamentário municipal. Também foram identificadas limitações relacionadas à comunicação institucional, transparência, abertura estatal e articulação entre sociedade civil e poder público. Como resultado aplicado, foi desenvolvido o Produto Técnico-Tecnológico PGAM – Plataforma de Governança Ambiental de Manaus, concebido para apoiar a comunicação institucional, ampliar a transparência e fortalecer a participação das OSCs na governança ambiental municipal. A originalidade da pesquisa reside na articulação entre participação das OSCs, políticas públicas ambientais e planejamento orçamentário municipal, temática ainda pouco explorada de forma integrada na literatura nacional. Os resultados apresentam potencial de impacto científico, ao ampliar o conhecimento sobre governança participativa; organizacional, ao subsidiar a atuação das OSCs e da administração pública municipal; e de políticas públicas, ao oferecer uma ferramenta voltada ao fortalecimento da transparência, da participação social e da governança ambiental.

Palavras-chave: Políticas Públicas Ambientais; Planejamento Orçamentário; Organizações da Sociedade Civil; Governança Ambiental.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the influence of Environmental Civil Society Organizations (CSOs) on the formulation of environmental public policies and the municipal budget planning process in the city of Manaus, Amazonas, Brazil, considering the 2018–2021 and 2022–2025 Multi-Year Plan (PPA) cycles. The research is situated within the Public Policy research line of the Professional Master's Program in Public Administration (PROFIAP) and is grounded in the Societal Model of Public Administration, articulated with studies on social participation, environmental governance, public policy formulation, and public budget planning. This is an applied qualitative study with descriptive and exploratory objectives, conducted through a case study approach. Data were collected through semi-structured interviews with representatives of 11 environmental Civil Society Organizations operating in Manaus and analyzed using Thematic Content Analysis supported by the IRaMuTeQ software. The findings revealed that CSOs primarily influence social mobilization, the formulation, discussion, and monitoring of environmental public policies; however, their influence on formal municipal budget planning processes remains limited. The study also identified constraints related to institutional communication, transparency, governmental openness, and coordination between civil society and public authorities. As an applied outcome, the research developed the PGAM – Manaus Environmental Governance Platform, a Technical and Technological Product designed to support institutional communication, enhance transparency, and strengthen CSO participation in municipal environmental governance. The originality of this study lies in integrating civil society participation, environmental public policies, and municipal budget planning, a topic that remains underexplored in the Brazilian literature. The findings present potential scientific contributions by advancing knowledge on participatory governance, organizational contributions by supporting the activities of CSOs and the municipal public administration, and public policy contributions by providing a technological tool to strengthen transparency, social participation, and environmental governance.

Keywords: Environmental Public Policies; Budget Planning; Civil Society Organizations; Environmental Governance.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Composição e aproveitamento do corpus textual.....	38
Figura 2 - Fluxo metodológico.....	38
Figura 3: Percurso analítico para a construção dos eixos.....	43
Figura 4 - Dendrograma horizontal da CHD.....	47
Figura 5 - Distribuição espacial das classes lexicais no plano fatorial da AFC.....	49
Figura 6 - Dendrograma interpretativo das classes lexicais.....	50
Figura 7 - Árvore de similitude do corpus textual.....	52
Figura 8 - Arquitetura funcional da Plataforma de Governança Ambiental de Manaus (PGAM).....	73
Figura 9 - Área pública da Plataforma de Governança Ambiental de Manaus (PGAM).....	74
Figura 10 - Painel principal das OSCs.....	76
Figura 11 - Módulo de Propostas Ambientais.....	76
Figura 12 - Formulário para submissão de propostas ambientais.....	77
Figura 13 - Painel administrativo da SEMMAS.....	78
Figura 14 - Ambiente de aprovação das OSCs.....	79
Figura 15 - Painel do Administrador Master.....	80
Figura 16 - Ambiente de aprovação de administradores.....	81

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Estrutura do roteiro semiestruturado.....	31
Quadro 2 - Perfil dos entrevistados.....	34
Quadro 3 - Descrição das variáveis das linhas de comando.....	36
Quadro 4 - Dicionário de padronização lexical.....	37
Quadro 5 - Síntese analítica dos principais resultados da pesquisa.....	66
Quadro 6 - Sistematização diagnóstica dos principais achados da pesquisa e direcionamentos para o Produto Técnico-Tecnológico (PTT).....	69

LISTA DE SIGLAS

ABREMA - Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente

AFC - Análise Fatorial de Correspondência

COMDEMA - Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente

CF – Constituição da República Federativa do Brasil

CHD – Classificação Hierárquica Descendente

IFS - Instituto Frederico Souza

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ITB - Instituto Trata Brasil

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA - Lei Orçamentária Anual

ONU – Organização das Nações Unidas

OSCs – Organizações de Sociedade Civil

PGAM – Plataforma de Governança Ambiental de Manaus

PNMA - Política Nacional de Meio Ambiente

PPA – Plano Plurianual

PTT – Produto Técnico Tecnológico

RTC – Relatório Técnico Conclusivo

SEMA – Secretaria do Meio Ambiental

SEMMAS - Política Nacional de Meio Ambiente

SISNAMA - Sistema Nacional de Meio Ambiente

ZFM - Zona Franca de Manaus

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 Contextualização do tema.....	11
1.2 Delimitação do tema	12
1.3 Problema de pesquisa.....	12
1.4 Objetivos	13
1.4.1 Objetivo geral.....	13
1.4.2 Objetivos específicos	13
1.5 Justificativa	13
1.6 Impactos e resultados esperados	16
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	17
2.1 Políticas Públicas	17
2.2 Políticas Públicas Ambientais	19
2.3 OSCs na Formulação de Políticas Ambientais.....	21
2.4 OSCs e o Planejamento Orçamentário	23
2.5 Modelo Societal da Administração Pública	25
2.6 Desafios e Limitações	26
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	28
3.1 Objeto do estudo	30
3.2 Técnicas de coleta de dados	30
3.2.1 Seleção da amostra	31
3.2.2 Critérios de inclusão e exclusão	33
3.2.3 Riscos e benefícios	33
3.3 Perfil dos participantes	33
3.4 Procedimentos para análise dos dados	34
3.4.1 Estatística Lexical.....	39
3.4.2 Classificação Hierárquica Descendente (CHD) e Análise Fatorial de Correspondência (AFC)	40
3.4.3 Análise de Similitude	44
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	45
4.1 Estatística Lexical do Corpus pelo IRaMuTeQ	46
4.2 Classificação Hierárquica Descendente (CHD).....	47

4.3 Análise De Similitude	51
4.4 Eixo Analítico I — Crítica à efetividade estatal e controle das políticas ambientais	54
4.5 Eixo Analítico II - Governança participativa, capacidades institucionais e articulação entre OSCs e poder público municipal	59
5 ANÁLISE SITUACIONAL E PRODUTO TÉCNICO TECNOLÓGICO (PTT)	66
5.1 PRODUTO TÉCNICO TECNOLÓGICO	70
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS.....	87
APÊNDICES	93
APÊNDICE A - ROTEIRO PARA A ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA.....	94
APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre Esclarecido.....	99
APÊNDICE C – Relatório Técnico Conclusivo	102

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização do tema

As políticas públicas podem ser compreendidas como instrumentos destinados ao enfrentamento de problemas públicos (Souza, 2006; Alcântara, 2021). No caso das políticas ambientais, têm como propósito central a proteção do desenvolvimento sustentável e a garantia de um meio ambiente equilibrado, o qual cabe ao poder público e à coletividade a função de defesa e preservação, conforme prevê a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 225 (Brasil, 1988; Gomes; Ferreira, 2018).

Assim como as demais, as políticas ambientais podem ser analisadas por meio de um ciclo de políticas públicas, composto pela definição da agenda, formulação, tomada de decisão, implementação, avaliação e extinção (Souza, 2006; Penafiel; Rezende; Martins, 2022). Na fase da formulação, as políticas públicas podem ser formuladas por atores governamentais ou não governamentais, visíveis ou invisíveis, membros da sociedade civil e por grupos de interesses que compartilham da mesma ideia e objetivos (Thomas, 2004; Souza, 2006; Secchi, 2013; Alves, 2014).

Nesse cenário, as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) assumem relevância particular, pois exercem um papel relevante no processo de formulação, atuando como grupo de pressão ou *lobby* junto aos órgãos governamentais e contribuindo para a preservação ambiental devido à sua flexibilidade em atuar em áreas onde o Estado frequentemente não alcança, além de conscientizar a sociedade para práticas sustentáveis (Ferreira, 2021; Ulaia, 2023).

Considerando que as OSCs também participam de arenas institucionais nas quais se definem prioridades governamentais, torna-se essencial compreender como suas demandas se refletem nos instrumentos de planejamento orçamentário. De acordo com Lima (2025), o planejamento orçamentário brasileiro, conforme estabelecido pela Lei nº 4.320/1964, baseia-se na definição de problemas prioritários pelo plano de governo, que são enfrentados por meio de programas e ações detalhados no Plano Plurianual (PPA) ao longo de um quadriênio, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) destaca, a cada exercício financeiro, quais programas e ações serão executados, estabelecendo metas e prioridades qualitativas, enquanto a Lei

Orçamentária Anual (LOA) prevê as fontes de recursos para sua implementação, compondo assim um modelo técnico de planejamento, acompanhamento e controle.

As políticas ambientais, devido à sua natureza transversal, estão inseridas em múltiplos programas e unidades orçamentárias, além de constituir importante ferramenta para avaliação e planejamento das políticas ambientais, possibilitando a definição clara de metas e o engajamento da sociedade no processo orçamentário (Lima, 2025).

Dessa forma, observa-se que a articulação entre a formulação das políticas públicas ambientais e os instrumentos de planejamento orçamentário configura uma dimensão estratégica para a consolidação de ações sustentáveis e participativas, evidenciando a necessidade de aprofundar a análise sobre como as OSCs contribuem para a construção de políticas públicas ambientais mais responsivas e alinhadas às diretrizes do orçamento público.

1.2 Delimitação do tema

Esta pesquisa delimita-se à análise da influência das OSCs atuantes em Manaus no processo de formulação de políticas públicas ambientais e na elaboração do planejamento orçamentário. Do universo de 4.390 OSCs na cidade, foram selecionadas 46 OSCs ativas com atuação no contexto ambiental, conforme levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2025).

A pesquisa compreende o período de 2018 a 2025, com o intuito de compreender os dois últimos PPAs e comparar a atuação de gestões municipais aderentes a políticas partidárias contrárias e ideologicamente distintas, permitindo identificar em qual período as questões ambientais na cidade de Manaus-AM foram levadas em consideração diante da elaboração de políticas públicas. O estudo se ancora no modelo societal, considerando a interação entre Estado e sociedade civil organizada, o que permite compreender como as OSCs contribuem para processos participativos e deliberativos de definição de prioridades públicas.

1.3 Problema de pesquisa

As políticas públicas ambientais desempenham papel relevante para o desenvolvimento sustentável de Manaus. No entanto, a formulação de diretrizes em

Planos Plurianuais (PPAs) nem sempre se traduz em alocação orçamentária e alocação orçamentária e execução efetiva nas Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDOs) e Leis Orçamentárias Anuais (LOAs) (Moura; Bezerra, 2016). Diante deste cenário entre planejamento e execução, esta pesquisa busca responder à seguinte questão de pesquisa: Em que medida as OSCs atuantes em Manaus influenciaram a formulação de políticas públicas ambientais e na elaboração do planejamento orçamentário municipal, considerando os Planos Plurianuais (PPAs) 2018–2021 e 2022–2025?

1.4 Objetivos

1.4.1 Objetivo geral

Analisar a influência das OSCs na formulação de políticas públicas ambientais e no processo de planejamento orçamentário municipal de Manaus-AM.

1.4.2 Objetivos específicos

- Descrever a participação das OSCs na formulação de políticas públicas ambientais no período de 2018 a 2025;
- Mapear os desafios e limitações enfrentados pelas OSCs na formulação de políticas ambientais na cidade de Manaus-AM;
- Verificar a influência das OSCs ambientais no processo de planejamento orçamentário municipal relacionado às políticas ambientais; e
- Propor um sistema que auxilie na articulação entre as OSCs ambientais e o poder público local.

1.5 Justificativa

Esta pesquisa justifica-se em três dimensões interdependentes: empírica, teórica e político-prática. A dimensão empírica refere-se à escolha da cidade de Manaus e à relevância da temática ambiental em um território estratégico para a conservação da Amazônia. A dimensão teórica está relacionada à importância de aprofundar o debate sobre a participação das OSCs na formulação de políticas públicas ambientais e na influência sobre o planejamento orçamentário, articulando

essas questões à luz do modelo societal. Por fim, a dimensão política-prática diz respeito à utilidade da pesquisa para a sociedade civil e para o poder público municipal, ao fornecer subsídios empíricos e analíticos que possam contribuir para o aprimoramento da gestão democrática e sustentável das políticas ambientais em Manaus.

Na dimensão empírica, do ponto de vista da realidade local, os indicadores ambientais reforçam a urgência de políticas públicas mais eficazes em Manaus. Segundo a Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente (ABREMA, 2024), o índice de Sustentabilidade da Limpeza Urbana do município figura entre os 20 piores índices do país, evidenciando graves deficiências nos indicadores relacionados à gestão de resíduos sólidos. Paralelamente, ocupa a 92ª posição no Ranking do Saneamento Básico 2025, desenvolvido pelo Instituto Trata Brasil, que avalia os 100 maiores municípios brasileiros, ficando entre os 10 piores, apresentando indicadores alarmantes em aspectos como abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, investimentos em infraestrutura sanitária e controle de perdas de água (ITB, 2025). Esses resultados evidenciam fragilidades estruturais na gestão ambiental local, evidenciando a necessidade da formulação de políticas públicas mais efetivas e integradas às demandas ambientais.

Além disso, a cidade de Manaus baixos índices de arborização urbana, que segundo Lima Filho *et al.* (2021), é reflexo do crescimento populacional intensificado a partir da década de 1960, com a criação da Zona Franca de Manaus (ZFM), que provocou impactos ambientais que persistem até os dias atuais, especialmente nas áreas com menores índices socioeconômicos e ambientais. Segundo os autores a cidade só passou a ter uma política pública que trata sobre esse tema em 2016, por meio da Resolução nº 087/2016 – COMDEMA, de 1º de dezembro de 2016, que estabeleceu o Plano Diretor de Arborização Urbana da cidade, visando à melhoria da qualidade de vida da população por meio de um ambiente equilibrado (Lima Filho *et al.* 2021).

Na dimensão teórica, diante dos problemas ambientais enfrentados pela cidade, faz-se necessário investigar de que maneiras as OSCs ambientais podem influenciar a elaboração de políticas ambientais capazes de fortalecer a governança ambiental junto ao poder público local. Segundo Lima (2024), as organizações não governamentais desempenham um papel relevante na implementação de ações

voltadas ao desenvolvimento socioambiental na Região Amazônica, especialmente em contextos nos quais o Estado se mostra ausente ou ineficaz.

De acordo com o Mapa das Organizações da Sociedade Civil (IPEA, 2025), o Brasil possui 622.133 OSCs ativas, distribuídas entre associações, fundações privadas e organizações sociais. A Região Norte concentra cerca de 11% desse total, aproximadamente 68.275 entidades, sendo que no Estado do Amazonas contabiliza 13.525 OSCs registradas. Na cidade de Manaus, são 4.558 OSCs, mas apenas 46 possuem atuação vinculada ao contexto ambiental, representando valor aproximado de 1% do total. Esses dados evidenciam reduzida proporção de organizações voltadas para a temática ambiental em uma cidade localizada no coração da Amazônia.

A adoção do modelo societal como lente teórica reforça essa perspectiva ao propor uma concepção participativa e deliberativa de democracia, que exige a reinvenção político-institucional da administração pública a partir do fortalecimento da interlocução entre Estado e sociedade, pois esse modelo propõe uma administração mais permeável à participação popular, reconhecendo a presença crescente da sociedade civil organizada na construção de mecanismos institucionais voltados à participação social e ao controle das decisões públicas (Paula, 2005). Entre esses mecanismos, destacam-se os conselhos gestores de políticas públicas, os fóruns temáticos e o orçamento participativo, nos quais as OSCs exercem papel relevante ao promoverem novas ideias e propostas para a formulação de políticas públicas (Paula, 2005).

Na dimensão político-prática, esta pesquisa busca compreender como e em que medida o pequeno grupo de OSCs ambientais atua na formulação de políticas públicas e na disputa por recursos orçamentários no nível municipal. Essa análise ganha relevância diante das transformações dos modelos de Administração Pública, incorporou perspectivas multicêntricas, favorecendo a atuação de diferentes atores no processo de formulação de políticas públicas (Secchi, 2017). Nesse contexto, as OSCs contribuem para fortalecer a prestação de contas e transparência do poder público (Kist; Bellen, 2022). Entretanto, sua atuação na formulação de políticas públicas ambientais e, sobretudo, na influência sobre o planejamento orçamentário municipal ainda é pouco investigada na literatura acadêmica.

Estudos anteriores evidenciam desafios relevantes para a atuação das OSCs em diferentes áreas. A pesquisa de Costa (2018) evidenciou o papel estratégico

dessas entidades nas áreas de assistência social e direito da criança e do adolescente, destacando os desafios como a dependência de parcerias com o poder público e a baixa capacidade institucional. Esses achados indicam a necessidade de investigar se as OSCs podem desempenhar papel estratégico semelhante na área ambiental, ainda pouco explorada em nível local. Paralelamente, a tese de Ferreira (2021) apontou que não existe participação efetiva dos grupos de interesses – representados pelas OSCs – no processo de elaboração de políticas públicas em âmbito federal. Diante disso, esta pesquisa justifica-se pela necessidade de analisar especificamente a cidade de Manaus, para identificar se em âmbito municipal o cenário difere do observado por Ferreira.

Diante desse panorama, torna-se necessário compreender, de forma empírica e analítica, como um grupo reduzido de OSCs ambientais pode exercer influência tanto na formulação de políticas públicas quanto na elaboração do planejamento orçamentário municipal. Ao adotar o modelo societal como lente teórica, o estudo busca evidenciar os potenciais e os limites da atuação dessas organizações em contextos urbanos amazônicos, marcados por vulnerabilidades socioambientais e déficits democráticos. Dessa forma, pretende-se oferecer subsídios que contribuam para o fortalecimento da governança ambiental participativa, ancorada no diálogo entre Estado e sociedade civil.

Essa abordagem também contribui para preencher uma lacuna teórica e empírica importante, uma vez que grande parte dos estudos sobre políticas ambientais no Brasil privilegia a análise da implementação, relegando a formulação e a disputa orçamentária a um plano secundário.

1.6 Impactos e resultados esperados

Espera-se que esta pesquisa contribua para o campo acadêmico ao discutir o papel das OSCs como atores relevantes na formulação de políticas ambientais alinhadas ao planejamento orçamentário, adotando o modelo societal como lente teórica. Além disso, pretende-se oferecer subsídios para o aprimoramento da gestão pública ambiental em Manaus, especialmente quanto à articulação entre a formulação das políticas públicas e a correspondente alocação de recursos orçamentários. A análise do planejamento orçamentário, da atuação das OSCs nos

conselhos ambientais e das percepções dos atores envolvidos poderá evidenciar fragilidades e potencialidades na relação entre Estado e sociedade civil organizada, fornecendo informações que subsidiem a formulação de políticas mais participativas, transparentes e alinhadas com as demandas socioambientais da cidade.

Em termos sociais e práticos, o estudo poderá contribuir para o fortalecimento da atuação das OSCs ambientais, ao evidenciar sua participação nas decisões públicas e ao identificar desafios e estratégias, como mobilização comunitária e proposição de políticas, que ampliem sua capacidade de incidência política. Adicionalmente, a pesquisa pretende fomentar o debate público sobre a importância do planejamento orçamentário participativo e ambientalmente orientado.

Como resultado, espera-se que a análise da influência das OSCs na formulação de políticas públicas ambientais e no planejamento orçamentário municipal possibilite identificar potencialidades, limitações e oportunidades de aprimoramento da relação entre o poder público e a sociedade civil organizada. A partir dos achados da pesquisa, pretende-se propor um sistema capaz de reduzir a distância entre o poder público local e as OSCs que atuam no contexto ambiental, com o intuito de ampliar os canais institucionais de diálogo, apoiar a gestão municipal na identificação das demandas dessas organizações e subsidiar processos decisórios relacionados à formulação de políticas públicas ambientais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Políticas Públicas

A sociedade moderna se caracteriza pela complexidade das relações entre indivíduos e instituições, o que dá origem a diferentes ideias, valores e interesses que frequentemente geram conflitos, sendo a política pública o mecanismo pelo qual se busca administrar essa diversidade por meio de decisões e ações que garantam a continuidade e o progresso social (Estevão; Ferreira, 2018).

A área de políticas públicas, enquanto campo de conhecimento e disciplina acadêmica, emergiu nos Estados Unidos na década de 1930, com uma ênfase inicial na ação governamental, diferentemente da tradição europeia que se concentrava mais na análise do Estado e suas instituições (Ham; Hill, 1993; Souza, 2006). Esse campo de estudos desenvolveu-se de que em contextos democráticos estáveis, as ações ou

omissões do governo podem ser tanto formuladas de maneira sistemática quanto analisadas criticamente por pesquisadores de forma independente (Souza, 2006).

Entre os principais teóricos responsáveis pela difusão da área destacam-se: Harold Laswell, Herbert Simon, Charles Lindblom, David Easton e Thomas Dye (Souza, 2006). Contemporaneamente, o conceito de política pública tem sido ressignificado e abordado sob uma perspectiva multidisciplinar, envolvendo debates em sociologia, ciência política e economia (Souza, 2006; Agum; Riscado; Menezes, 2015).

Segundo Pereira-Pereira (2009), a noção de “público” no termo políticas públicas não está restrita à atuação do Estado, e sim no envolvimento de diferentes atores, sejam eles governamentais ou não governamentais. Assim, as políticas públicas podem ser compreendidas como um conjunto de decisões que abrange ações, planos e programas, em questões imateriais ou na prestação de um bem ou serviço, de modo a articular as necessidades e os interesses da sociedade (Pereira-Pereira, 2009; Queiroz, 2012).

Secchi (2017) define política pública como uma ferramenta criada com o objetivo de resolver problemas considerados coletivos pela sociedade. Ainda, segundo o autor, “a essência conceitual de políticas públicas é o problema público. Exatamente por isso, o que define se uma política é ou não pública é a sua intenção de responder a um problema público” (Secchi, 2017, p. 4).

Para Agum, Riscado e Menezes (2015) a política pública possui um vínculo entre a discussão e a prática das ações e decisões e que nem sempre apontar uma questão é capaz de transformá-la em problema, sendo necessária a junção de outros fatores. Um dos conceitos mais difundidos, é a visão de Dye (1984) em que define as políticas públicas como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”.

De modo resumido, para Souza (2006) embora existam várias definições sobre as políticas públicas, pode-se resumir como sendo uma área que relaciona a ação do governo com possíveis alterações no decorrer das ações. Ainda, segundo a autora o conceito de política pública pode ser denominado como “[...] o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, ‘colocar o governo em ação’ e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)” (Souza, 2006, p. 26). Segundo Sorrentino *et al.* (2005, p. 290) “uma política pública representa a organização da ação

do Estado para a solução de um problema ou atendimento de uma demanda específica da sociedade”.

As políticas públicas podem ser analisadas a partir de um ciclo de políticas públicas, constituído de fases, sendo: a formação ou definição da agenda, identificação das alternativas ou formulação, seleção das opções ou tomada de decisão, implementação e avaliação (Souza, 2006; Howlett; Ramesh; Perl, 2013; Capella, 2018; Penafiel; Rezende; Martins, 2022).

Para fins desta pesquisa, a análise será delimitada na segunda fase do ciclo de políticas públicas: a formulação que consiste na etapa pré-decisória, na qual são elaboradas alternativas de políticas públicas por atores governamentais ou não governamentais, visíveis ou invisíveis, políticos profissionais e membros da sociedade civil ou grupos de interesses (Souza, 2006; Alves, 2014; Secchi, 2017; Capella, 2018).

2.2 Políticas Públicas Ambientais

Segundo Salheb *et al.* (2009, p. 12) “as políticas públicas ambientais assumiram papel primordial de proteger o meio ambiente, integrando sua proteção aos demais objetivos da vida em sociedade, como forma, inclusive, de proporcionar qualidade de vida”. Por meio dessa integração é possível evidenciar a importância de se conciliar interesses ambientais e sociais, reforçando a necessidade de uma abordagem participativa e articulada entre Estado e sociedade civil, aspecto diretamente relacionado à atuação das OSCs no contexto ambiental.

O marco inicial das políticas ambientais no Brasil consolidou-se após a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, em 1972, ainda que o posicionamento inicial do governo fosse contrário às discussões sobre a temática do desenvolvimento sustentável, foi criada a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) em 1973, vinculada ao Ministério do Interior (Viola; Leis, 1995; Azevedo; Pasquis; Bursztyn, 2007).

A partir de então, o governo federal iniciou a promulgação de leis, como o Decreto-Lei nº 1.413/1975 para controle da poluição ambiental, estimularam ações semelhantes em estados como Rio de Janeiro e São Paulo, ainda que nesse momento não existisse a participação da sociedade civil, pois essas ações eram corretivas (Silva; Silva; Borges, 2019).

Segundo Silva, Santos e Loureiro (2024) outro marco importante no histórico das políticas ambientais no Brasil, foi a promulgação da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), Lei nº 6.938/1981, que foi responsável por instituir o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA). A PNMA representou um avanço significativo na criação de dispositivos legais alinhados aos princípios do desenvolvimento sustentável e legitimou a descentralização da gestão ambiental, envolvendo União, Estados, Distrito Federal e Municípios, que começaram a ser responsáveis pela proteção do meio ambiente em nível local (Silva; Santos; Loureiro, 2024).

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o papel dos municípios foi ampliado e fortalecido, sendo concedida uma maior autonomia e responsabilidade para o controle e fiscalização das atividades degradadoras do meio ambiente (Castelo; Marquezan; Silva, 2021; Manaf, 2023; Mariano Neto, 2023).

Em 1992, aconteceu a Conferência de Meio Ambiente do Rio de Janeiro e teve como um de seus temas centrais a declaração dos princípios das florestas, que garantiu a liberdade e soberania dos estados para o uso sustentável de suas florestas. Paralelamente ao evento, surgia nesse mesmo período o Ministério do Meio Ambiente (MMA) em 1992 (Alves, 2014; Silva; Silva; Borges, 2019).

A pesquisa de Silva, Silva e Borges (2019) apontou um grande avanço das políticas ambientais brasileiras, que se adequaram às exigências globais estabelecidas em conferências da Organização das Nações Unidas (ONU), transformando o país de uma abordagem bissetorial para multissetorial no tratamento das questões ambientais. No entanto, esse avanço tem sido ameaçado por medidas governamentais adotadas nas últimas décadas que visam ao enfraquecimento da política ambiental brasileira.

Entre os atores não governamentais, responsáveis pela formulação de políticas ambientais, destacam-se as OSCs, que atuam como *advocacy*, contribuindo para a preservação ambiental por meio da fiscalização das ações governamentais, atuando em áreas que muitas vezes o poder público está ausente (Uhr; Uhr; Mueller, 2012; Ferreira, 2021; Ulaia, 2023). Essas organizações desempenham funções como monitoramento, fiscalização, *advocacy* e proposição de ações ambientais, reforçando a importância de sua participação no processo de formulação de políticas públicas e planejamento orçamentário ambiental.

2.3 OSCs na Formulação de Políticas Ambientais

A governança pode ser compreendida a partir da ampliação de uma perspectiva centrada exclusivamente no governo para uma abordagem que incorpora atores não estatais aos processos relacionados à ação pública (Jacobi; Sinisgalli, 2012). Nesse sentido, Rhodes (1997) associa a governança a uma forma não hierárquica de governo, na qual atores não estatais e diferentes segmentos participam da formulação e implementação de políticas públicas. Essa perspectiva também evidencia a articulação entre diferentes formas de autoridade, envolvendo Estado, setor privado e sociedade civil e ultrapassando, portanto, as hierarquias tradicionais do Estado e os mecanismos próprios do mercado (Castro, 2007). No campo ambiental, essa concepção assume uma dimensão participativa, na medida em que a governança ambiental não se restringe aos formatos de gestão, mas envolve o compartilhamento e a participação ampliada nos processos, com o envolvimento ativo das partes interessadas em agendas orientadas à cooperação e à construção de consensos (Jacobi; Sinisgalli, 2012).

A efetividade da governança também está relacionada às condições estabelecidas para a interlocução entre o Estado e a sociedade. Weiss (2016) argumenta que a capacidade de governança depende tanto da existência de canais institucionalizados, legítimos e eficientes quanto da mobilização e do envolvimento da comunidade na elaboração e implementação das políticas. Nessa perspectiva, a governança envolve questões político-institucionais relacionadas à tomada de decisão e às formas de interlocução entre o Estado e os grupos organizados da sociedade nos processos de definição, acompanhamento e implementação das políticas públicas (Weiss, 2016).

No âmbito municipal, a governança ambiental também se relaciona ao processo de descentralização das políticas públicas e à ampliação da participação social. Leme (2016) destaca que, no contexto da redemocratização brasileira, a aproximação das decisões públicas da população esteve associada tanto à descentralização das ações governamentais quanto à abertura de espaços para a participação cidadã, movimentos que também alcançaram a política ambiental.

Entre esses espaços, os conselhos municipais de meio ambiente constituem arenas de diálogo e decisão sobre temas de interesse público, reunindo, em geral,

representantes governamentais, do setor produtivo e da sociedade civil organizada. A institucionalização desses mecanismos, contudo, não assegura, por si só, a participação efetiva dos atores envolvidos. Leme (2016) ressalta que a simples criação dos conselhos não significa o cumprimento de suas finalidades, assim como sua composição formal não representa necessariamente a participação real dos atores.

Nesse contexto, a sociedade civil organizada amplia sua presença na gestão das políticas públicas ao atuar no espaço público não estatal, concebido como uma arena de interação, estabelecendo uma tensão democrática com o Estado voltada à formulação de políticas que priorizem o interesse coletivo e respondam às demandas sociais (Costa, 2018).

No contexto amazônico, e em especial na cidade de Manaus, o papel dessas organizações ganha destaque, uma vez que elas desempenham papel relevante na formulação de políticas ambientais e na promoção do desenvolvimento sustentável na Amazônia (Almeida; Mamed; Nogueira, 2013; Ferreira, 2016; Lima, 2024).

Transformações sociais contemporâneas têm impulsionado o Estado a rever seus modelos de gestão ambiental, incorporando instrumentos como o plano diretor, o Estatuto da Cidade, o planejamento participativo e as audiências públicas, que, aliados à sociedade civil, têm contribuído para o aprimoramento das políticas públicas ambientais (Castelo; Marquesan; Silva, 2021). Segundo os autores, tais modelos de gestão ambiental, quando aplicados de forma adequada, possibilitam a redução dos impactos negativos ao meio ambiente e promovem a melhoria contínua das condições ambientais em equilíbrio com a sociedade (Castelo; Marquesan; Silva, 2021).

A participação da sociedade civil pode se manifestar por meio de diversos mecanismos, tais como consultas públicas, orçamento participativo, conselhos e conferências temáticas, colegiados, fóruns de discussão, *advocacy* e outros espaços de diálogo (Marques; Pereira, 2011; Moura; Bezerra, 2016; Bordin, 2020; Carrari, 2022). A existência desses mecanismos, entretanto, não significa necessariamente que os diferentes interesses sociais estejam representados de maneira equitativa. Pinto (2004) argumenta que a simples existência de canais participativos entre governo e sociedade civil não garante uma representação equitativa dos interesses coletivos, podendo ocorrer situações em que os representantes atuem de forma contrária aos anseios da sociedade civil ou apenas legitimem decisões previamente

tomadas pelo governo, limitando o potencial transformador da participação democrática.

Dessa forma, a participação da sociedade civil nos processos relacionados às políticas ambientais deve ser compreendida não apenas pela existência formal de espaços participativos, mas também pelas condições em que ocorre a interlocução entre atores estatais e não estatais. Essa perspectiva aproxima a governança ambiental dos fundamentos do modelo societal da administração pública, desenvolvido no tópico 2.5, no qual a participação da sociedade civil assume papel relevante na construção da ação pública.

As OSCs, portanto, desempenham papel estratégico na promoção do desenvolvimento sustentável, atuando especialmente por meio da participação em políticas ambientais e pela pressão exercida sobre os órgãos públicos (Moura; Bezerra, 2016). Como destaca Born (2003), o movimento ambientalista brasileiro exerce múltiplas funções, entre as quais se destacam a denúncia de problemas ambientais, a disseminação de informações, o desenvolvimento de capacidades por meio de treinamentos, a defesa de direitos e políticas públicas ambientais, a produção de conhecimento científico, o monitoramento de políticas e projetos, a implementação de iniciativas-piloto, a replicação de boas práticas e a capacitação de colaboradores.

2.4 OSCs e o Planejamento Orçamentário

O orçamento público é um instrumento legal e de planejamento que prevê receitas e fixa despesas de um governo em determinado exercício financeiro anual e sua elaboração exige estudos consistentes e gestores capacitados para garantir que a execução contribua para o desenvolvimento social e para o interesse público (Turqueto; Fabrizio, 2013).

O ciclo orçamentário brasileiro é organizado por três instrumentos principais: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). O PPA, com vigência de quatro anos, define as ações governamentais e programas de longo prazo; a LDO, por sua vez, atua como ligação entre o PPA e a LOA, estabelecendo metas, prioridades e regras fiscais para o exercício seguinte; enquanto a LOA é responsável por operacionalizar essas diretrizes, distribuindo os recursos disponíveis para execução orçamentária (Gontijo, 2004).

A legislação brasileira exerce papel central na promoção da participação e da transparência orçamentária, sendo que a Constituição Federal de 1988, elaborada no contexto da redemocratização, instituiu avanços importantes ao estabelecer a descentralização político-administrativa e a inserção da sociedade na elaboração, execução e controle das políticas públicas (Harvey, 2011; Costa, 2018). Além disso, a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) estabeleceu a obrigatoriedade de incentivar a participação popular e de realizar audiências públicas no processo de discussão dos planos e orçamentos, fortalecendo a transparência das ações governamentais (Turqueto; Fabrizio, 2013).

Nesse contexto, as OSCs, ao atuarem na esfera pública não estatal, desempenham um papel relevante na formulação de políticas públicas, sendo reconhecidas como "sujeitos coletivos fundamentais para a democracia e cidadania" (Cruz, 2014, p. 128). A participação das OSCs se manifesta, especialmente, na deliberação de prioridades do orçamento municipal, na fiscalização da execução de políticas públicas e no fortalecimento de mecanismos como o Orçamento Participativo (OP).

Este último constitui como uma ferramenta crucial, tendo iniciado no Brasil em Porto Alegre (RS) em 1989, impulsionado por movimentos populares que buscavam influenciar decisões governamentais, permitindo que os cidadãos debatam e definam prioridades de investimentos e serviços anuais, complementando a democracia representativa e estimulando o exercício da cidadania (Paula, 2005; Paludo, 2012; Turqueto; Fabrizio, 2013).

Em Manaus, a primeira edição do PPA Participativo, lançada com o objetivo de democratizar o planejamento público e ampliar a participação cidadã na definição das prioridades orçamentárias para 2026–2029, contou com a participação de pouco mais de 2.500 cidadãos, que registraram 10.332 votos e 882 sugestões próprias (Farias, 2025). Apesar da plataforma digital permitir que os moradores opinassem de todas as regiões da cidade, a representatividade permaneceu limitada, concentrando-se principalmente em demandas como saúde, infraestrutura e educação, enquanto temas ambientais, não figuraram entre os mais votados.

Essa baixa adesão e o baixo destaque dado às pautas socioambientais indicam um desafio significativo: a participação popular, ainda que formalmente incentivada, pode reproduzir prioridades imediatas percebidas pela população, relegando

questões estruturais de meio ambiente e sustentabilidade a um segundo plano, podendo comprometer a incorporação de políticas ambientais robustas no orçamento municipal e a efetividade de ações voltadas à proteção ambiental e ao desenvolvimento sustentável da cidade.

À luz desse contexto, torna-se relevante investigar se as OSCs ambientais aproveitaram a abertura proporcionada pelo PPA Participativo para apresentar propostas alinhadas às suas áreas de atuação, bem como analisar em que medida tais contribuições influenciaram a definição das prioridades orçamentárias municipais. Além disso, importa compreender se houve articulação entre essas organizações para fortalecer as pautas ambientais e ampliar sua representatividade no processo de planejamento público.

2.5 Modelo Societal da Administração Pública

O modelo societal representa uma abordagem alternativa de gestão pública que rompe com o paradigma estadocêntrico tradicional, no qual o Estado era visto como o principal formulador e executor das políticas públicas, passando a adotar uma lógica em que a sociedade civil passa a atuar como sujeito ativo na construção e condução da ação pública, consciente de seu papel político e institucional no campo social (Paula, 2005).

Nesse sentido, segundo a autora, este modelo valoriza a participação de múltiplos atores — estatais e não estatais — na concepção e implementação das políticas, com base na ideia de corresponsabilidade e complementaridade entre os setores, adotando práticas como conselhos gestores, fóruns temáticos, orçamento participativo, com o intuito de promover uma reinvenção institucional orientada por uma concepção deliberativa de democracia (Paula, 2005).

Ribas e Meza (2018) destacam que, a partir da década de 1990 e nos primeiros anos do século XXI, intensificaram-se os estudos sobre modelos alternativos de gestão pública, com o objetivo de identificar estratégias que favorecessem a participação da sociedade civil na resolução de problemas coletivos. Nesse cenário, o modelo societal surgiu como uma proposta que se contrapõe ao modelo gerencial, ao priorizar a inclusão da sociedade nos processos deliberativos das políticas

públicas, especialmente no enfrentamento das demandas oriundas da população (Paula, 2005; Ribas; Meza, 2018).

A sociedade civil organizada emerge como um ator estratégico na mediação entre demandas sociais e ação estatal, contribuindo não apenas com a mobilização de agendas, mas também com a construção de soluções políticas, e configura-se como um processo simultaneamente técnico e político, desenvolvido em meio a uma rede complexa de atores estatais e sociais (Wu, 2014; Howlett; Ramesh; Perl, 2013).

Nesse cenário, o modelo societal manifesta-se por meio da interação entre diversos fluxos e arenas de deliberação pública, nas quais as OSCs assumem um papel estratégico ao articular demandas sociais, colaborar na construção das agendas e contribuir para a definição de alternativas políticas. Este modelo fundamenta-se em teorias da democracia deliberativa e justiça ambiental, que valorizam a coordenação coletiva, a deliberação pública e a inclusão de múltiplos atores nos processos decisórios (Losekann, 2012).

Esse comportamento se alinha aos princípios do modelo societal da administração pública, que rompe com a lógica tradicional hierárquica e tecnocrática para valorizar processos participativos e deliberativos, nos quais atores da sociedade civil ocupam um papel central. Embora esse movimento represente uma aproximação entre Estado e sociedade civil, estudos apontam que ele também pode estar associado à redução do engajamento direto de cidadãos nos espaços públicos de deliberação política, o que levanta questionamentos sobre a efetividade e a representatividade dessa forma de participação (Marques; Pereira, 2011).

O modelo societal, ao propor a coprodução das políticas públicas, demanda uma reconfiguração da relação entre o Estado e a sociedade civil, na qual a participação social não seja apenas simbólica, mas constitui elemento estruturador da nova lógica de gestão pública. Esses elementos reforçam o papel estratégico do modelo societal, conforme defendido por Paula (2005), no qual a participação não é apenas decorativa, mas estruturante da nova lógica de gestão pública.

2.6 Desafios e Limitações

A formulação de políticas públicas no âmbito do modelo societal, sobretudo na área ambiental, caracteriza-se por desafios decorrentes da complexidade estrutural

do processo e da intensa interação entre diversos atores estatais e sociais. Apresentam-se, a seguir, os principais desafios encontrados com base na literatura, tais como: sustentabilidade financeira, gestão organizacional, redução dos espaços participativos e falta de representatividade (Sabóia, 2019; Franco; Oliveira; Dutra, 2025).

Segundo o Instituto Phomenta, em pesquisa realizada por Camelo, Cavalcante e Moraes (2024) um dos principais obstáculos enfrentados pelas OSCs, incluindo as ambientais, é a escassez de recursos financeiros, condição que afeta cerca de 86% das organizações brasileiras. De acordo com o Instituto Frederico Souza (IFS), ainda que existam casos de sucesso no Terceiro Setor tendem a apresentar elementos como liderança visionária, adaptabilidade às mudanças no ambiente de financiamento e uma atuação colaborativa com os diversos atores envolvidos, demonstrando que, com estratégias inovadoras, é possível enfrentar os desafios e alcançar a sustentabilidade institucional (IFS, 2025). Esse cenário fragiliza a continuidade de programas, limita a estruturação de equipes qualificadas e compromete a capacidade de atuação técnica.

Sabóia (2019) afirma que além da escassez de recursos financeiros, outras categorias, como gestão de pessoas, estratégia institucional, formação de conselhos e desenvolvimento de habilidades técnicas são fundamentais para a sobrevivência institucional dessas organizações e acabam se tornando os principais desafios para serem sanados. Alinhado ao modelo societal, tanto a fragilidade organizacional quanto a fragilidade financeira das OSCs limitam sua participação nas fases de deliberação e formulação de políticas, reduzindo sua representatividade e capacidade de influenciar as decisões compartilhadas com o Estado.

A pesquisa de Uhr, Uhr e Mueller (2012) apontou como as OSCs ambientais, apesar de lidarem com limitações como a escassez de votos e recursos financeiros, conseguem exercer influência relevante através da disseminação de informações que revelam à sociedade as ações governamentais, com o objetivo de sensibilizar a população e converter essas ações em políticas públicas. Além disso, essas organizações se articulam em rede, fortalecendo umas às outras, o que potencializa sua capacidade de incidir nas decisões políticas por meio do compartilhamento estratégico de informações (Uhr; Uhr; Mueller, 2012).

Quanto à redução dos espaços participativos, Losekann e Paiva (2024) apontam que o governo Bolsonaro promoveu um esvaziamento sistemático dos

mecanismos de participação e transparência na política ambiental, destacando-se o Decreto 9.806/2019, que desestruturou órgãos colegiados participativos como o CONAMA. Ainda, segundo as autoras, esse decreto reduziu significativamente o número de conselheiros, especialmente da sociedade civil, além de limitar a participação de estados, municípios e setores econômicos, o que resultou na paralisação do setor e na perda da construção democrática das políticas públicas, rompendo com princípios fundamentais da política ambiental brasileira (Losekann; Paiva, 2024).

A falta de representatividade da sociedade civil nos conselhos ambientais constitui um importante desafio para o modelo societal de governança pública, pois muitos conselhos enfrentam problemas de estrutura, com número reduzido de representantes da sociedade civil e ausência de paridade com agentes estatais, participação meramente simbólica e fragilidade no controle social participativo (Bocuhy, 2023).

Ainda, a pesquisa de Machado Pinto *et al.* (2024) analisou o papel da sociedade civil no enfrentamento de catástrofes ambientais no Rio Grande do Sul a partir da definição de prioridades orçamentárias regionais, por meio do mecanismo da Consulta Popular, concluindo com um baixo nível de participação cidadã entre 2018 e 2023, com média de apenas 1,77% de engajamento, revelando uma fragilidade preocupante na mobilização social para decisões que afetam o desenvolvimento regional e a gestão ambiental (Machado Pinto *et al.*, 2024).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo são apresentados os procedimentos metodológicos adotados para a realização desta pesquisa, que tem como objetivo principal analisar a influência das OSCs na formulação de políticas públicas ambientais e no processo de planejamento orçamentário municipal da cidade de Manaus-AM. Para tal finalidade, a seguir, são descritos a caracterização da pesquisa, as técnicas de coletas de dados e os procedimentos para as análises dos dados.

A presente dissertação adotou um enfoque descritivo e exploratório em relação aos seus objetivos. O caráter descritivo permitiu identificar padrões, práticas e formas de atuação dessas organizações no contexto ambiental, enquanto o caráter

exploratório justificou-se por abordar uma temática ainda pouco consolidada na literatura nacional, referente à relação entre Organizações da Sociedade Civil, políticas públicas ambientais e planejamento orçamentário municipal.

Quanto à natureza, a pesquisa caracterizou-se como aplicada, pois analisou um problema concreto da realidade social, relacionado à atuação das OSCs ambientais no município de Manaus-AM, no período de 2018 a 2025, à luz do modelo societal da administração pública, analisando um contexto real, com atores não governamentais e os efeitos sobre a gestão pública. Dessa forma, essa opção metodológica buscou produzir conhecimentos aplicados capazes de subsidiar o aperfeiçoamento da gestão ambiental, especialmente em nível local.

No que se refere à abordagem, a investigação foi conduzida sob a perspectiva qualitativa, pois buscou compreender as percepções, experiências e estratégias das OSCs ambientais atuantes em Manaus-AM quanto à sua influência na formulação de políticas ambientais e nas alocações de recursos orçamentários. A escolha desta abordagem é apropriada, pois explora as nuances e complexidades desses atores, bem como busca compreender a lógica das relações entre Estado e sociedade civil no contexto ambiental, de acordo com o modelo societal da Administração Pública, adotado como lente teórica.

Como estratégia metodológica, adotou-se o estudo de caso, tendo como unidade de análise o município de Manaus, considerado um território relevante por concentrar expressiva atuação de OSCs ambientais e por apresentar histórico de mudanças político-institucionais durante o período analisado.

Esse delineamento possibilitou compreender, de forma aprofundada, como as OSCs interagem com os mecanismos de participação cidadã e influenciam a definição de prioridades orçamentárias municipais. Além disso, permitiu analisar os desafios e as limitações da participação social, especialmente quanto à inclusão de pautas socioambientais, fornecendo evidências empíricas sobre o papel das OSCs na articulação entre sociedade civil e governo, conforme os pressupostos do modelo societal da administração pública.

O estudo de caso pode representar uma estratégia interessante quando o pesquisador tem pouco controle sobre os acontecimentos e quando a investigação está voltada para fenômenos contemporâneos inseridos em contextos atuais, como as políticas ambientais. Esse método é uma estratégia de pesquisa capaz de

contribuir com o conhecimento sobre o objeto diretamente vinculado aos fenômenos individuais, organizacionais, sociais, políticos e grupais, além de outras dimensões relacionadas (Yin, 2015).

3.1 Objeto do estudo

O objeto da pesquisa consistiu nas OSCs com atuação vinculada à temática ambiental na cidade de Manaus-AM, especificamente aquelas que desenvolveram atividades entre os anos de 2018 e 2025. Buscou-se compreender de que forma essas organizações participam da formulação de políticas públicas ambientais e se exercem influência no planejamento orçamentário municipal, por meio de instrumentos como o PPA, LDO e LOA.

A escolha deste objeto fundamenta-se na relevância e atualidade do tema, uma vez que as pesquisas existentes não analisam a influência das OSCs como atores responsáveis pela formulação de políticas públicas e nem os mecanismos por meio dos quais influenciam na construção do orçamento público em nível municipal.

3.2 Técnicas de coleta de dados

A pesquisa adotou múltiplas técnicas de coletas de dados com o intuito de garantir uma análise detalhada, abrangente e triangulada do objeto estudado, combinando dados primários e secundários. Como fonte primária, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com representantes das OSCs ambientais atuantes em Manaus-AM, permitindo compreender as percepções, experiências e estratégias desses atores em relação à sua atuação no campo das políticas públicas e do planejamento orçamentário municipal.

O instrumento de coleta foi composto por um roteiro previamente elaborado, contendo 34 questões abertas (Apêndice 1), organizadas em blocos temáticos alinhados aos objetivos da pesquisa, precedidas pelo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice 2). Essa estrutura permitiu conduzir as entrevistas de forma flexível, ao mesmo tempo em que assegurou a padronização dos temas abordados entre os participantes.

As entrevistas foram realizadas no período de abril de 2026, em formato presencial e virtual, de acordo com a disponibilidade dos participantes, com duração

média de aproximadamente 40 minutos. Todas as entrevistas foram previamente autorizadas pelos participantes, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), registradas por meio de gravação de áudio e posteriormente transcritas na íntegra, assegurando a fidedignidade do conteúdo empírico produzido (Quadro 1).

Quadro 1 - Estrutura do roteiro semiestruturado.

Bloco temático	Objetivo analítico	Exemplos de aspectos investigados
Caracterização da OSC	Identificar o perfil institucional e organizacional	Tempo de atuação, área de atuação, estrutura organizacional e principais projetos
Atuação em políticas ambientais	Compreender as formas de participação das OSCs	Participação em conselhos, audiências públicas, fóruns, articulação com o poder público e estratégias de influência
Influência no planejamento orçamentário	Identificar a atuação das OSCs nos instrumentos orçamentários	Participação no PPA, LDO e LOA, proposição de demandas e acompanhamento da execução orçamentária
Desafios e limitações	Mapear barreiras institucionais e operacionais	Dificuldades de diálogo, acesso a tomadores de decisão, recursos disponíveis e continuidade de políticas públicas
Instrumentos de apoio e inovação	Identificar demandas por mecanismos de apoio à participação	Uso de ferramentas digitais, necessidade de plataformas, funcionalidades desejadas e barreiras de acesso

Fonte: elaborado pelo autor (2026).

Paralelamente, as fontes secundárias foram compostas por documentos oficiais, incluindo os relatórios governamentais e das informações provenientes das mídias locais. A combinação dessas técnicas permitiu uma triangulação dos dados, com o intuito de enriquecer a análise empírica o que conferiu maior robustez à interpretação dos resultados.

3.2.1 Seleção da amostra

O processo de seleção da amostra seguiu etapas sistemáticas. Inicialmente, foi utilizado o Portal do Mapa das Organizações da Sociedade Civil, vinculado ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). A partir desse acesso, aplicou-se o primeiro filtro de busca, com os seguintes parâmetros: região (Norte), estado (Amazonas), município (Manaus) e natureza jurídica (associação privada e fundação privada).

Em seguida, realizou-se uma filtragem temática, considerando apenas aquelas organizações que atuam nas seguintes áreas de interesse ambiental (associações de defesa e direitos sociais) e (atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques, reservas e áreas de proteção ambiental). Posteriormente, foi realizada uma triagem manual para excluir entidades cuja razão social indique atuação não ambiental, como igrejas, associações de moradores, motoristas, taxistas, aposentados, servidores públicos, clubes esportivos, federações, grêmios estudantis, entre outras.

Ainda de forma manual, verificou-se a situação cadastral de cada organização no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), a fim de identificar se estavam ativas, inaptas ou suspensas. Nessa etapa, foram identificadas 59 OSCs. Contudo, para esta pesquisa, foram consideradas apenas as organizações com situação cadastral ativa, o que resultou na exclusão de 13 OSCs e na definição de 46 organizações elegíveis para as etapas posteriores de seleção da amostra.

Para a seleção da amostra efetiva, foram realizados contatos com as organizações por meio dos mecanismos disponíveis em seus cadastros, tais como telefone, correio eletrônico institucional, websites e outros meios de contato disponíveis. Desse universo, foram excluídas da amostra as organizações que não apresentavam meios de contato funcionais ou válidos, como endereços eletrônicos inexistentes ou telefones inoperantes. Essa etapa de contato e confirmação teve como objetivo alcançar o maior número possível de OSCs ambientais atuantes no município de Manaus.

Ao final desse processo, a amostra efetiva da pesquisa foi composta por 11 OSCs ambientais, correspondendo a aproximadamente 23,9% do universo de 46 organizações previamente elegíveis. Ressalta-se que a presente pesquisa não envolveu povos indígenas, comunidades tradicionais ou quaisquer grupos étnicos específicos, restringindo-se a representantes institucionais de Organizações da Sociedade Civil (OSCs) ambientais formalmente constituídas e atuantes no município de Manaus-AM. As entrevistas semiestruturadas foram realizadas em conformidade com os procedimentos éticos da pesquisa¹, tendo início em 13 de abril de 2026 e encerramento em 30 de abril de 2026.

¹ A pesquisa foi submetida ao CEP/UFAM, mas as adequações solicitadas não foram concluídas antes da coleta, não havendo parecer de aprovação. Foram assegurados consentimento, sigilo, confidencialidade e anonimato dos participantes.

3.2.2 Critérios de inclusão e exclusão

Foram incluídos na pesquisa representantes de Organizações da Sociedade Civil (OSCs) com atuação na área ambiental no município de Manaus-AM, devidamente cadastradas no Mapa das OSCs do IPEA e com situação ativa no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ). Participaram da pesquisa indivíduos com idade igual ou superior a 18 anos, ocupantes de cargos de direção, coordenação ou funções técnicas com conhecimento sobre as ações institucionais da organização, que concordaram voluntariamente com a participação mediante assinatura do Termo de Anuência e do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Foram excluídas da pesquisa organizações sem atuação comprovada na área ambiental, OSCs com situação cadastral irregular, participantes sem vínculo direto com as atividades institucionais investigadas, bem como indivíduos que não concluíram a entrevista ou optaram pela retirada do consentimento durante qualquer etapa da pesquisa.

3.2.3 Riscos e benefícios

Os riscos da pesquisa estiveram relacionados a possíveis desconfortos decorrentes das entrevistas e à exposição indireta de percepções institucionais dos participantes. Para minimizar tais situações, foram adotadas medidas de sigilo, anonimização das falas e armazenamento seguro dos dados coletados.

Como benefícios, a pesquisa poderá contribuir para o fortalecimento das discussões sobre participação social e políticas públicas ambientais, além de ampliar a compreensão acadêmica acerca da atuação das OSCs ambientais nos processos de formulação de políticas públicas e planejamento orçamentário municipal.

3.3 Perfil dos participantes

Com o objetivo de caracterizar os sujeitos da pesquisa, foi elaborado um quadro-síntese contendo informações sobre os entrevistados e suas respectivas organizações, incluindo: cargo do participante (diretor, presidente ou função técnica), ano de fundação da OSC, principais áreas de atuação e abrangência territorial (local,

estadual ou nacional). Essa caracterização permitiu contextualizar os discursos analisados e subsidiar a interpretação dos resultados, especialmente no que se refere às diferentes formas de atuação das organizações no campo socioambiental.

Para garantir o anonimato dos participantes, os entrevistados foram identificados por códigos alfanuméricos, variando entre Ent_1 a Ent_11, utilizados ao longo da análise dos dados.

Quadro 2 - Perfil dos entrevistados.

Entrevistado	Cargo	Ano	Área de atuação	Abrangência
Ent_1	Diretor	1998	Desenvolvimento socioambiental	Estadual
Ent_2	Presidente	2006	Desenvolvimento socioambiental	Local
Ent_3	Diretor	2004	Conservação ambiental e desenvolvimento sustentável	Estadual
Ent_4	Diretor	2020	Desenvolvimento socioambiental	Local
Ent_5	Presidente	2009	Desenvolvimento socioambiental	Local
Ent_6	Presidente	2007	Desenvolvimento socioambiental com foco em conservação ambiental	Local
Ent_7	Presidente	2023	Desenvolvimento socioambiental com foco em energia renovável	Estadual
Ent_8	Presidente	2015	Socioambiental com foco em avaliação e regulação	Estadual
Ent_9	Analista	2001	Advocacy socioambiental	Estadual
Ent_10	Presidente	1994	Pesquisa socioambiental	Local
Ent_11	Analista	2008	Desenvolvimento socioambiental com foco em inclusão social	Nacional

Fonte: elaborado pelo autor (2026)

Ressalta-se que parte dessas informações foi utilizada tanto para fins de caracterização dos participantes quanto para a definição de variáveis suplementares inseridas no corpus textual, possibilitando a análise comparativa entre perfis institucionais no processamento realizado no IRaMuTeQ.

3.4 Procedimentos para análise dos dados

Inicialmente, as entrevistas semiestruturadas foram transcritas individualmente com auxílio da plataforma digital *TurboScribe*, ferramenta gratuita e baseada em reconhecimento automático de fala. Posteriormente, realizou-se revisão manual

criteriosa das transcrições, visando assegurar fidelidade ao conteúdo empírico produzido pelos participantes das OSCs atuantes no eixo ambiental de Manaus. Foram realizados ajustes gramaticais e de pontuação que não alteraram o conteúdo semântico das falas, tendo como finalidade apenas padronizar o corpus para o processamento automatizado, bem como a compatibilidade com a análise de conteúdo proposta por Bardin (2016), compreendendo as etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

A análise dos dados combinou procedimentos manuais e automatizados, articulando técnicas de análise temática, lexical e de coocorrência. Para o tratamento lexical, utilizou-se o software IRaMuTeQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*), versão 0.8 alpha 7, amplamente utilizado em pesquisas nas ciências sociais aplicadas (Fernando, 2018; Salgado 2017).

O IRaMuTeQ é desenvolvido sobre o ambiente estatístico R e utiliza rotinas implementadas em Python para o processamento textual, o que o torna uma ferramenta robusta para o tratamento de grandes volumes de dados textuais. Ele permite a realização de diversas análises estatísticas clássicas e lexicais, tais como: estatísticas (análises lexicográficas); Análise Fatorial de Correspondência (AFC); Classificação Hierárquica Descendente (CHD); análise de similitude ou similaridade e a construção da nuvem de palavras (Camargo; Justo, 2013; Mahema, 2022). Nesta pesquisa, foram utilizadas especificamente a estatística lexical, a CHD e a análise de similitude, por permitirem identificar padrões discursivos, relações lexicais, conexões semânticas e estruturas de sentido relacionadas à participação das OSCs ambientais na formulação de políticas públicas ambientais e no planejamento orçamentário municipal.

A escolha do IRaMuTeQ deveu-se à sua compatibilidade com a abordagem qualitativa adotada nesta pesquisa, permitindo integrar procedimentos estatísticos ao tratamento lexical do corpus e subsidiar a posterior interpretação qualitativa dos resultados. Embora a essência da análise de conteúdo seja interpretativa, o uso de recursos estatísticos na segmentação do corpus amplia a confiabilidade dos resultados, conferindo maior sistematicidade ao processamento lexical e oferecendo suporte empírico para a categorização posterior.

Para a organização do corpus textual, as entrevistas foram inicialmente transcritas de forma individual e, posteriormente, submetidas à padronização estrutural dos textos. Essa etapa incluiu a adoção do padrão em letras minúsculas, a revisão de pontuação e a uniformização de termos semanticamente equivalentes, com o objetivo de reduzir inconsistências lexicais durante o processamento automatizado.

Em seguida, as transcrições foram consolidadas em um único arquivo no formato .txt, com codificação UTF-8, conforme as exigências operacionais do IRaMuTeQ. No arquivo textual, cada entrevista foi precedida por uma linha de comando iniciada por quatro asteriscos (****), seguida das variáveis previamente definidas. Essa estrutura possibilita a identificação e a segmentação dos textos por participante, bem como a associação entre as variáveis analíticas e os segmentos textuais processados.

Para este estudo, foram consideradas as seguintes variáveis: identificação da entrevista, cargo do entrevistado, tempo de atuação da organização, tipo de atuação institucional e participação em processos de formulação de políticas públicas ambientais. O Quadro 3 apresenta as variáveis utilizadas e suas respectivas codificações nas linhas de comando.

Quadro 3 - Descrição das variáveis das linhas de comando.

Variável	Descrição	Codificação
Id	Identificação do entrevistado	entrevista_01 ... entrevista_11
Cargo	Cargo do respondente na organização	- Diretor - Presidente - Analista
Tempo	Tempo de atuação da OSC	- Baixo: menor que 5 anos - Médio: entre 5 e 10 anos - Alto: acima de 10 anos
Tipo de atuação	Tipo de atuação da organização	- Execução - Advocacy - Mista
Participação	Participação em processos de formulação de políticas públicas	- Sim - Não

Fonte: elaborado pelo autor (2026).

Foi elaborada uma linha de comando para cada entrevista. Por exemplo, a estrutura: **** *entrevista_08 *cargo=presidente *tempo=medio *atuacao=execucao *participa=nao. Nessas codificações das variáveis, não é indicada a adoção de

acentuação gráfica. Esse comando indica que o trecho corresponde à oitava entrevista inserida no corpus; que o entrevistado ocupava o cargo de presidente na OSC; que a organização possuía tempo de atuação entre 5 e 10 anos; que sua atuação foi classificada como execução; e que não participava de processos de formulação de políticas públicas ambientais.

Com o objetivo de garantir maior consistência na análise lexical, foi elaborado um dicionário de padronização, no qual termos semanticamente equivalentes foram unificados, reduzindo ambiguidades e dispersões semânticas no processamento automatizado. O Quadro 4 apresenta os principais termos padronizados utilizados na análise.

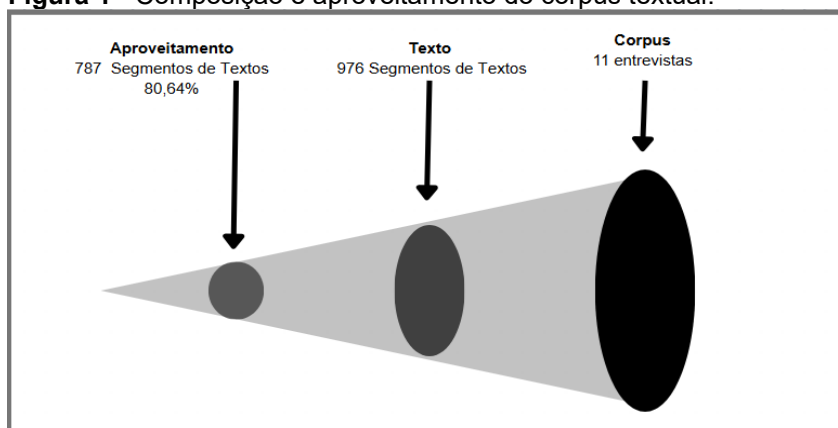
Quadro 4 - Dicionário de padronização lexical.

Termos originais	Termo padronizado
Políticas públicas ambientais; política pública ambiental; Políticas ambientais; política ambiental	politicas_publicas_ambientais
Políticas públicas	politicas_publicas
Meio ambiente; Questão ambiental; Área ambiental	meio_ambiente
OSC; OSCs; Organizações da sociedade civil	organizacoes_sociais
Poder público	poder_publico
Gestão pública	gestao_publica
Administração pública	administracao_publica
Participação social	participacao_social
Orçamento público	orcamento_publico
Planejamento orçamentário	planejamento_orcamentario
Sociedade civil	sociedade_civil

Fonte: elaborado pelo autor (2026).

Após a estruturação do corpus textual, a definição das linhas de comando e a elaboração do dicionário de padronização, os dados foram processados no IRaMuTeQ. O software realiza a segmentação do corpus em Segmentos de Texto (ST), permitindo a identificação de ocorrências, formas lexicais, relações de coocorrência e associações estatísticas entre palavras, com apoio em procedimentos como o teste do qui-quadrado (χ^2) (Chartier; Meunier, 2011; Lahlou, 2012). A Figura 1 apresenta a composição do corpus textual e o percentual de aproveitamento dos ST submetidos ao processamento no IRaMuTeQ.

Figura 1 - Composição e aproveitamento do corpus textual.

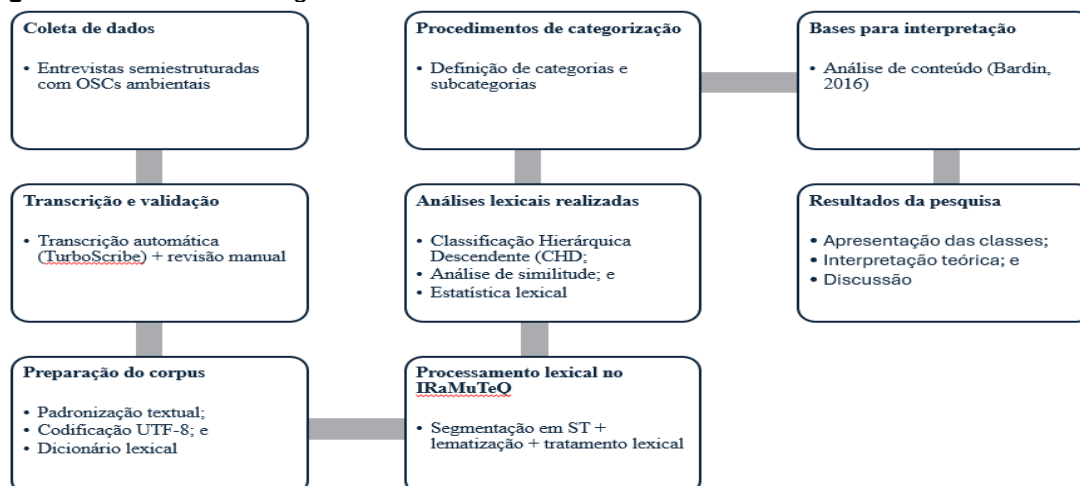


Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados processados no IRaMuTeQ (2026) e adaptado de Camacho (2022).

Conforme apresentado na Figura 1, o corpus foi composto por 11 entrevistas, das quais foram gerados 976 ST. Desse total, 787 segmentos foram aproveitados pelo software, correspondendo a 80,64% do corpus processado. Percentuais superiores a 70% de aproveitamento do corpus são normalmente considerados adequados para a realização da Classificação Hierárquica Descendente, indicando boa estabilidade do processamento lexical (Camargo; Justo, 2013).

Considerando as etapas descritas, que abrangem desde a transcrição das entrevistas semiestruturadas até o processamento lexical dos dados com auxílio do IRaMuTeQ, torna-se possível sistematizar o percurso metodológico adotado nesta pesquisa. A Figura 2 apresenta, de forma sintética, esse encadeamento metodológico, evidenciando as etapas de tratamento dos dados e os procedimentos que subsidiam a categorização e a interpretação analítica.

Figura 2 - Fluxo metodológico.



Fonte: elaborado pelo autor (2026)

A sistematização apresentada evidencia a articulação entre o tratamento automatizado dos dados textuais e a interpretação qualitativa fundamentada na análise de conteúdo temática de Bardin (2016). Destaca-se que as análises lexicais não substituem a interpretação do pesquisador, mas oferecem suporte empírico e rigor analítico à identificação de padrões discursivos e à construção das categorias analíticas. Dessa forma, os procedimentos metodológicos adotados fornecem subsídios para a análise dos dados, cuja apresentação e discussão serão desenvolvidas na seção de resultados.

3.4.1 Estatística Lexical

As estatísticas lexicais clássicas no software IRaMuTeQ correspondem a uma etapa inicial de processamento do material textual, na qual as unidades de texto são segmentadas e organizadas, convertendo as Unidades de Contexto Iniciais (UCI) em Unidades de Contexto Elementares (UCE) (Camargo; Justo, 2013). Esse procedimento possibilita a estruturação padronizada do corpus, favorecendo o adequado processamento do volume de dados textuais pelo software (Camargo; Justo, 2013; Camargo; Justo, 2013b).

Nessa etapa, são obtidos indicadores quantitativos relevantes, tais como o número total de palavras, a frequência média dos termos e a identificação dos hápax, isto é, palavras que ocorrem apenas uma única vez no corpus analisado (Camargo; Justo, 2013; Salviati, 2017). Esses indicadores fornecem uma visão geral da composição lexical do material, contribuindo para a compreensão inicial da estrutura do corpus.

Outro procedimento fundamental consiste na lematização, processo responsável pela redução das palavras às suas formas básicas, permitindo que diferentes variações de um mesmo termo sejam tratadas como uma única unidade lexical (Camargo; Justo, 2013; Salviati, 2017). Esse procedimento contribui para a padronização do vocabulário e para a redução de dispersões semânticas, favorecendo a identificação de padrões e relações lexicais no corpus (Camargo; Justo, 2013; Salviati, 2017).

A visualização dos resultados pode ser realizada por meio do diagrama de Zipf, que representa graficamente a distribuição das frequências das palavras em função

de sua posição no ranqueamento (Camargo; Justo, 2013b). Tal representação possibilita observar o comportamento do vocabulário do corpus, especialmente quanto à concentração dos termos mais frequentes e sua relação com a estrutura textual analisada (Camargo; Justo, 2013b; Salviati, 2017).

No contexto desta pesquisa, a estatística lexical foi utilizada como etapa preliminar de validação e organização do corpus, subsidiando as análises lexicais subsequentes, especialmente a CHD e a análise de similitude. Assim, essa técnica assumiu caráter instrumental no processo analítico, contribuindo para a organização dos dados textuais e para a condução das etapas interpretativas posteriores fundamentadas na análise de conteúdo proposta por Bardin (2016).

3.4.2 Classificação Hierárquica Descendente (CHD) e Análise Fatorial de Correspondência (AFC)

É uma técnica de análise lexical baseada na metodologia proposta por Reinert, cujo objetivo consiste em classificar ST a partir de seus vocabulários específicos, organizando o corpus em classes lexicalmente homogêneas (Camargo; Justo, 2013; Salviati, 2017). Essa técnica opera a partir da identificação das formas reduzidas das palavras, agrupando unidades de contexto que compartilham padrões lexicais semelhantes e diferenciando aquelas que apresentam vocabulário distinto (Camargo; Justo, 2013; Camargo; Justo, 2013b).

O procedimento analítico inicia-se com a segmentação do corpus em unidades de contexto elementares, posteriormente submetidas a um processo de classificação estatística, permitindo a identificação de padrões lexicais nos dados (Camargo; Justo, 2013; Salviati, 2017). A partir disso, o software realiza partições sucessivas do corpus, dividindo-o em subgrupos progressivamente mais homogêneos, até a obtenção de classes lexicais estáveis de ST (Camargo; Justo, 2013).

Esse processo permite identificar diferentes campos lexicais presentes no material analisado, os quais refletem distintas formas de organização do discurso, conforme discutido por Camargo e Justo (2013) ao descreverem a capacidade da CHD de evidenciar estruturas lexicais diferenciadas no corpus. Um elemento central da CHD é a utilização do teste do qui-quadrado (χ^2), responsável por medir a

associação entre palavras e classes formadas, permitindo identificar os termos mais representativos de cada agrupamento textual (Camargo; Justo, 2013; Salviati, 2017).

A representação dos resultados da CHD ocorre por meio de um dendrograma, que ilustra graficamente as divisões sucessivas do corpus e as relações hierárquicas entre as classes formadas (Camargo; Justo, 2013b). Nesta pesquisa, a CHD possibilitou identificar padrões discursivos relacionados à participação das organizações da sociedade civil na formulação de políticas públicas ambientais. As classes geradas foram interpretadas à luz da análise de conteúdo temática proposta por Bardin (2016), considerando as palavras com maior associação estatística (χ^2), os ST característicos de cada classe e as relações hierárquicas observadas no dendrograma.

A interpretação das classes lexicais obtidas por meio da CHD seguiu um percurso analítico estruturado em etapas complementares. Após a geração das classes lexicais pelo software, procedeu-se à leitura interpretativa ST mais representativos e das palavras com maior associação estatística em cada agrupamento lexical. Inicialmente, foram identificados microtemas e macrotemas recorrentes nos discursos dos participantes, considerando a frequência, proximidade semântica e coerência temática dos segmentos classificados.

Na etapa seguinte, os macrotemas revisados foram agrupados em blocos semânticos mais amplos, permitindo organizar aproximações de sentido entre as classes lexicais e relacioná-las aos objetivos da pesquisa. A partir desse procedimento interpretativo, foram definidas as nomeações das classes e construídas as subcategorias analíticas, representando dimensões específicas do fenômeno investigado. Posteriormente, as subcategorias foram articuladas em categorias analíticas mais abrangentes, possibilitando sistematizar os principais núcleos interpretativos emergentes do corpus textual.

Por fim, considerando as relações de proximidade e oposição identificadas entre as classes no dendrograma da CHD, as categorias foram organizadas em dois eixos analíticos centrais: (i) Crítica à efetividade estatal e controle das políticas ambientais; e (ii) Governança participativa, capacidades institucionais e articulação entre OSCs e poder público municipal.

O primeiro eixo analítico, contribuiu principalmente para a identificação das limitações percebidas pelas OSCs quanto à atuação do poder público, à efetividade

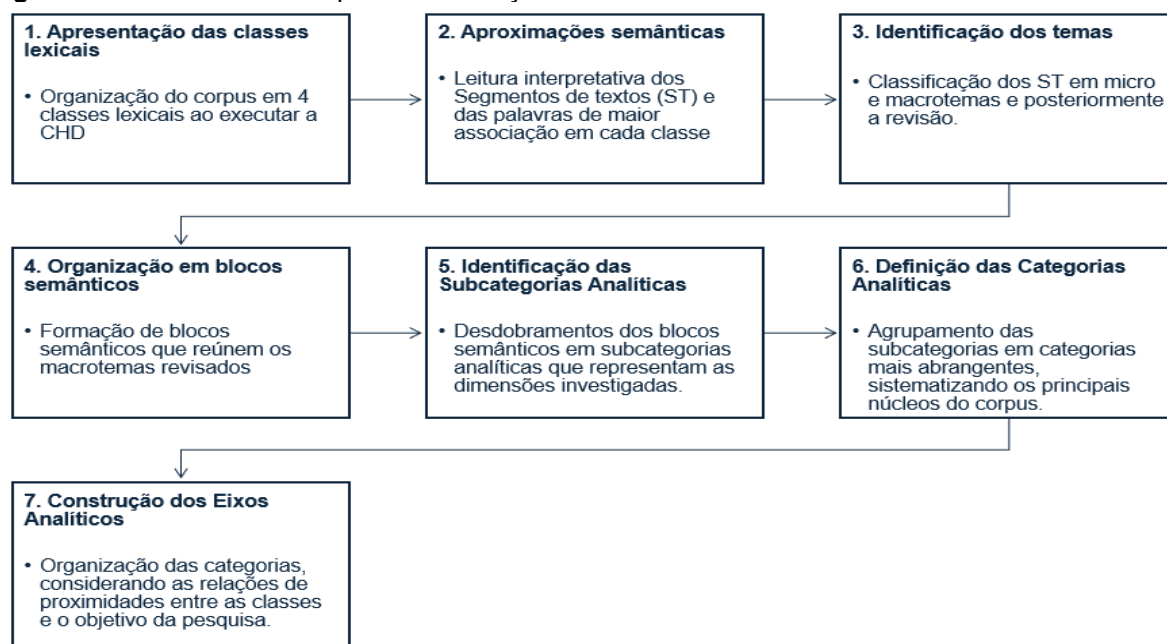
dos mecanismos de participação, ao acompanhamento das políticas ambientais e às possibilidades de incidência sobre as decisões públicas. Dessa forma, esse eixo forneceu elementos para o atendimento do segundo objetivo específico, relacionado ao mapeamento dos desafios e limitações enfrentados pelas organizações, e subsidiou o terceiro objetivo específico, ao permitir analisar os limites percebidos pelas OSCs quanto à sua influência sobre o planejamento orçamentário e as decisões públicas.

O segundo eixo, reuniu elementos associados às formas de participação das organizações, aos mecanismos de interlocução com o governo, às capacidades institucionais das OSCs e às possibilidades de fortalecimento dessa articulação. Esse eixo contribuiu para o primeiro objetivo específico, ao possibilitar descrever as formas de participação das OSCs na formulação das políticas públicas ambientais, e para o segundo objetivo específico, ao evidenciar limitações relacionadas às capacidades e à articulação institucional. Em conjunto com o primeiro eixo e com a análise documental dos instrumentos de planejamento orçamentário, também forneceu elementos para o terceiro objetivo específico, referente à verificação da influência das OSCs no processo de planejamento orçamentário municipal. Por fim, as evidências relacionadas às dificuldades de articulação, às necessidades institucionais e às demandas por instrumentos de apoio subsidiaram o quarto objetivo específico, referente à proposição de um sistema destinado a auxiliar a articulação entre as OSCs ambientais e o poder público local.

Ressalta-se que esses eixos interpretativos não foram produzidos automaticamente pelo software, mas construídos analiticamente pelo pesquisador a partir das relações lexicais observadas, em articulação com os objetivos da pesquisa e com o referencial teórico adotado.

Nesse sentido, elaborou-se um esquema analítico para sintetizar o percurso interpretativo utilizado na transformação das classes lexicais em categorias e eixos analíticos da pesquisa, conforme apresentado na Figura 3.

Figura 3 - Percurso analítico para a construção dos eixos.



Fonte: elaborado pelo autor (2026).

A sistematização apresentada na Figura 3 demonstra que a interpretação dos dados não se restringiu à descrição estatística das classes lexicais geradas pelo IRaMuTeQ. Ao contrário, buscou-se desenvolver um processo analítico articulado entre os resultados da análise lexical, os ST representativos e os referenciais teóricos da pesquisa, permitindo interpretar as evidências empíricas e organizá-las em categorias analíticas coerentes com o problema de pesquisa e os objetivos do estudo. A apresentação detalhada desses eixos, categorias e subcategorias será desenvolvida na seção de análise e discussão dos resultados.

Complementarmente à Classificação Hierárquica Descendente (CHD), foi empregada a Análise Fatorial de Correspondência (AFC), técnica estatística multivariada que possibilita a representação gráfica das relações existentes entre palavras, segmentos de texto e classes lexicais identificadas no corpus (Camargo; Justo, 2013). Segundo Camargo e Justo (2013), a AFC permite visualizar associações, aproximações e distanciamentos entre os vocabulários característicos dos agrupamentos lexicais, contribuindo para a compreensão da estrutura do corpus analisado.

De acordo com Salviati (2017), a AFC constitui um procedimento complementar às análises lexicais realizadas no IRaMuTeQ, possibilitando projetar, em um plano fatorial, as relações existentes entre os elementos textuais analisados. Nessa representação gráfica, a proximidade entre palavras e classes tende a indicar maior

associação lexical, enquanto o distanciamento sugere diferenças na composição vocabular dos agrupamentos (Camargo; Justo, 2013; Salviati, 2017).

Nesse sentido, a AFC foi utilizada nesta pesquisa como recurso complementar à CHD, auxiliando na interpretação das relações de proximidade e oposição observadas entre as classes lexicais. Conforme destacam Camargo e Justo (2013), a utilização conjunta dessas técnicas contribui para uma compreensão mais abrangente da organização lexical do corpus. Assim, os resultados obtidos por meio da AFC serviram como elemento de apoio à interpretação das classes identificadas pela CHD e à construção dos eixos analíticos elaborados a partir da articulação entre os resultados estatísticos, os segmentos de texto representativos e o referencial teórico adotado.

3.4.3 Análise de Similitude

A análise de similitude fundamenta-se nos princípios da teoria dos grafos para examinar a organização e a estrutura interna do corpus textual, permitindo identificar relações de coocorrência entre palavras e mapear conexões semânticas no discurso dos participantes (Marchand; Ratinaud, 2012; Salviati, 2017).

Essa técnica possibilita identificar como os vocábulos se conectam no interior do corpus, evidenciando estruturas relacionais entre os termos e permitindo visualizar aproximações temáticas, centralidades lexicais e núcleos organizadores do discurso. Dessa forma, a análise de similitude contribui para compreender como determinados conceitos se articulam na construção simbólica e semântica do fenômeno investigado (Marchand; Ratinaud, 2012; Salviati, 2017).

A representação é realizada por meio de um grafo, em forma de árvore de conexidade, no qual é possível observar os termos centrais do corpus e suas respectivas ramificações temáticas, bem como identificar a intensidade das conexões entre as palavras e visualizar agrupamentos semânticos e relações discursivas estabelecidas entre os diferentes elementos textuais (Salviati, 2017).

No contexto desta pesquisa, a análise de similitude foi utilizada para compreender as relações entre conceitos-chave associados à participação social, atuação das OSCs, governança participativa, poder público, transparência e políticas públicas ambientais. A técnica possibilitou observar como esses elementos se

articulam no discurso dos participantes, complementando os resultados obtidos na CHD.

Além da frequência dos termos, a interpretação dos grafos considerou a centralidade lexical das palavras, a intensidade das conexões estabelecidas entre os vocábulos e sua posição relacional na estrutura semântica da árvore de similitude. Esse procedimento permitiu identificar núcleos organizadores do discurso e aproximações temáticas relacionadas à efetividade estatal, fiscalização social, participação institucional, articulação entre OSCs e poder público municipal e mecanismos de governança participativa.

Para fins de representação e interpretação da árvore de similitude, foram priorizados os termos semanticamente mais relevantes ao objeto da pesquisa, priorizando termos relacionados à participação social, governança pública, planejamento orçamentário, institucionalidade, transparência, políticas públicas ambientais e atuação das OSCs. Na representação gráfica, foram desconsiderados termos conversacionais, palavras excessivamente genéricas e vocábulos sem contribuição analítica significativa, com o objetivo de tornar a visualização da rede semântica mais clara e coerente com os objetivos da pesquisa.

Por fim, os resultados da análise de similitude foram interpretados de forma integrada às demais técnicas adotadas, especialmente a CHD e a análise de conteúdo temática. Essa triangulação metodológica reforça a robustez analítica da investigação, ao combinar diferentes estratégias de interpretação lexical e qualitativa na compreensão do fenômeno estudado, conforme orienta a perspectiva metodológica de Bardin (2016).

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo apresenta a análise e discussão dos resultados obtidos a partir das entrevistas realizadas com representantes das OSCs ambientais do município de Manaus-AM. A interpretação dos dados foi desenvolvida por meio da articulação entre as análises lexicais realizadas no IRaMuTeQ e a análise de conteúdo temática proposta por Bardin (2016).

Para compreender as percepções, experiências e sentidos atribuídos pelos participantes na atuação das OSCs na formulação de políticas públicas ambientais e

no planejamento orçamentário municipal, foram utilizadas técnicas complementares de estatística lexical, CHD, AFC e análise de similitude. A integração dessas técnicas possibilitou identificar padrões lexicais, relações semânticas, aproximações discursivas e estruturas interpretativas presentes no corpus textual.

Inicialmente, apresenta-se a caracterização lexical do corpus, seguida da análise da CHD e da AFC, buscando compreender a organização semântica das classes lexicais e suas relações de proximidade e oposição. Posteriormente, são discutidos os resultados da análise de similitude, permitindo visualizar as conexões estabelecidas entre os principais termos do corpus. Por fim, os resultados são interpretados a partir dos eixos analíticos, categorias e subcategorias construídos com base na leitura dos segmentos de texto mais representativos das classes lexicais.

4.1 Estatística Lexical do Corpus pelo IRaMuTeQ

A análise lexical do corpus foi realizada com auxílio do software IRaMuTeQ, permitindo identificar a estrutura vocabular das entrevistas e verificar a consistência textual do material analisado. O corpus da pesquisa foi composto por 11 textos correspondentes às entrevistas realizadas com representantes das OSCs ambientais atuantes em Manaus-AM.

A análise identificou 33.741 ocorrências lexicais, distribuídas em 2.654 formas distintas, com média de 3.067,36 ocorrências por texto. Também foram identificados 1.163 hapax, correspondendo a 43,82% das formas e a 3,45% das ocorrências do corpus.

A estatística lexical permitiu identificar a composição vocabular do corpus, incluindo número de ocorrências, formas, formas ativas e hápax. Segundo Camargo e Justo (2013), essas informações auxiliam na caracterização lexical do corpus e subsidiam as análises textuais posteriores realizadas no IRaMuTeQ. Os indicadores obtidos evidenciam um corpus lexicalmente consistente e suficientemente estruturado para subsidiar as análises subsequentes realizadas no IRaMuTeQ, especialmente a CHD, a AFC e a análise de similitude, conforme discutido por Camargo e Justo (2013).

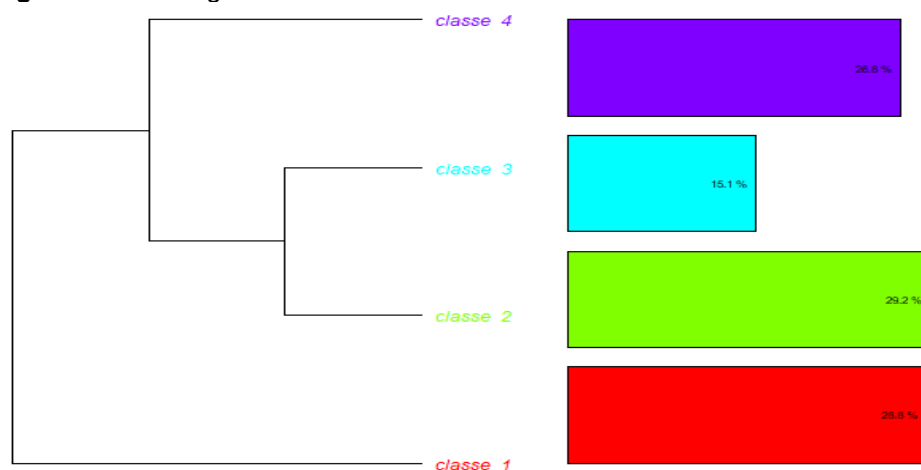
4.2 Classificação Hierárquica Descendente (CHD)

A CHD permitiu identificar quatro agrupamentos lexicais organizados a partir das relações de proximidade vocabular existentes nos ST do corpus analisado. Esses agrupamentos evidenciam diferentes estruturas discursivas presentes nas entrevistas realizadas com representantes das OSCs ambientais atuantes em Manaus-AM.

O corpus analisado foi composto por 976 ST, dos quais 787 foram classificados pela CHD, correspondendo a um aproveitamento de 80,64% do material textual. Esse percentual sugere consistência lexical satisfatória para a realização das análises estatísticas do corpus, indicando estabilidade na formação dos agrupamentos textuais identificados pelo software.

A análise resultou na formação de quatro classes lexicais, organizadas a partir da recorrência e associação entre palavras estatisticamente significativas dentro de cada agrupamento textual. A Figura 4 apresenta o dendrograma horizontal, evidenciando os desdobramentos hierárquicos ocorridos durante o processo de classificação lexical.

Figura 4 - Dendrograma horizontal da CHD.



Fonte: Elaborado pelo Software IRaMuTeQ ® 0.8 alpha 7 a partir dos dados da pesquisa (2026).

A estrutura do dendrograma demonstra que a primeira partição do corpus separou a Classe 1 do conjunto formado pelas Classes 2, 3 e 4, indicando relativo distanciamento lexical desse agrupamento em relação aos demais discursos presentes no corpus. Em um segundo momento, a Classe 4 foi dissociada das Classes 2 e 3. Por fim, as Classes 2 e 3 foram segmentadas entre si, mantendo, entretanto,

maior proximidade lexical e semântica quando comparadas às demais classes identificadas.

Essa configuração indica maior proximidade lexical entre as Classes 2 e 3, sugerindo a existência de relações temáticas entre os discursos associados à participação das OSCs, à transparência, à comunicação institucional e ao acesso à informação. A natureza dessas relações será aprofundada na interpretação específica de cada classe.

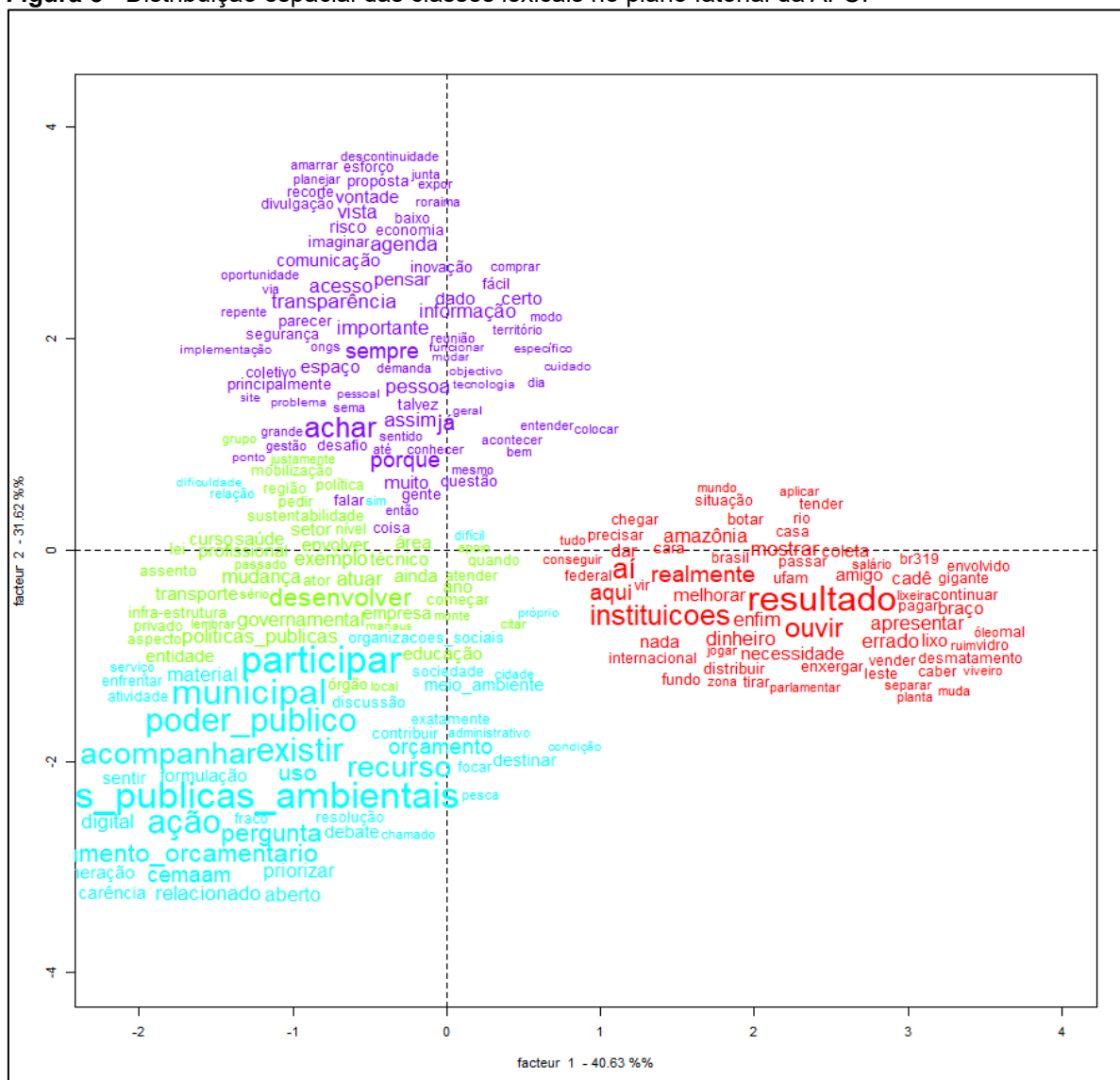
Em contrapartida, a Classe 1 apresentou maior distanciamento lexical em relação às demais, indicando um núcleo discursivo específico voltado à efetividade da participação e à capacidade das OSCs influenciarem os processos de formulação de políticas públicas ambientais. Esse resultado sugere que os entrevistados distinguem os obstáculos operacionais da participação das questões relacionadas à incorporação efetiva das demandas da sociedade civil pelo poder público.

A relativa separação da Classe 4 evidencia que as discussões sobre implementação das políticas públicas ambientais estão associadas a fatores políticos e institucionais mais amplos, como vontade política, capacidade governamental e articulação entre diferentes atores. Assim, os discursos dos participantes sugerem que a existência de mecanismos participativos, por si só, não é percebida como suficiente para garantir a efetiva incorporação das contribuições das OSCs nos processos decisórios municipais.

Em termos proporcionais, a Classe 2 apresentou a maior representatividade no corpus, concentrando 29,2% dos segmentos classificados. Em seguida, destacaram-se a Classe 1, com 28,8%, e a Classe 4, com 26,8% dos ST classificados. Já a Classe 3 correspondeu a 15,1% do corpus analisado. Esses resultados indicam que os grupamentos lexicais relacionados às limitações da participação, à influência das OSCs e às condições institucionais para implementação das políticas ambientais constituíram os temas mais recorrentes entre os entrevistados.

Complementarmente à CHD, a Análise Fatorial de Correspondência (AFC) possibilitou visualizar espacialmente as relações de aproximação e oposição lexical entre as classes identificadas pela CHD. Conforme demonstrado na Figura 5, observou-se maior proximidade fatorial entre as Classes 2 e 3, indicando compartilhamento de estruturas discursivas semanticamente relacionadas.

Figura 5 - Distribuição espacial das classes lexicais no plano fatorial da AFC.



Fonte: Elaborado pelo Software IRaMuTeQ ® 0.8 alpha 7 a partir dos dados da pesquisa (2026).

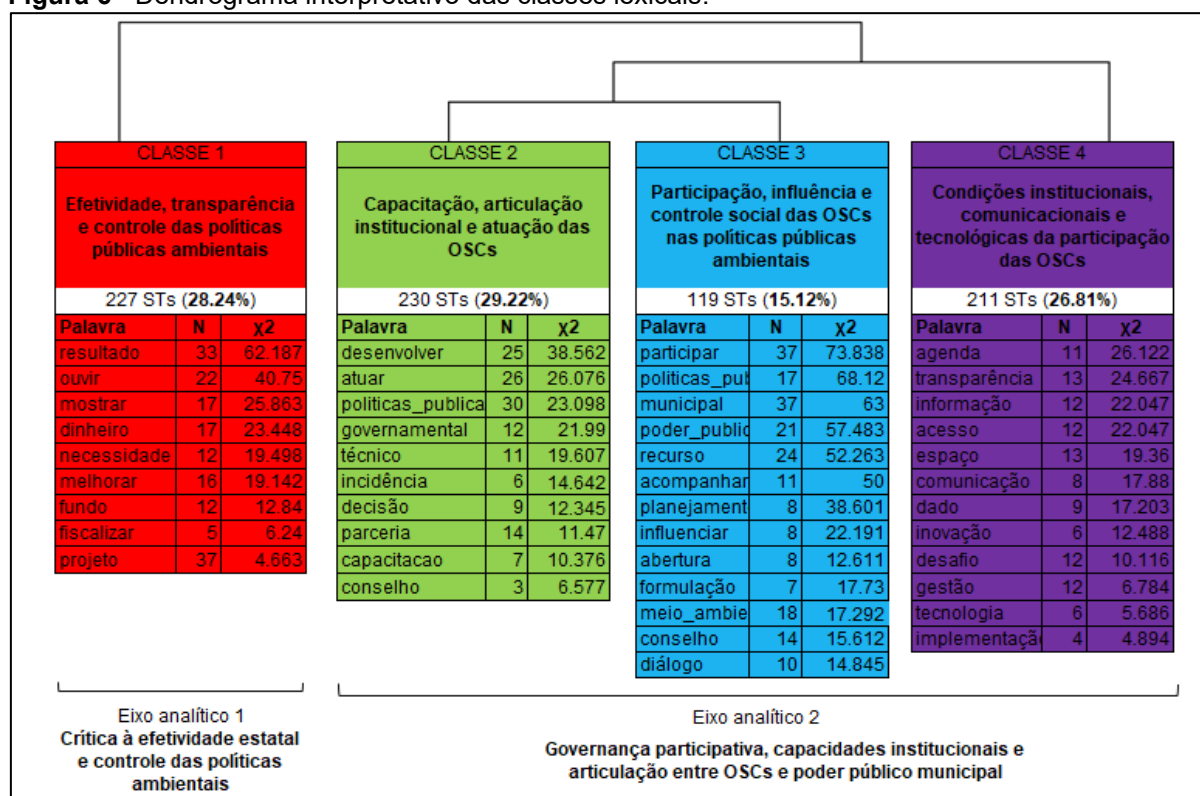
Por outro lado, a Classe 1 ocupou posição mais distante no plano fatorial, evidenciando relativa especificidade lexical em comparação às demais classes do corpus. A Classe 4, embora mantenha relações de aproximação com as Classes 2 e 3, apresentou posicionamento próprio na AFC, sugerindo relativa autonomia discursiva dentro da estrutura semântica identificada.

De modo geral, os resultados da AFC reforçam a existência de aproximações e distanciamentos lexicais já observados na CHD, permitindo visualizar a configuração relacional existente entre os agrupamentos textuais produzidos pelas OSCs ambientais entrevistadas. As interpretações temáticas associadas a essas

aproximações serão aprofundadas nas seções posteriores, a partir da análise qualitativa dos segmentos de texto mais representativos de cada classe.

Com o objetivo de ampliar a visualização interpretativa das classes lexicais, foi elaborado um dendrograma analítico em formato vertical, construído pelo pesquisador a partir dos resultados gerados no IRaMuTeQ. Essa representação sintetiza os agrupamentos lexicais identificados, seus respectivos percentuais de segmentos classificados, as palavras de maior associação lexical e os eixos interpretativos construídos ao longo da análise qualitativa do corpus (Figura 6). Embora a Figura 6 tenha sido elaborada pelo pesquisador, sua construção baseou-se integralmente nos resultados estatísticos produzidos pelo IRaMuTeQ, preservando as relações hierárquicas observadas na CHD e as associações lexicais identificadas pelo software.

Figura 6 - Dendrograma interpretativo das classes lexicais.



Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado do Software IRaMuTeQ ® 0.8 alpha 7 (2026).

As palavras apresentadas em cada classe foram organizadas em ordem decrescente do valor da estatística do qui-quadrado (χ^2), indicador utilizado para demonstrar o grau de associação lexical entre os vocábulos e seus respectivos

agrupamentos textuais. Assim, quanto maior o valor do x^2 , maior a força de associação da palavra ao universo semântico da classe correspondente.

A partir da interpretação conjunta da CHD, da AFC e da leitura qualitativa dos segmentos de texto, foi possível identificar dois movimentos discursivos predominantes no corpus. O primeiro esteve mais associado a discursos relacionados à efetividade das políticas públicas ambientais, à transparência institucional e às percepções sobre controle e fiscalização das ações governamentais. O segundo concentrou discursos relacionados à participação institucional das OSCs, às capacidades organizacionais, às articulações interinstitucionais e às limitações estruturais presentes nos processos participativos.

A partir da leitura interpretativa dos segmentos de texto mais representativos de cada agrupamento lexical, foram identificados macrotemas recorrentes que subsidiaram a construção das subcategorias e categorias analíticas da pesquisa. Posteriormente, considerando as relações de proximidade semântica observadas entre as classes, as categorias foram organizadas em dois eixos interpretativos centrais: (i) crítica à efetividade estatal e controle das políticas ambientais; e (ii) governança participativa, capacidades institucionais e articulação entre OSCs e poder público municipal, que orientarão as análises qualitativas desenvolvidas nas próximas seções.

4.3 Análise De Similitude

Esta análise permitiu identificar as relações de coocorrência entre os vocábulos presentes nos discursos das OSCs entrevistadas, evidenciando conexões semânticas, centralidades discursivas e aproximações temáticas associadas à participação social, às políticas públicas ambientais e à articulação institucional entre sociedade civil e poder público. A Figura 7 apresenta a árvore de similitude gerada a partir do corpus analisado.

associa a atuação das OSCs à esfera administrativa municipal, especialmente no que se refere à condução das políticas ambientais, aos mecanismos institucionais de gestão e às formas de interação entre sociedade civil e governo local.

Em torno do termo participar, observam-se conexões com palavras como conselho, transparência, audiência, planejamento_orcamentario, comunidade e participativo. A proximidade entre esses vocábulos indica que os discursos analisados vinculam os processos participativos a mecanismos institucionais de diálogo, acompanhamento e influência sobre as políticas públicas ambientais.

O núcleo relacionado ao termo organizacoes_sociais conecta-se a palavras como atuar, desenvolver, parceria, politicas_publicas, governamental, rede e institucional. Esse agrupamento evidencia a associação entre as OSCs e práticas voltadas à articulação institucional, desenvolvimento de ações ambientais e construção de parcerias com órgãos públicos.

Também se destaca a presença do termo recurso, articulado a palavras como acompanhar, monitoramento, execução, aplicação, destinar e orçamentário. Essa configuração sugere que os discursos abordam questões relacionadas ao acompanhamento da execução das políticas públicas e à destinação de recursos voltados à área ambiental.

Por sua vez, o núcleo estruturado em torno do termo instituições apresenta conexões com palavras como resultado, ouvir, fiscalizar, prefeitura e ambiental, indicando discursos relacionados à atuação institucional do poder público, à necessidade de fiscalização das políticas ambientais e à ampliação dos mecanismos de escuta e resposta às demandas sociais.

Embora a árvore apresente agrupamentos relativamente distintos, observa-se a existência de conexões entre diferentes núcleos lexicais, especialmente por meio de termos intermediários como participar, conselho, governo e diálogo. Isso demonstra que os discursos analisados articulam múltiplas dimensões da atuação das OSCs ambientais, envolvendo participação social, governança pública, acompanhamento institucional e formulação de políticas ambientais.

De modo geral, a análise de similitude permitiu visualizar como os principais temas identificados no corpus se relacionam discursivamente, evidenciando conexões entre participação institucional, atuação das OSCs, gestão pública municipal e políticas públicas ambientais. Observa-se que os principais núcleos lexicais

identificados na árvore de similitude apresentam convergência com as classes obtidas na CHD, reforçando a consistência dos padrões discursivos identificados por diferentes técnicas de análise lexical.

4.4 Eixo Analítico I — Crítica à efetividade estatal e controle das políticas ambientais

Os discursos agrupados neste eixo analítico revelam uma percepção recorrente de distanciamento entre a formulação formal das políticas públicas ambientais e sua materialização prática no contexto municipal. Embora os entrevistados reconheçam a existência de instrumentos institucionais, espaços participativos e estruturas administrativas voltadas à gestão ambiental, os segmentos de texto analisados indicam que a efetividade dessas políticas é frequentemente percebida de forma limitada, fragmentada ou insuficiente diante das demandas ambientais identificadas pelas OSCs.

A crítica à efetividade estatal não aparece apenas associada à ausência de resultados concretos das políticas ambientais, mas também à percepção de fragilidade institucional do poder público municipal na condução, implementação e articulação das ações ambientais. Essa percepção aproxima-se das discussões de Souza (2006), ao compreender as políticas públicas não apenas como formulações normativas, mas como processos que dependem da capacidade estatal de implementação, coordenação institucional e resposta às demandas sociais.

Os segmentos de texto analisados também evidenciam que, os entrevistados associam essa limitação à baixa capacidade operacional da gestão pública, à insuficiência de recursos humanos e materiais e à dificuldade de coordenação entre diferentes órgãos administrativos envolvidos na temática ambiental. Essa crítica é sintetizada pelo Entrevistado 2 ao afirmar que: “não é fazer projeto por fazer projeto não, não é isso, temos que ter resultado, enfim e aí se vai, não, não somos convidados acabei de falar, não somos convidados” (Ent_2).

A fala articula dois elementos centrais da Classe 1: a exigência por resultados concretos e a percepção de exclusão das OSCs dos processos institucionais. Nesse sentido, a efetividade das políticas ambientais é compreendida menos pela existência formal de projetos e mais pela capacidade das ações públicas produzirem efeitos

perceptíveis no território, com participação das organizações que acompanham diretamente as demandas ambientais locais.

Essa percepção também revela em discursos que apontam que “a capacidade municipal [...] está muito fraca” (Ent_02), especialmente no que se refere à estrutura administrativa voltada à implementação das políticas ambientais formuladas em conjunto com as OSCs. Em outros momentos, os entrevistados destacam que os órgãos municipais não conseguem acompanhar as demandas ambientais existentes, associando essa limitação não apenas à falta de recursos, mas também à ausência de prioridade institucional atribuída à pauta ambiental no interior da gestão pública.

Os discursos analisados sugerem que a baixa efetividade das políticas ambientais não é percebida apenas como resultado de limitações técnicas ou financeiras, mas também como consequência de dificuldades relacionadas à governança pública e à institucionalização da participação social. Essa compreensão aproxima-se das discussões propostas por Paula (2005), ao problematizar que a ampliação da participação social depende não apenas da existência formal de espaços participativos, mas da capacidade do Estado em incorporar demandas sociais aos processos decisórios e administrativos. Assim, parte significativa das falas associa a fragilidade das políticas ambientais à ausência de canais permanentes de diálogo entre poder público e sociedade civil, bem como à limitação dos mecanismos de escuta institucional das OSCs ambientais. Essa dimensão revela de modo expressivo quando o Entrevistado 2 afirma que “precisa mesmo é melhorar aqui a coleta do lixo quer dizer as instituições têm que participar elas têm que ser ouvidas porque elas vão dar uma visão melhor e um diagnóstico melhor para a administração municipal” (Ent_2).

A fala evidencia que a participação das OSCs não é reivindicada apenas como presença formal em espaços participativos, mas como possibilidade de contribuição técnica e territorial para a gestão ambiental. O argumento do entrevistado desloca a participação de uma dimensão meramente consultiva para uma dimensão diagnóstica: as OSCs aparecem como atores capazes de reconhecer problemas, identificar demandas e oferecer leitura situada da realidade local.

Essa interpretação é reforçada pela recorrência de expressões como “não fomos convidados” (Ent_2), “não existe transparência alguma” (Ent_03), “eu não sinto essa abertura do poder público municipal para o diálogo e a participação da sociedade

civil em decisões relacionadas à políticas públicas ambientais” (Ent_06) e “não sabemos nem o que temos” (Ent_2), que indicam dificuldade de acesso das OSCs aos processos decisórios relacionados às políticas públicas ambientais e ao planejamento governamental. Em vez de se restringirem a críticas genéricas ao poder público, as falas sugerem experiências concretas de distanciamento institucional, especialmente no acompanhamento das ações governamentais e da destinação dos recursos públicos voltados à área ambiental.

Ao mesmo tempo, os segmentos de texto demonstram que as OSCs não se posicionam apenas como agentes externos de cobrança ou fiscalização, mas também como atores interessados em participar da formulação, acompanhamento e implementação das políticas públicas ambientais. Essa dimensão evidencia quando os entrevistados mencionam participação em conselhos, câmaras técnicas, fóruns de debate, elaboração de propostas e desenvolvimento de projetos ambientais em parceria com outras instituições.

Entretanto, essa disposição para contribuir institucionalmente com a gestão ambiental é frequentemente associada a experiências descontínuas, limitadas ou dependentes de iniciativas individuais de determinados gestores públicos. Em alguns segmentos, os entrevistados afirmam que a relação com o poder público ocorre mais por contatos pessoais e redes informais do que por mecanismos institucionais consolidados de participação social. Nesse contexto, o Entrevistado 2 afirma:

Que era preciso que as instituições fossem mais ouvidas e sejam realmente participativas no processo para que possa melhorar a situação. Veja o governo municipal nós somos tão poucas instituições ambientais em Manaus se tiver (Ent_2).

Embora o trecho apresente marcas de oralidade e incompletude próprias da entrevista, ele reforça a percepção de baixa institucionalização da participação das OSCs ambientais no contexto municipal. A ênfase na necessidade de serem “mais ouvidas” e “realmente participativas” indica que o problema não está apenas na inexistência de espaços formais, mas na limitada incorporação dessas organizações aos processos de formulação, acompanhamento e avaliação das políticas ambientais.

Essa percepção é particularmente relevante porque evidencia que a participação institucional das OSCs nem sempre ocorre de forma estruturada ou sistemática. Em diferentes falas, os entrevistados relatam que o acesso aos espaços participativos depende da existência de convites específicos, articulações prévias ou

relações pessoais estabelecidas junto a órgãos governamentais, o que sugere fragilidade na institucionalização dos mecanismos de governança participativa.

Outro aspecto recorrente nos discursos refere-se à relação entre transparência pública e controle social das políticas ambientais. A análise dos segmentos de texto evidencia que os entrevistados associam a limitação da participação institucional à dificuldade de acesso às informações relacionadas à gestão ambiental e ao planejamento orçamentário municipal. Em diversos momentos, as OSCs relatam não acompanhar a destinação dos recursos ambientais não por ausência de interesse institucional, mas pela inexistência de mecanismos acessíveis de consulta, monitoramento e divulgação das ações governamentais.

Essa preocupação também se manifesta na percepção dos entrevistados acerca da necessidade de maior transparência sobre a execução das ações ambientais. Nesse sentido, o Entrevistado 2 questiona a ausência de informações relacionadas à destinação dos resíduos recicláveis e aos resultados alcançados com os recursos investidos: “foi a questão da coleta do lixo do reciclado do vidro está onde é que está tendo esse descarte para onde está indo onde você coletou tem que mostrar o resultado do dinheiro que você aplicou” (Ent_2). A fala demonstra a expectativa de que a gestão pública disponibilize informações que permitam acompanhar não apenas a execução das ações, mas também seus resultados e impactos. Tal entendimento aparece em falas que destacam a inexistência de transparências, a dificuldade de acompanhar o uso dos recursos e a ausência de comunicação direta por parte da gestão municipal. Os entrevistados compreendem a transparência não apenas como divulgação formal de informações públicas, mas também como condição necessária para viabilizar o controle social, a fiscalização e a participação qualificada nos processos decisórios relacionados às políticas ambientais.

A relação entre participação social e controle das ações governamentais também se manifesta na defesa recorrente de ampliação dos espaços participativos e dos mecanismos institucionais de diálogo entre OSCs e poder público. Em diferentes segmentos de texto, os entrevistados sugerem a criação de plataformas digitais, fóruns permanentes, conselhos mais acessíveis e mecanismos de consulta pública capazes de aproximar sociedade civil e gestão municipal.

Contudo, os segmentos indicam que a existência formal desses instrumentos não é percebida, por si só, como suficiente para garantir participação efetiva. Em alguns casos, os entrevistados afirmam que determinados espaços institucionais “já existem”, mas apresentam baixa participação social ou pouca efetividade prática. Essa percepção demonstra que a participação institucional é compreendida pelas OSCs como um processo que depende não apenas da criação formal de canais participativos, mas também da capacidade do poder público em garantir abertura institucional, circulação de informações e incorporação das demandas sociais nos processos decisórios.

Além disso, as críticas das OSCs não se restringem exclusivamente à gestão municipal de Manaus, mas refletem percepções mais amplas sobre a condução das políticas ambientais e sobre os limites institucionais da participação social. Em diferentes falas, os entrevistados associam a baixa efetividade das políticas ambientais à descontinuidade administrativa, à ausência de integração entre órgãos públicos e à dificuldade de transformar debates institucionais em ações concretas de implementação ambiental. Esse posicionamento aparece no alerta do Entrevistado 2:

Há quanto tempo as instituições estão dizendo que se continuar o garimpo ilegal nos rios vai contaminar? Há quanto tempo as instituições estão alertando? Ninguém ouve aí precisa ouvir uma ONG internacional para dizer que os rios estão sendo contaminados pelo mercúrio do garimpo ilegal (Ent_2).

A fala evidencia a percepção de que os conhecimentos produzidos pelas OSCs atuantes no território amazônico nem sempre são incorporados aos processos institucionais de decisão, mesmo em situações relacionadas a problemáticas ambientais amplamente denunciadas pelas organizações locais. Os discursos também convergem com as discussões apresentadas por Losekann (2012), especialmente ao evidenciar tensões entre participação social, reconhecimento institucional e incorporação das demandas ambientais nos processos decisórios do Estado.

O trecho também sugere uma tensão entre a legitimidade do conhecimento produzido localmente e o reconhecimento conferido a atores externos, indicando que a escuta institucional das OSCs ainda aparece como elemento frágil na governança ambiental. Essa fragilidade evidencia um descompasso entre o reconhecimento

formal da participação social previsto no modelo societal e sua efetiva incorporação nos processos decisórios da gestão ambiental municipal.

Ao mesmo tempo, os segmentos indicam que as OSCs reconhecem a importância da atuação conjunta entre sociedade civil e poder público para o fortalecimento das políticas ambientais. Em diversos segmentos de texto, os entrevistados destacam que as OSCs atuam “onde o poder público deixa de atuar” (Ent_03), funcionando como mediadoras entre demandas sociais, territórios e instituições públicas. Nesse sentido, um dos entrevistados ressalta que a efetividade das ações ambientais depende da participação das instituições da sociedade civil, afirmando que: “se não tiver as instituições ambientais do lado, não vai chegar. Então, não dá para colocar apenas uma instituição para dizer que está fiscalizando tudo” (Ent_2).

A fala sugere que os entrevistados percebem as OSCs ambientais como atores complementares à atuação estatal, especialmente em atividades relacionadas à fiscalização, monitoramento e acompanhamento das políticas ambientais no contexto municipal analisado. Assim, a crítica à efetividade estatal não se constitui apenas como oposição à gestão pública, mas como reivindicação por maior articulação institucional, ampliação dos espaços participativos e fortalecimento da governança ambiental no contexto municipal.

4.5 Eixo Analítico II - Governança participativa, capacidades institucionais e articulação entre OSCs e poder público municipal

O segundo eixo analítico reúne os discursos relacionados à governança participativa, às capacidades institucionais das OSCs e às formas de articulação estabelecidas entre sociedade civil e poder público municipal no contexto das políticas públicas ambientais. As Classes 2, 3 e 4 evidenciam que a participação das OSCs é atravessada por dimensões técnicas, institucionais, comunicacionais e organizacionais que influenciam tanto a inserção dessas organizações nos espaços participativos quanto sua capacidade de incidência nas políticas ambientais.

Os discursos reunidos neste eixo analítico deslocam a análise da crítica à efetividade estatal para a compreensão das condições institucionais, técnicas e relacionais que moldam a atuação das OSCs ambientais nos processos de

formulação, implementação e acompanhamento das políticas públicas ambientais em Manaus. Diferentemente do eixo anterior, no qual predominou a cobrança por resultados, transparência e controle social, aqui emergem com maior força os discursos sobre capacidade de atuação, articulação interinstitucional, profissionalização, canais de participação e limites práticos da governança participativa.

As Classes 2, 3 e 4 apresentam forte aproximação temática porque revelam que a influência das OSCs não depende apenas da disposição dessas organizações em participar, mas também das condições institucionais que tornam essa participação possível, contínua e efetiva. A Classe 2 enfatiza a atuação das OSCs por meio de capacitação, parcerias, conselhos, projetos e incidência institucional. A Classe 3 evidencia os limites da participação nos processos decisórios e no planejamento orçamentário. A Classe 4 aprofunda as condições comunicacionais, tecnológicas e administrativas necessárias para que a governança participativa deixe de ser apenas intenção e se converta em prática institucional estruturada.

Nesse eixo, as OSCs surgem como atores que mobilizam conhecimentos técnicos, redes de cooperação e experiências territoriais, mas que atuam em um ambiente institucional marcado por abertura desigual, fragilidade de canais permanentes e dependência de relações pouco sistematizadas com o poder público. Essa tensão aparece de forma clara quando os entrevistados reconhecem a existência de canais participativos, mas questionam sua efetividade, alcance e capacidade de produzir influência real sobre as decisões públicas.

Um dos sentidos centrais da Classe 2 é a percepção de que a atuação das OSCs exige capacidade técnica e articulação institucional. As falas sugerem que essas organizações não se limitam à reivindicação política, mas também desenvolvem projetos, formam parcerias, produzem conhecimento, mobilizam atores e ocupam espaços participativos. Essa dimensão se expressa no seguinte segmento:

Qualquer tipo de projeto, quando a gente elabora, nós juntamos os técnicos, chamamos os especialistas na área e montamos aquela equipe. Cada uma pega um pedaço do projeto que vai desenvolver, conforme as suas habilidades, sua formação. depois a gente junta e faz o projeto. assim que nós fazemos! (Ent_5).

Esse ST é importante porque demonstra que a atuação das OSCs é apresentada como um processo organizado, apoiado em competências técnicas e

divisão de responsabilidades. A influência, nesse caso, não aparece como simples pressão externa sobre o Estado, mas como capacidade de formular propostas, construir projetos e mobilizar conhecimentos especializados. Essa percepção fortalece a interpretação de que as OSCs podem atuar como agentes de apoio à formulação e à implementação das políticas ambientais, desde que existam condições institucionais para sua inserção. Nesse aspecto, os achados aproximam-se das discussões desenvolvidas por Ferreira (2021), ao reconhecer que grupos de interesse voltados as questões ambientais podem atuar não apenas como atores reivindicatórios, mas também como agentes organizados capazes de produzir informações, formular propostas e atuar institucionalmente nos processos relacionados às políticas públicas ambientais.

Essa interpretação também é reforçada quando os entrevistados mencionam a participação em conselhos, audiências, grupos de trabalho, conferências e elaboração de documentos técnicos. O seguinte segmento sintetiza essa dimensão:

Sim, nós buscamos participar em tudo isso: participação em conselhos municipais, audiências públicas, grupos de trabalho intersetoriais, contato direto com os órgãos governamentais, participação em conferências, fóruns e elaboração de documentos técnicos (Ent_6).

A fala evidencia que a participação das OSCs não ocorre apenas em uma arena institucional específica, mas por diferentes canais formais e informais de interação com o poder público. No entanto, o fato desses canais existirem não significa, necessariamente, que produzam influência efetiva. Os discursos sugerem que a presença em espaços participativos não garante, por si só, a incorporação das demandas das OSCs nos processos decisórios ou no planejamento orçamentário municipal.

Essa compreensão apresenta aproximações com os achados de Ferreira (2021), ao identificar, no contexto federal, que a existência de mecanismos participativos e consultas institucionais não implicava, necessariamente, influência efetiva dos grupos de interesse ambientais sobre os processos de formulação das políticas públicas e sobre o alinhamento do planejamento governamental às pautas ambientais.

Esse resultado dialoga com Capella (2018), ao demonstrar que a participação em espaços institucionais não implica, necessariamente, capacidade de inserção

efetiva na agenda governamental. Conforme a autora, os processos de formulação de políticas públicas envolvem disputas pela definição dos problemas prioritários e pela seleção das alternativas consideradas legítimas pelo sistema político (Capella, 2018). Assim, ainda que as OSCs ocupem determinados espaços participativos, sua capacidade de influência permanece condicionada à receptividade institucional do poder público e à dinâmica de construção da agenda ambiental municipal.

Essa tensão se evidencia com mais força na Classe 3, especialmente nos segmentos que tratam da participação nos processos decisórios e do acompanhamento dos recursos públicos. Os discursos revelam que, embora algumas OSCs estejam dispostas a participar ou até participem de fóruns e conselhos, a influência sobre o planejamento orçamentário municipal ainda é percebida como limitada. Um dos segmentos mais expressivos afirma: “não tivemos influência no planejamento orçamentário municipal, pois não tivemos espaço, sim acompanhamos o uso dos recursos destinados a projetos ou políticas públicas ambientais municipais não com ela” (Ent_3).

Esse trecho é relevante porque distingue participação de influência. A fala sugere que a ausência de espaço institucional limita a capacidade das OSCs de interferir no planejamento orçamentário, mesmo quando há interesse ou alguma forma de acompanhamento das políticas ambientais. Assim, o problema não se restringe à vontade de participar, mas à existência de mecanismos capazes de transformar a participação social em capacidade efetiva de incidência sobre decisões públicas.

A fragilidade dos canais institucionais também aparece em discursos que apontam ausência de convite, falta de abertura e dificuldade de acesso ao poder público municipal. Esse diagnóstico aparece de forma expressiva no seguinte segmento de texto: “tem realmente o fundo municipal, mas realmente a gente não é chamado para nada, então uma das dificuldades seria a falta desse diálogo exatamente [...] o poder público municipal está falhando nesse processo” (Ent_5). Esse resultado também converge parcialmente com Ferreira (2021), especialmente ao evidenciar que limitações comunicacionais e dificuldades de acesso aos processos institucionais podem limitar a participação efetiva dos atores sociais nas etapas de formulação e acompanhamento das políticas públicas ambientais.

O segmento aprofunda uma tensão importante: a existência formal de instrumentos institucionais, como fundo municipal ou espaços participativos, não

garante participação substantiva das OSCs. A crítica recai sobre a distância entre a estrutura formal dos mecanismos participativos e sua efetiva operacionalização na prática. Isso dialoga diretamente com o problema de pesquisa, pois indica que a influência das OSCs sobre o planejamento orçamentário municipal depende menos da simples existência de instrumentos e mais da abertura institucional para diálogo, escuta e incorporação das contribuições da sociedade civil.

A Classe 4 amplia essa discussão ao introduzir dimensões comunicacionais, tecnológicas e organizacionais da governança participativa. Os discursos indicam que a efetividade da participação depende do acesso à informação, da transparência institucional, da clareza dos canais de interação e da existência de instrumentos capazes de reduzir a distância entre as OSCs e o poder público. Um dos segmentos mais relevantes afirma:

Primeiro tem que a questão da conversa com cada organização social. Esse diálogo com as organizações sociais é importante para a questão da transparência. Acho que a transparência conta muito, não só para as organizações sociais, quanto para a sociedade como um todo (Ent_4).

Esse ST é importante porque articula três dimensões centrais do eixo: diálogo, transparência e legitimidade pública. A governança participativa aparece como processo relacional, e não apenas como arranjo formal. A fala sugere que a comunicação entre poder público e OSCs precisa ser contínua, acessível e transparente para que a participação tenha densidade institucional e possa alcançar a sociedade de forma mais ampla.

A dimensão tecnológica também surge como possibilidade de mediação da participação social. Na Classe 3, diferentes segmentos mencionam a hipótese de uma plataforma digital em que as OSCs pudessem propor e priorizar ideias relacionadas às políticas públicas ambientais ou ao orçamento municipal, conforme exemplificado no trecho a seguir:

Pelo que a gente conversou aqui eu só vi benefícios, caso existisse um sistema participativo online entre as organizações sociais e o poder público, para que pudéssemos propor e priorizar ideias para políticas públicas ambientais ou ações no orçamento municipal a minha organização social participaria (Ent_2).

O trecho sugere que a tecnologia é percebida como instrumento potencial de aproximação entre OSCs e poder público, especialmente no que se refere à proposição de ideias e priorização de ações ambientais. Contudo, a análise dos

demais segmentos indica que a tecnologia não aparece como solução automática. Os discursos sugerem que os instrumentos tecnológicos são percebidos menos como substitutos da participação institucional e mais como mecanismos auxiliares de articulação, transparência e circulação de informações entre OSCs e poder público.

Os segmentos da Classe 4 indicam que plataformas, aplicativos e sistemas digitais dependem de desenho institucional adequado, mobilização, acessibilidade, comunicação e manutenção. Assim, a inovação tecnológica só ganha sentido quando vinculada à abertura política e à capacidade administrativa de sustentar processos participativos. Essa cautela é expressa em discursos que alertam para a necessidade de planejamento e mobilização prévia. Um segmento da Classe 4 afirma:

Eu acho que se não for muito bem elaborado a implementação, o risco de você ter baixa - estou falando porque isso já aconteceu se você não planeja uma etapa de mobilização - você não vai ter dados suficientes você não vai conseguir contar os dados suficientes (Ent_07).

Esse ST é analiticamente relevante porque impede uma leitura simplista da tecnologia como solução suficiente para os problemas de participação. A fala indica que a efetividade de instrumentos participativos depende de mobilização social, planejamento e capacidade de produzir dados suficientes para orientar decisões. Nesse sentido, a governança participativa exige desenho institucional, recursos organizacionais e estratégias de engajamento que ultrapassam a mera criação de uma ferramenta digital.

A análise das Classes 2, 3 e 4 evidencia, portanto, que a influência das OSCs na formulação de políticas públicas ambientais e no planejamento orçamentário municipal é condicionada por três dimensões interdependentes. A primeira refere-se às capacidades internas das OSCs, como qualificação técnica, produção de projetos, articulação em rede e participação em espaços institucionais. A segunda diz respeito à abertura do poder público para incorporar essas capacidades nos processos decisórios. A terceira envolve as condições comunicacionais e tecnológicas que podem ampliar, organizar ou limitar a participação social.

A análise desenvolvida neste eixo evidencia que a governança participativa não se realiza apenas pela existência de conselhos, fóruns, audiências ou plataformas digitais. Ela depende da combinação entre capacidade social organizada, abertura institucional, transparência, comunicação pública e continuidade administrativa. Os discursos analisados sugerem que as OSCs possuem disposição e, em alguns casos,

estrutura técnica para contribuir com políticas ambientais, mas enfrentam barreiras relacionadas à fragilidade dos canais de diálogo, à baixa institucionalização da participação e à dificuldade de transformar presença em influência efetiva.

Assim, enquanto o primeiro eixo evidenciou a crítica à efetividade estatal e à insuficiência dos mecanismos de controle das políticas ambientais, este segundo eixo demonstra que a superação dessas limitações depende da construção de arranjos mais estáveis de cooperação entre OSCs e poder público municipal. A atuação das OSCs aparece como potencialmente estratégica para ampliar diagnósticos, formular propostas, mobilizar atores e acompanhar políticas públicas. Entretanto, esse potencial permanece condicionado à existência de estruturas institucionais capazes de reconhecer, organizar e incorporar essas contribuições nos processos de decisão pública.

Os achados também permitem problematizar os limites da institucionalização da participação social no contexto da governança ambiental municipal. Embora a perspectiva da administração pública societal enfatize a ampliação da participação social e da deliberação coletiva nos processos de gestão pública, os discursos analisados sugerem que a existência formal de espaços participativos não elimina, por si só, dificuldades relacionadas à burocracia estatal, às assimetrias institucionais e à limitada incorporação das demandas das OSCs nos processos decisórios. Nesse aspecto, os resultados dialogam parcialmente com as reflexões de Paula (2005) acerca da ampliação da esfera pública participativa na administração pública brasileira.

Os resultados sugerem, ainda, que a participação das OSCs ambientais em Manaus permanece marcada por uma lógica de inserção institucional desigual, na qual a capacidade técnica e organizacional dessas entidades nem sempre é acompanhada por mecanismos estatais capazes de absorver, estabilizar e transformar essa atuação em influência efetiva sobre as políticas públicas ambientais. Essa configuração evidencia limites relacionados às capacidades estatais e aos arranjos institucionais de coordenação entre Estado e sociedade civil, aspecto discutido por Pires e Gomide (2014) ao analisarem os desafios da governança participativa nas políticas públicas brasileiras.

Essa dinâmica também foi identificada por Alfonso, Oliveira e Dutra (2026), ao observarem que a atuação das organizações ambientais em Manaus tende a ocorrer

de forma fragmentada e condicionada por limitações institucionais relacionadas à abertura estatal, à comunicação governamental e às condições organizacionais das próprias OSCs.

Com o objetivo de sistematizar os principais achados identificados ao longo da análise e discussão dos resultados, o Quadro 5 apresenta uma síntese interpretativa organizada a partir dos eixos analíticos construídos com base na Classificação Hierárquica Descendente (CHD), na Análise Fatorial de Correspondência (AFC), na análise de similitude e na análise temática dos segmentos de texto.

Quadro 5 - Síntese analítica dos principais resultados da pesquisa.

Eixo analítico	Principais dimensões identificadas	Aspectos centrais observados
Eixo I — Crítica à efetividade estatal e controle das políticas ambientais	Efetividade das políticas ambientais; transparência pública; controle social; participação institucional	Percepção de fragilidade da implementação das políticas ambientais, limitações de transparência, dificuldades de acesso aos processos decisórios e baixa institucionalização dos mecanismos participativos
Eixo II — Governança participativa, capacidades institucionais e articulação entre OSCs e poder público municipal	Capacidades institucionais das OSCs; articulação interinstitucional; participação social; comunicação institucional; uso de tecnologias participativas	Existência de capacidades técnicas e disposição participativa das OSCs, associadas a limitações relacionadas à abertura institucional, comunicação pública e influência efetiva nos processos decisórios
Integração analítica dos eixos	Relação entre participação social, capacidades institucionais e governança pública	Influência das OSCs condicionada por fatores institucionais, comunicacionais e organizacionais relacionados à governança ambiental municipal

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

A síntese apresentada integra os principais resultados da pesquisa e evidencia que a influência das OSCs na formulação das políticas públicas ambientais e no planejamento orçamentário municipal está condicionada à interação entre capacidades institucionais das organizações, abertura estatal, mecanismos de participação e condições de governança ambiental. Dessa forma, os achados contribuem para ampliar a compreensão das relações entre Estado e sociedade civil no contexto das políticas públicas ambientais em Manaus.

5 ANÁLISE SITUACIONAL E PRODUTO TÉCNICO TECNOLÓGICO (PTT)

Com base nos problemas institucionais, comunicacionais e participativos identificados nos eixos analíticos anteriores, esta seção organiza os principais elementos diagnósticos que fundamentam a proposição do Produto Técnico-Tecnológico derivado da pesquisa. Diferentemente da análise e discussão dos resultados, o objetivo desta seção não consiste em reinterpretar os achados empíricos, mas em sistematizar os problemas práticos identificados ao longo da

investigação, buscando evidenciar de que maneira essas limitações afetam a articulação entre OSCs ambientais e poder público municipal no contexto das políticas públicas ambientais de Manaus.

A pesquisa identificou que parte significativa das dificuldades relatadas pelas OSCs está relacionada à fragilidade dos canais institucionais de diálogo e comunicação com o poder público municipal. Embora existam espaços participativos formais, conselhos, fóruns e mecanismos institucionais relacionados à pauta ambiental, os resultados demonstraram que o acesso das OSCs a esses espaços ainda ocorre de forma pouco sistematizada, frequentemente dependente de convites específicos, articulações pontuais ou relações interpessoais estabelecidas junto aos órgãos públicos.

Além disso, observou-se dificuldade de acesso às informações relacionadas às agendas públicas, reuniões institucionais, espaços participativos, ações governamentais e iniciativas vinculadas às políticas públicas ambientais. Os dados da pesquisa também indicaram limitações relacionadas à circulação de informações entre OSCs e gestão pública, especialmente no que se refere à divulgação de oportunidades de participação, acompanhamento das ações institucionais e comunicação entre os diferentes atores envolvidos na governança ambiental municipal.

Outro aspecto identificado refere-se à baixa integração entre os mecanismos participativos existentes e a capacidade de articulação contínua das OSCs ambientais. Os resultados sugerem que, embora parte das organizações demonstre interesse em participar da formulação, acompanhamento e implementação das políticas públicas ambientais, essa participação nem sempre se converte em inserção efetiva nos processos institucionais de decisão ou no acompanhamento das ações governamentais relacionadas à área ambiental.

A pesquisa também permitiu identificar limitações operacionais relacionadas tanto à estrutura administrativa do poder público quanto às condições organizacionais das próprias OSCs. Em diferentes momentos, os entrevistados relataram dificuldades associadas à ausência de mecanismos permanentes de comunicação institucional, à fragmentação das interações entre sociedade civil e gestão pública e à inexistência de instrumentos capazes de centralizar informações relacionadas às políticas ambientais e aos espaços participativos disponíveis no município.

Nesse contexto, os resultados da pesquisa indicaram percepção favorável à utilização de instrumentos tecnológicos voltados ao fortalecimento da comunicação institucional e da articulação participativa entre OSCs ambientais e poder público municipal. Os participantes associaram a utilização de plataformas digitais à possibilidade de ampliar a circulação de informações, facilitar a divulgação de agendas públicas, fortalecer mecanismos de comunicação institucional e ampliar os canais de interação relacionados às políticas públicas ambientais.

Contudo, os próprios dados da pesquisa indicaram que a utilização de ferramentas digitais não deve ser compreendida como solução automática para os problemas estruturais da governança participativa municipal. Os entrevistados destacaram que mecanismos tecnológicos dependem de planejamento institucional, mobilização social, atualização contínua das informações, acessibilidade e adesão dos atores envolvidos para que possam contribuir efetivamente com os processos participativos.

Diante desse cenário, observa-se a pertinência da proposição de um Produto Técnico-Tecnológico voltado à articulação institucional entre OSCs ambientais e poder público municipal. A proposta deriva diretamente das limitações identificadas na pesquisa, especialmente àquelas relacionadas à comunicação institucional, à circulação de informações, à divulgação de espaços participativos e à necessidade de mecanismos capazes de fortalecer a interação entre sociedade civil e gestão pública ambiental.

Como resposta a esse diagnóstico, propõe-se o desenvolvimento de uma **plataforma digital participativa destinada a auxiliar os processos de comunicação, articulação e compartilhamento de informações entre OSCs ambientais e poder público municipal**. O sistema proposto não se apresenta como solução isolada para os limites estruturais identificados na pesquisa, mas como instrumento auxiliar voltado ao fortalecimento dos mecanismos de participação, transparência institucional e integração entre os atores envolvidos na governança ambiental municipal.

Em síntese, os problemas identificados ao longo da pesquisa, observa-se que as limitações relacionadas à governança participativa ambiental em Manaus não se restringem à existência formal de espaços institucionais, mas envolvem dificuldades operacionais relacionadas à comunicação pública, à circulação de informações, à

articulação entre atores institucionais e à continuidade dos mecanismos participativos. Nesse sentido, a sistematização diagnóstica apresentada a seguir sintetiza os principais problemas identificados na investigação, seus impactos observados no contexto da participação das OSCs ambientais e os direcionamentos considerados pertinentes para a proposição do PTT.

Quadro 6 - Sistematização diagnóstica dos principais achados da pesquisa e direcionamentos para o Produto Técnico-Tecnológico (PTT).

Diagnóstico identificado	Síntese dos Segmentos de Texto (ST)	Classes	Ent	Direcionamentos para o PTT
Limitações da inserção nos processos decisórios ambientais	OSCs relatam baixa escuta institucional, ausência de convites e dificuldade de participação efetiva nos espaços decisórios ambientais municipais.	1 e 3	Ent_02, Ent_03, Ent_05, Ent_06	Desenvolvimento de mecanismos permanentes de comunicação entre OSCs e poder público
Fragilidades na transparência e no acompanhamento das ações ambientais	Entrevistados apontam dificuldade de acesso às informações relacionadas às políticas ambientais e à destinação de recursos públicos.	1 e 3	Ent_02, Ent_03, Ent_05, Ent_09	Ampliação da transparência ativa por meio da centralização e divulgação de informações ambientais.
Participação limitada no planejamento orçamentário municipal	As OSCs relatam pouca influência sobre decisões relacionadas ao orçamento e às prioridades ambientais municipais.	3	Ent_03, Ent_04, Ent_06	Disponibilização de ambiente digital para acompanhamento das prioridades orçamentárias e das propostas ambientais.
Dependência de articulações informais entre OSCs e poder público local	Parte das interações institucionais ocorre de forma descontínua e baseada em relações pessoais, e não em canais institucionalizados.	2 e 4	Ent_03, Ent_05, Ent_07	Fortalecimento da articulação institucional por meio de canais permanentes de interação.
Necessidade de fortalecimento técnico e organizacional das OSCs	Os discursos destacam a importância da qualificação técnica, comunicação institucional e organização interna para atuação participativa.	2 e 4	Ent_05, Ent_07, Ent_09, Ent_10	Desenvolvimento de estratégias de capacitação e suporte institucional
Potencial de instrumentos digitais para ampliação da participação social	Entrevistados demonstram receptividade à utilização de plataformas digitais para comunicação, transparência e proposição de demandas ambientais.	3 e 4	Ent_02, Ent_04, Ent_09, Ent_11	Fundamentação empírica para o desenvolvimento do PTT

Fonte: elaborado pelo autor (2026).

A sistematização apresentada evidencia que a proposição do Produto Técnico-Tecnológico decorre diretamente dos problemas identificados na investigação empírica. Dessa forma, o PTT não constitui uma solução concebida de maneira independente da pesquisa, mas um desdobramento analítico dos resultados obtidos,

orientado ao fortalecimento da articulação institucional, da comunicação pública e da participação social no contexto das políticas públicas ambientais de Manaus.

5.1 PRODUTO TÉCNICO TECNOLÓGICO

Como desdobramento aplicado desta pesquisa, foi desenvolvido o Produto Técnico-Tecnológico (PTT) denominado **PGAM – Plataforma de Governança Ambiental de Manaus**, concebido como um ambiente digital destinado a apoiar os processos de comunicação institucional, transparência pública e participação social relacionados às políticas públicas ambientais no município de Manaus-AM.

A arquitetura funcional da plataforma foi estruturada para atender diferentes perfis de usuários, contemplando tanto o acesso público quanto ambientes restritos destinados a usuários institucionais. A área pública reúne informações de interesse coletivo e pode ser acessada por qualquer cidadão interessado na temática ambiental municipal. Por sua vez, os ambientes restritos foram estruturados para atender às necessidades específicas das OSCs ambientais, dos administradores da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMMAS) e do Administrador Master responsável pela gestão geral da plataforma.

A plataforma foi desenvolvida em formato web responsivo, permitindo acesso por meio de navegadores de internet em computadores, tablets e dispositivos móveis. O desenvolvimento do protótipo foi realizado no ambiente Visual Studio Code (VS Code), utilizando tecnologias voltadas à construção de aplicações web modernas, incluindo Next.js, React, TypeScript e Tailwind CSS. Essas ferramentas permitiram a construção da arquitetura visual e funcional do sistema, possibilitando a implementação das interfaces e fluxos de navegação apresentados nesta pesquisa.

Embora o protótipo possua interfaces navegáveis e funcionalidades implementadas, a versão apresentada nesta dissertação foi desenvolvido com finalidade acadêmica e de validação conceitual. Atualmente, o sistema não está integrado a banco de dados, não realiza armazenamento permanente de informações e não se encontra hospedado em ambiente de produção ou disponibilizado para acesso externo por meio da internet.

Durante o desenvolvimento do protótipo, foram empregadas ferramentas de Inteligência Artificial (IA) de caráter generativo como recurso auxiliar à programação e

à prototipação das interfaces. A utilização dessas ferramentas ocorreu de forma consultiva, especialmente para apoio na geração de trechos de código, sugestões de implementação, identificação de inconsistências e otimização de componentes da aplicação. Entretanto, a definição dos requisitos funcionais, da arquitetura da plataforma, dos fluxos operacionais, das funcionalidades implementadas e das decisões relacionadas ao desenvolvimento do Produto Técnico-Tecnológico permaneceram sob responsabilidade do pesquisador. Todas as sugestões, códigos e estruturas gerados com auxílio de IA foram submetidos à análise crítica, adaptação e validação pelo pesquisador antes de sua incorporação ao protótipo, observando os princípios de supervisão humana, responsabilidade acadêmica e aderência aos objetivos da pesquisa.

A partir dessa estrutura geral, as subseções seguintes apresentam os objetivos, a arquitetura funcional, os perfis de usuários e as principais funcionalidades da plataforma, evidenciando sua contribuição potencial para o fortalecimento da comunicação institucional, da transparência pública e da participação social na governança ambiental municipal.

Objetivos da Plataforma PGAM

Os objetivos da PGAM foram definidos a partir dos problemas identificados na análise situacional apresentada na seção anterior. Dessa forma, cada funcionalidade proposta busca responder diretamente às limitações relacionadas à comunicação institucional, à transparência pública e à participação social evidenciadas ao longo da pesquisa. Ressalta-se que a PGAM foi concebida como ferramenta de apoio à governança ambiental municipal, não substituindo os mecanismos formais de participação previstos na legislação, mas buscando ampliar sua divulgação, acessibilidade, integração e acompanhamento.

Objetivo Geral

Fortalecer os processos de comunicação institucional, transparência pública e participação social relacionados às políticas públicas ambientais do município de Manaus-AM, por meio de uma plataforma digital destinada à articulação entre

Organizações da Sociedade Civil (OSCs) ambientais, poder público municipal e sociedade em geral.

Para o alcance desse objetivo geral, foram definidos os seguintes **objetivos específicos**:

- I. Disponibilizar um ambiente digital centralizado para divulgação de informações relacionadas às políticas públicas ambientais e às ações desenvolvidas no âmbito municipal;
- II. Ampliar a visibilidade de agendas ambientais, consultas públicas, eventos, reuniões e demais oportunidades de participação relacionadas à governança ambiental municipal;
- III. Apoiar a comunicação institucional entre Organizações da Sociedade Civil (OSCs) ambientais e órgãos públicos vinculados à gestão ambiental;
- IV. Permitir o envio de propostas, contribuições e manifestações institucionais relacionadas à temática ambiental;
- V. Facilitar o acompanhamento das solicitações e propostas registradas pelas OSCs por meio de mecanismos de rastreabilidade e monitoramento institucional;
- VI. Contribuir para o fortalecimento da transparência pública mediante a divulgação de informações, documentos e conteúdos relacionados à gestão ambiental municipal;

Arquitetura Funcional da Plataforma PGAM

A arquitetura funcional da Plataforma de Governança Ambiental de Manaus (PGAM) foi estruturada com o objetivo de contemplar diferentes perfis de usuários e níveis de interação com o sistema. Considerando os resultados obtidos nesta pesquisa e as necessidades identificadas durante a análise situacional, a plataforma foi organizada em módulos que integram funcionalidades de comunicação institucional, transparência pública, participação social e gestão administrativa.

Sob a perspectiva funcional, a estrutura funcional do PGAM foi organizada em quatro ambientes principais: (i) área pública; (ii) área das Organizações da Sociedade Civil (OSCs); (iii) área administrativa da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMMAS); e (iv) área do Administrador Master da plataforma.

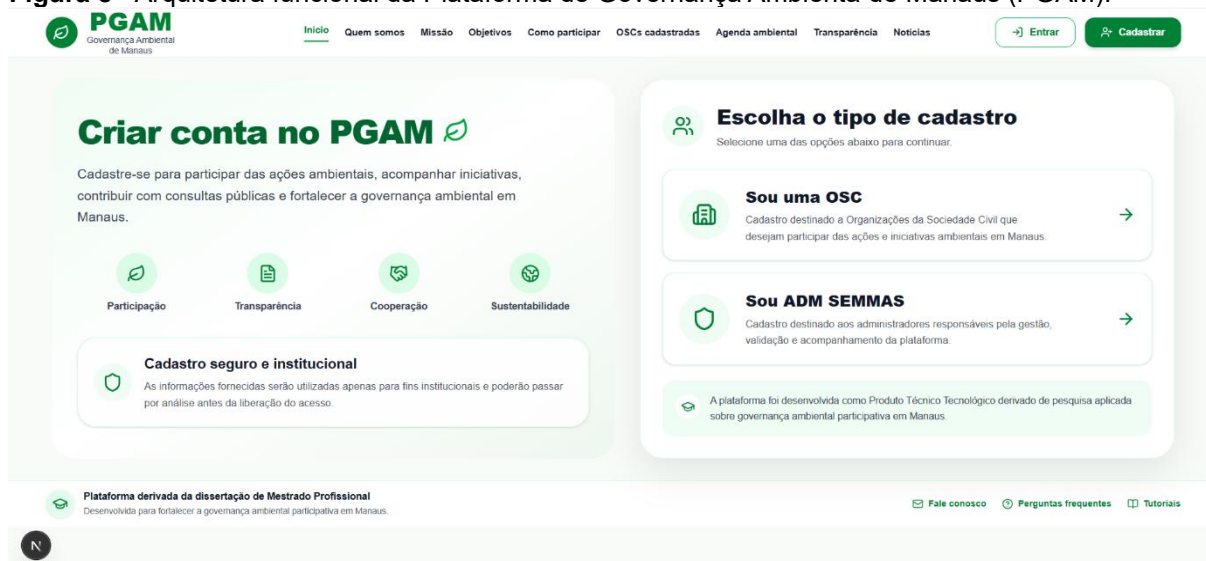
A área pública foi desenvolvida para permitir o acesso da sociedade em geral às informações relacionadas à governança ambiental municipal. Nesse ambiente são disponibilizados conteúdos institucionais, notícias, agenda ambiental, consultas públicas e informações sobre a atuação das OSCs cadastradas, contribuindo para a ampliação da transparência e da divulgação de oportunidades de participação social.

A área destinada às OSCs contempla funcionalidades voltadas à interação institucional com o poder público municipal. Nesse módulo, as organizações podem acompanhar informações ambientais, registrar propostas institucionais, consultar solicitações realizadas, acessar documentos e receber notificações relacionadas às atividades da plataforma.

Por sua vez, a área administrativa da SEMMAS foi estruturada para apoiar atividades de gestão e acompanhamento das interações realizadas no sistema. Entre as funcionalidades previstas estão a análise de solicitações, aprovação de cadastros, publicação de conteúdos institucionais e monitoramento das informações disponibilizadas aos usuários. Complementarmente, a plataforma possui uma área específica destinada ao Administrador Master, responsável pela gestão dos perfis administrativos do sistema. Esse ambiente foi concebido para controlar a autorização de novos administradores e apoiar a governança interna da plataforma.

A Figura 8 apresenta uma representação geral da arquitetura funcional do PGAM, evidenciando os diferentes perfis de usuários e os fluxos de interação previstos entre sociedade civil, OSCs e poder público municipal.

Figura 8 - Arquitetura funcional da Plataforma de Governança Ambiental de Manaus (PGAM).



Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

A estrutura apresentada busca organizar os fluxos de comunicação e interação previstos no protótipo, estabelecendo mecanismos de acesso compatíveis com as atribuições de cada perfil de usuário. Nas subseções seguintes são descritos os ambientes desenvolvidos e suas respectivas funcionalidades.

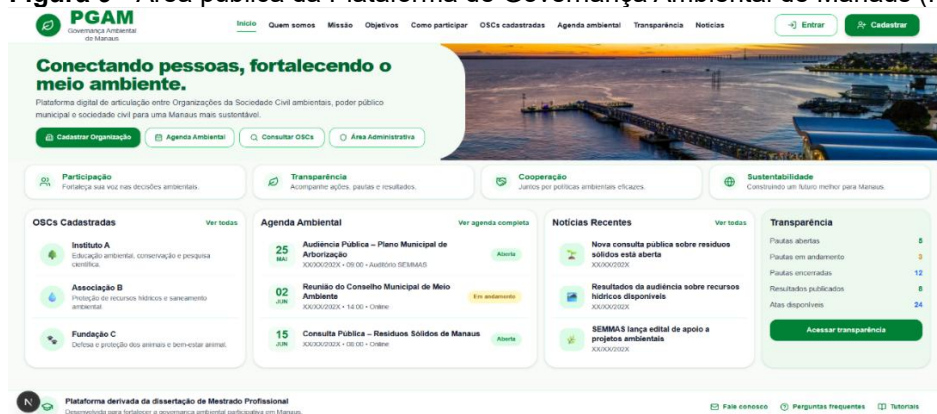
Área Pública da Plataforma

A área pública do PGAM foi concebida para disponibilizar informações relacionadas à governança ambiental municipal de forma acessível à sociedade em geral, independentemente da realização de cadastro prévio na plataforma. Esse ambiente constitui a porta de entrada do sistema, reunindo conteúdos informativos e mecanismos de acesso aos módulos restritos destinados às Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e aos usuários administrativos.

Esse ambiente foi desenvolvido com o objetivo de centralizar informações relacionadas à temática ambiental municipal, facilitando o acesso da população a conteúdos institucionais, oportunidades de participação social e iniciativas vinculadas à gestão ambiental. Dessa forma, o ambiente público busca contribuir para a ampliação da transparência das ações ambientais e para a divulgação de informações de interesse coletivo.

A página inicial da plataforma concentra informações relacionadas à agenda ambiental, notícias institucionais, consultas públicas, organizações participantes e conteúdos voltados à participação social. Além disso, o ambiente disponibiliza mecanismos de autenticação e acesso aos módulos específicos da plataforma, permitindo que usuários autorizados ingressem em seus respectivos ambientes institucionais.

Figura 9 - Área pública da Plataforma de Governança Ambiental de Manaus (PGAM).



Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Entre os recursos disponibilizados na área pública destaca-se o módulo de Agenda Ambiental, desenvolvido para divulgar reuniões, audiências públicas, eventos, consultas e demais atividades relacionadas à temática ambiental municipal. Essa funcionalidade busca concentrar informações frequentemente dispersas em diferentes canais institucionais, permitindo maior visibilidade às oportunidades de participação disponíveis à sociedade.

A interface também contempla um espaço destinado à divulgação das Organizações da Sociedade Civil cadastradas, permitindo maior visibilidade às instituições participantes e contribuindo para o fortalecimento das redes de atuação relacionadas à temática ambiental. Embora não possua finalidade de certificação ou validação pública das organizações, esse recurso possibilita a divulgação institucional das OSCs participantes da plataforma.

Em síntese, a área pública foi concebida para funcionar como um espaço de informação e aproximação entre sociedade civil, organizações ambientais e poder público municipal. Sua estrutura busca apoiar a divulgação de conteúdos relacionados à governança ambiental e facilitar o acesso aos demais ambientes do sistema, contribuindo para a organização dos fluxos informacionais previstos no PGAM.

Área das Organizações da Sociedade Civil (OSCs)

A área destinada às OSCs constitui o principal ambiente de interação institucional da PGAM. Esse ambiente reúne funcionalidades destinadas à comunicação institucional, ao acompanhamento de informações e ao registro de contribuições relacionadas às políticas públicas ambientais.

O acesso ocorre mediante autenticação prévia e aprovação cadastral pela administração da plataforma. Esse procedimento assegura que as interações registradas permaneçam vinculadas a organizações formalmente identificadas, favorecendo a organização dos fluxos institucionais e a rastreabilidade das informações disponibilizadas.

A interface principal concentra indicadores, notificações e mecanismos de acesso aos módulos disponíveis, reunindo as informações mais relevantes para as organizações participantes. Sua organização favorece a navegação entre as diferentes funcionalidades disponibilizadas pelo sistema.

Figura 10 - Painel principal das OSCs.



Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Entre os módulos disponibilizados destacam-se os recursos relacionados ao perfil institucional, notificações, documentos, solicitações e participação institucional. Essas funcionalidades apoiam a comunicação entre as OSCs e a administração da plataforma, permitindo o acompanhamento das interações registradas no sistema. Destaca-se, ainda, o módulo "Propostas Ambientais", desenvolvido para possibilitar o envio de contribuições institucionais relacionadas às políticas públicas ambientais municipais.

Figura 11 - Módulo de Propostas Ambientais.



Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Como complemento ao módulo de propostas, foi desenvolvido um formulário específico para submissão de novas contribuições institucionais. A interface contempla campos destinados à descrição da proposta, justificativa, benefícios esperados, anexação de documentos complementares e outras informações necessárias ao encaminhamento das solicitações.

Além do envio das propostas, o sistema disponibiliza o histórico de tramitação das solicitações, permitindo às OSCs acompanhar cada etapa do fluxo institucional previsto para análise das contribuições encaminhadas.

Figura 12 - Formulário para submissão de propostas ambientais.

PGAM
Plataforma de Governança Ambiental de Manaus

Associação G F A
Membro desde 10/06/2025

Sair

Área da OSC
Participação e diálogo

Menu da OSC

- Painel inicial
- Meu perfil
- Solicitar evento
- Minhas solicitações
- Participação institucional
- Propostas ambientais
- Documentos
- Notificações

Canal de diálogo
Comunicação com a SEMMAS.

Enviar mensagem

Volta para propostas
Nova Proposta Institucional
Registre uma contribuição formal da OSC para apoiar a formulação, revisão ou implementação de políticas públicas ambientais em Manaus.

Identificação da proposta

Título da proposta Ex: Educação ambiental nas escolas	Eixo ambiental Informe o eixo	Prioridade Alta, média ou baixa	Território/Região Ex: Zona Leste
Público beneficiado Comunidade, estudantes...	ODS relacionado ODS 6, 11, 12, 13, 14 ou 15	Instrumento relacionado PPA, LDO, LOA...	

Descrição, justificativa e encaminhamento

Problema identificado Situação ambiental observada	Proposta de intervenção Ação ou solução sugerida	Justificativa institucional Relevância para a política municipal
--	--	--

Vinculação com planejamento e acompanhamento

Órgão/setor sugerido SEMMAS, conselho, setor técnico	Resultado esperado Agenda, consulta, programa...	Forma de acompanhamento Devolutiva, parecer, relatório
--	--	--

Declaração institucional
Ao enviar, a OSC declara que a proposta representa contribuição institucional para fortalecer a governança ambiental, ampliar a participação social e qualificar o diálogo com o poder público municipal.

Enviar proposta Cancelar

Status inicial
Rascunho

Critérios recomendados

- Problema ambiental identificado.
- Benefício coletivo demonstrado.
- Alinhamento ao planejamento público.
- Resultado esperado claramente definido.

Fluxo após envio

- Proposta protocolada
Registro formal na plataforma.
- Análise técnica
Avaliação técnica e institucional.
- Devolutiva institucional
Resposta formal para a OSC.
- Publicação para transparência
Registro em relatório.

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

O conjunto de funcionalidades disponibilizadas na área das OSCs foi concebido para apoiar a participação institucional das organizações cadastradas e organizar os fluxos de comunicação previstos no PGAM. Embora o protótipo ainda não tenha sido submetido a testes operacionais em ambiente real, sua arquitetura funcional foi elaborada com base nos direcionamentos identificados ao longo da pesquisa, contemplando mecanismos destinados a fortalecer a interação entre as OSCs e o poder público municipal.

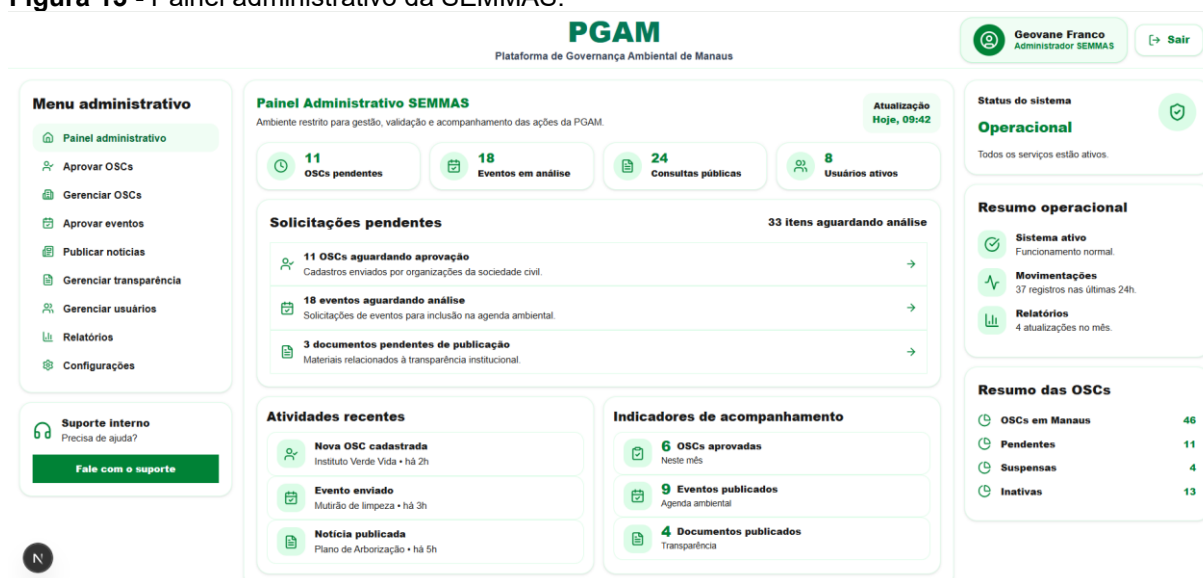
Área Administrativa da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMMAS)

A área administrativa da SEMMAS concentra as funcionalidades responsáveis pela gestão operacional da plataforma e pelo acompanhamento das interações entre

as OSCs e o poder público municipal. Nesse ambiente estão reunidos os recursos destinados à administração dos conteúdos institucionais, ao gerenciamento dos usuários cadastrados e ao monitoramento das solicitações encaminhadas pelas organizações participantes.

O acesso ao módulo administrativo é restrito aos usuários autorizados pela administração da plataforma, mediante autenticação prévia e autorização institucional. A interface reúne, em um único ambiente, indicadores gerenciais, solicitações pendentes e informações relacionadas à governança ambiental municipal, favorecendo o acompanhamento das atividades desenvolvidas no sistema.

Figura 13 - Painel administrativo da SEMMAS.



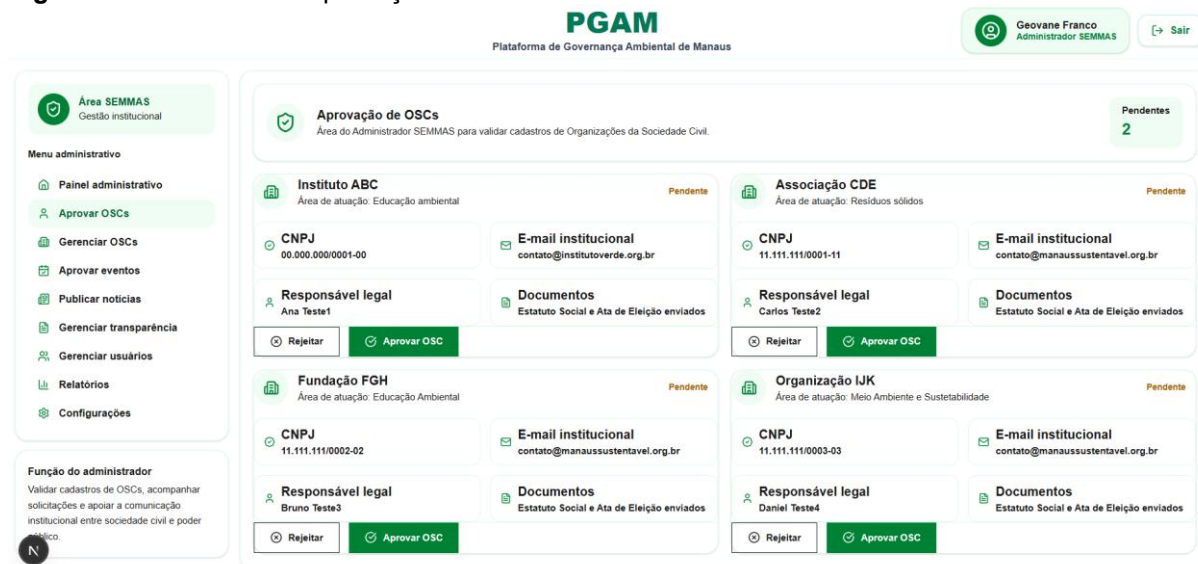
Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

A página inicial apresenta indicadores relacionados ao funcionamento da plataforma, como número de organizações cadastradas, solicitações pendentes, eventos em análise e atividades recentemente registradas no sistema. Esses indicadores oferecem uma visão consolidada das interações realizadas pelos usuários, subsidiando o acompanhamento das atividades desenvolvidas no ambiente digital.

Além dos indicadores, o painel disponibiliza acesso aos módulos administrativos responsáveis pelo gerenciamento das informações públicas da plataforma. Entre as principais funcionalidades encontram-se a publicação de conteúdos institucionais, a administração de notícias, o acompanhamento de eventos ambientais, o gerenciamento de usuários e o monitoramento das solicitações encaminhadas pelas OSCs.

Outro componente relevante desse ambiente corresponde ao processo de validação das Organizações da Sociedade Civil interessadas em utilizar os módulos restritos da plataforma. Para isso, foi desenvolvido um mecanismo específico destinado à análise e aprovação dos cadastros submetidos pelas organizações.

Figura 14 - Ambiente de aprovação das OSCs.



Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

O processo de validação busca assegurar que apenas organizações previamente identificadas tenham acesso às funcionalidades institucionais do sistema. Para isso, os administradores podem consultar as informações cadastrais, analisar a documentação submetida e deliberar sobre a aprovação ou rejeição das solicitações de ingresso.

Esse mecanismo contribui para a organização dos fluxos internos da plataforma e para a identificação dos atores institucionais participantes, fortalecendo o controle administrativo dos ambientes restritos do PGAM. Além da gestão de usuários, a área administrativa também reúne funcionalidades destinadas à divulgação de informações ambientais, à administração dos conteúdos públicos e ao acompanhamento das interações registradas pelas OSCs. Dessa forma, o módulo oferece suporte às rotinas operacionais da plataforma e à manutenção dos fluxos de comunicação previstos em sua arquitetura funcional.

Embora o protótipo ainda não esteja integrado a um banco de dados ou hospedado em ambiente de produção, as interfaces desenvolvidas permitem visualizar a arquitetura administrativa proposta para a plataforma e os mecanismos

concebidos para apoiar a gestão das informações, dos usuários e das interações institucionais previstas no PGAM.

Área do Administrador Master

Foi desenvolvido um ambiente específico destinado ao Administrador Master, responsável pelas atribuições relacionadas à governança interna do sistema, ao controle dos usuários administrativos e à autorização de novos gestores da plataforma.

A criação desse perfil estabelece uma camada adicional de controle institucional, diferenciando as atividades operacionais daquelas relacionadas à administração geral da plataforma. Assim, o Administrador Master passa a responder pela supervisão dos acessos administrativos e pela manutenção das permissões de uso do sistema.

Figura 15 - Painel do Administrador Master.



Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Entre as funcionalidades disponibilizadas a esse perfil destaca-se o gerenciamento dos administradores vinculados à plataforma. Para isso, foi desenvolvido um módulo específico destinado à análise e aprovação dos pedidos de cadastro realizados por usuários que pretendam atuar como administradores institucionais.

Figura 16 - Ambiente de aprovação de administradores.



Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Esse procedimento contribui para controlar a concessão de privilégios administrativos, evitando a criação indiscriminada de usuários com acesso às funcionalidades de gestão. Além disso, a distinção entre os perfis de Administrador Master e Administrador da SEMMAS favorece a definição de responsabilidades específicas dentro da arquitetura funcional da plataforma.

A implementação desse ambiente reforça a estrutura de governança interna proposta para o PGAM, estabelecendo mecanismos destinados ao controle dos acessos administrativos e à organização dos fluxos de autorização previstos no protótipo.

Potencialidades e Limitações do Protótipo

A partir da estrutura funcional desenvolvida e dos resultados obtidos ao longo da pesquisa, é possível identificar potencialidades associadas à utilização da plataforma, bem como limitações inerentes ao estágio atual de desenvolvimento do protótipo. Entre as potencialidades observadas, destaca-se a possibilidade de centralização de informações relacionadas à governança ambiental municipal em um único ambiente digital. A estrutura proposta permite reunir conteúdos que, frequentemente, encontram-se dispersos em diferentes canais institucionais, como agendas ambientais, consultas públicas, notícias, documentos e informações relacionadas à transparência pública. Essa organização pode contribuir para facilitar o acesso dos usuários às informações disponibilizadas pelos órgãos responsáveis pela gestão ambiental.

Outro aspecto relevante corresponde à criação de um canal estruturado de interação entre as OSCs e o poder público municipal. As funcionalidades desenvolvidas para registro, acompanhamento e tramitação de propostas ambientais oferecem uma alternativa para organização das contribuições institucionais encaminhadas pelas organizações participantes, possibilitando maior rastreabilidade das interações realizadas por meio da plataforma.

Também merece destaque a existência de mecanismos destinados ao acompanhamento das solicitações registradas pelas OSCs. A possibilidade de visualizar o histórico das propostas submetidas, seus encaminhamentos e devolutivas institucionais pode contribuir para ampliar a transparência dos fluxos administrativos relacionados às interações realizadas no ambiente digital.

Adicionalmente, a arquitetura modular contempla diferentes perfis de usuários, incluindo cidadãos, OSCs, administradores da SEMMAS e o Administrador Master. Essa configuração favorece a definição de responsabilidades específicas para cada nível de acesso e contribui para a organização dos fluxos operacionais da plataforma.

Entretanto, os resultados apresentados devem ser interpretados à luz das limitações inerentes ao estágio atual do Produto Técnico-Tecnológico. A principal limitação decorre do fato de que o PGAM corresponde, nesta etapa, a um protótipo acadêmico concebido para demonstração conceitual da proposta apresentada nesta dissertação.

A versão desenvolvida não possui integração com banco de dados, não realiza armazenamento permanente de informações e não se encontra hospedada em ambiente de produção acessível por meio da internet. Dessa forma, os dados, usuários, indicadores e conteúdos apresentados nas interfaces correspondem a registros simulados utilizados exclusivamente para demonstração das funcionalidades previstas.

Outra limitação importante refere-se à ausência de testes operacionais com usuários reais. As funcionalidades implementadas não foram submetidas a processos formais de avaliação de usabilidade, aceitação tecnológica ou desempenho operacional junto às OSCs, gestores públicos ou demais usuários potenciais da plataforma. Consequentemente, não é possível afirmar, com base nesta pesquisa, que a utilização do sistema produzirá aumento da participação social, melhoria da transparência institucional ou fortalecimento da governança ambiental municipal.

Da mesma forma, o estudo não contemplou a implementação efetiva da plataforma em ambiente institucional da administração pública municipal, nem sua integração com sistemas governamentais já existentes. Assim, aspectos relacionados à viabilidade operacional, manutenção tecnológica, segurança da informação, governança dos dados e sustentabilidade institucional da plataforma permanecem como questões a serem avaliadas em etapas futuras de desenvolvimento.

Nesse contexto, o PGAM deve ser compreendido como uma proposta tecnológica derivada dos achados desta pesquisa e materializada em um protótipo funcional. Seu propósito consiste em demonstrar uma aplicação potencial voltada ao fortalecimento da comunicação institucional, da transparência pública e da participação social na governança ambiental municipal. Eventuais benefícios decorrentes de sua utilização dependerão de etapas posteriores de implementação, validação, aperfeiçoamento tecnológico e adoção institucional.

Por fim, ressalta-se que o desenvolvimento do protótipo permitiu converter os resultados da pesquisa em uma solução aplicada compatível com a natureza do Mestrado Profissional em Administração Pública. Embora não constitua uma solução definitiva para os desafios identificados, o PGAM representa uma proposta concreta de apoio à interação entre sociedade civil e poder público municipal, contribuindo para o fortalecimento da comunicação institucional, da transparência e da participação social na formulação de políticas públicas ambientais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo analisar a influência das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) ambientais na formulação de políticas públicas ambientais e no processo de planejamento orçamentário municipal da cidade de Manaus-AM, considerando os ciclos do Plano Plurianual (PPA) 2018–2021 e 2022–2025. Para tanto, investigou-se a participação dessas organizações nos processos relacionados à política ambiental municipal, sua atuação nos espaços institucionais de participação, os desafios enfrentados em sua relação com o poder público e as possibilidades de fortalecimento da governança ambiental por meio da articulação entre Estado e sociedade civil.

Os resultados permitem responder ao problema de pesquisa ao indicar que as OSCs ambientais exercem influência principalmente nos processos de mobilização social, discussão, acompanhamento e formulação de políticas públicas ambientais. Entretanto, essa influência mostrou-se predominantemente indireta, limitada e fragmentada, não sendo identificadas evidências empíricas que permitam afirmar sua participação sistemática ou influência efetiva sobre os processos formais de elaboração do planejamento orçamentário municipal, especialmente no âmbito do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA).

Os objetivos propostos foram alcançados. A investigação permitiu identificar as formas de participação das OSCs ambientais na formulação de políticas públicas, verificar sua influência sobre o planejamento orçamentário municipal, mapear os principais desafios enfrentados por essas organizações no contexto da governança ambiental local e, por fim, desenvolver um Produto Técnico-Tecnológico voltado ao fortalecimento da comunicação institucional e da articulação entre sociedade civil e poder público.

Os resultados evidenciaram que as OSCs ambientais desempenham papel relevante na mobilização social, na promoção de debates ambientais, na execução de projetos socioambientais, na produção de conhecimento técnico e na participação em diferentes espaços institucionais relacionados à temática ambiental. As entrevistas demonstraram que essas organizações atuam como importantes interlocutoras das demandas socioambientais presentes no território, contribuindo para a produção de diagnósticos, disseminação de informações, desenvolvimento de ações educativas e acompanhamento de questões ambientais de interesse coletivo.

A análise dos discursos revelou que a participação das OSCs ocorre por meio de diferentes mecanismos, incluindo conselhos, audiências públicas, fóruns, consultas institucionais e iniciativas de articulação com órgãos governamentais. Contudo, os resultados também indicaram que a existência desses espaços participativos não é percebida, necessariamente, como garantia de influência efetiva sobre os processos decisórios relacionados às políticas públicas ambientais. Em outras palavras, a pesquisa evidenciou que participação institucional e capacidade de influência constituem dimensões relacionadas, porém distintas.

Um dos principais achados da pesquisa refere-se justamente à relação entre participação social e planejamento orçamentário municipal. Os dados empíricos não permitiram identificar evidências consistentes de participação sistemática das OSCs entrevistadas na elaboração dos instrumentos formais de planejamento governamental. Os relatos demonstram que sua atuação está mais associada à formulação, ao acompanhamento e à discussão de políticas públicas ambientais do que à definição das prioridades orçamentárias municipais. Esse resultado amplia a compreensão sobre os limites da participação social na governança ambiental ao evidenciar que a presença das OSCs em espaços institucionais não se traduz, necessariamente, em capacidade de influenciar a alocação de recursos públicos.

A pesquisa também identificou um conjunto de fatores que limitam a atuação dessas organizações, destacando-se as dificuldades de acesso às informações públicas, a percepção de baixa escuta institucional, a fragilidade dos mecanismos permanentes de comunicação entre governo e sociedade civil, a dependência de iniciativas pontuais para viabilização da participação social e a reduzida articulação entre os processos participativos e o planejamento governamental. Esses resultados demonstram que os desafios da governança ambiental municipal ultrapassam a simples existência de espaços participativos, envolvendo aspectos relacionados à coordenação institucional, à transparência pública e à continuidade dos processos de interação entre os diferentes atores envolvidos.

Como resultado aplicado da pesquisa, foi desenvolvido o PGAM – Plataforma de Governança Ambiental de Manaus, concebido como uma alternativa para apoiar a comunicação institucional, a transparência e a articulação entre OSCs ambientais e poder público municipal. Sua proposição decorre diretamente das limitações comunicacionais e participativas identificadas ao longo da investigação.

Sob a perspectiva teórica, os resultados dialogam com as discussões relacionadas à participação social e à governança pública presentes no Modelo Societal da Administração Pública proposto por Paula (2005). Os achados sugerem que a ampliação dos espaços participativos, embora importante, não garante por si só, a incorporação efetiva das demandas sociais aos processos decisórios do Estado. Da mesma forma, os resultados convergem com estudos que discutem a atuação de organizações da sociedade civil na formulação de políticas públicas, ao evidenciarem

que a presença desses atores em espaços participativos não implica necessariamente influência direta sobre os instrumentos formais de planejamento governamental.

Os resultados também dialogam com estudos anteriores, especialmente com Ferreira (2021), ao evidenciar que a participação de organizações da sociedade civil em espaços institucionais não implica, necessariamente, influência sobre os processos formais de formulação das políticas públicas. Embora desenvolvidos em contextos distintos, ambos os estudos convergem ao demonstrar que participação social e influência institucional constituem fenômenos relacionados, mas não equivalentes.

Além disso, esta pesquisa contribui para o avanço da literatura ao articular, em um mesmo estudo, os campos das políticas públicas, da governança ambiental, da participação social e do planejamento orçamentário municipal, temática ainda pouco explorada de forma integrada. Ao analisar a atuação das OSCs ambientais sob a perspectiva do Modelo Societal da Administração Pública, evidencia-se que a influência dessas organizações depende não apenas da existência de espaços participativos, mas também das capacidades institucionais do Estado para incorporar as demandas da sociedade civil aos processos decisórios e ao planejamento governamental.

Entre as limitações do estudo, destaca-se a realização da pesquisa exclusivamente sob a perspectiva das OSCs ambientais entrevistadas, sem a inclusão de representantes do poder público municipal ou de atores diretamente envolvidos nos processos de elaboração dos instrumentos de planejamento orçamentário. Além disso, os resultados refletem o contexto específico do município de Manaus-AM e devem ser interpretados à luz dessa delimitação territorial e institucional.

Por fim, recomenda-se que pesquisas futuras ampliem a investigação para outros contextos municipais, incorporem diferentes atores envolvidos na governança ambiental e aprofundem a análise das relações entre participação social, formulação de políticas públicas e planejamento orçamentário.

Em síntese, os resultados desta pesquisa indicam que as OSCs ambientais atuantes em Manaus exercem papel relevante na mobilização social, na promoção do debate ambiental e na construção de agendas relacionadas à sustentabilidade. A influência dessas organizações mostrou-se mais evidente nos processos de discussão, acompanhamento e participação em espaços institucionais relacionados

às políticas públicas ambientais. Por outro lado, não foram identificadas evidências que permitissem afirmar uma influência sistemática sobre os processos formais de planejamento orçamentário municipal. Tal constatação evidencia a necessidade de fortalecimento dos mecanismos institucionais capazes de aproximar participação social, formulação de políticas públicas e planejamento governamental, contribuindo para uma governança ambiental mais transparente, articulada e participativa.

REFERÊNCIAS

- ABREMA – Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. *ISLU – Índice de Sustentabilidade da Limpeza Urbana*. 2024. Disponível em: <https://www.abrema.org.br/islu/>. Acesso em: 10 jul. 2025.
- AGUM, Ricardo; RISCADO, Priscila; MENEZES, Monique. Políticas públicas: conceitos e análise em revisão. **Revista Agenda Política**, v. 3, n. 2, p. 12-42, 2015.
- ALCANTARA, Juliano Paniago de. A formulação de políticas públicas e a instrumentalização necessária para sua implementação e acompanhamento. **Caderno da Escola Superior de Gestão Pública, Política, Jurídica e Segurança**, v. 4, n. 1, p. 65-100, 2021.
- ALMEIDA, Roger Luiz Paz de; DE OURO MAMED, Danielle; NOGUEIRA, Caroline Barbosa Contente. O papel da sociedade civil organizada (ong's e oscip's) para efetivação das políticas públicas ambientais no Brasil. **Derecho y Cambio Social**, v. 10, n. 33, p. 32, 2013.
- ALVES, E. Brazilian Environmental Public Policies Analysis. **World Academy of Science, Engineering and Technology International Journal of Social, Management, Economics and Business Engineering**, v. 8, n. 04, p. 990-994, 2014.
- AZEVEDO, Andréa Aguiar; PASQUIS, Richard; BURSZTYN, Marcel. A reforma do Estado, a emergência da descentralização e as políticas ambientais. 2007.
- BOCUHY, C. Sociedade civil continua pouco representativa no Conama. ((o))eco, 27 fev. 2023. Disponível em: <https://oeco.org.br/colunas/sociedade-civil-continua-pouco-representativa-no-conama/>. Acesso em: 21 jul. 2025.
- BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo: edição revista e ampliada. **São Paulo: Edições**, v. 70, p. 280, 2016.
- BORDIN, Erica Bomfim. A atuação das organizações da sociedade civil nas políticas sociais públicas. **Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social**, v. 1, n. 1, 2020.
- BORN, R. H. Terceiro setor. In: TRIGUEIRO, A. (Org.). Meio ambiente no século 21. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.
- BRASIL, Senado Federal do. Constituição da república federativa do Brasil. **Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico**, 1988.

CAMACHO, Karla Gonçalves. **A Covid-19 e suas repercussões nos profissionais de saúde: um estudo exploratório**. 2022. 183 f. Tese (Doutorado em Pesquisa Aplicada à Saúde da Mulher e da Criança) - Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira (IFF/FIOCRUZ), 2022.

CAMARGO, Brígido Vizeu. ALCESTE: um programa informático de análise quantitativa de dados textuais. In: MOREIRA, Antonia Silva Paredes; CAMARGO, Brígido Vizeu; JESUÍNO, Jorge Correia; NÓBREGA, Sheva Maia (org.). *Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2005. p. 511–539.

CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. IRAMUTEQ: um *software* gratuito para análise de dados textuais. **Temas em Psicologia**, v. 21, n. 2, p.513-518, 2013a.

CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. Tutorial para uso do *software* IRaMuTeQ. Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição, Universidade Federal de Santa Catarina, 2013b.

CAMELO, Beatriz; CAVALCANTE, Rodrigo; MORAES, Mariana. *Pesquisa Desafio das OSCs*. 2024. Disponível em: https://irp.cdn-website.com/5d157816/files/uploaded/Pesquisa_Desafio_das_ONGs_%28Nova_Versa-o%29-1c0608f9.pdf. Acesso em: 30 set. 2025.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. *Formulação de políticas públicas*. 2018.

CARRARI, Ana de Araújo. **Participação social e política ambiental: o caso do Conselho Nacional de Meio Ambiente**. 2022. 109 f., il. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

CASTELO, Arícia Fernandes Macedo; MARQUESAN, Fábio Freitas Schilling; SILVA, Joselito Brilhante. A problemática das políticas públicas ambientais no Brasil. **REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 38, n. 2, p. 180-199, 2021.

CASTRO, José Esteban. *Water governance in the twentieth-first century*. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 10, n. 2, p. 97–118, jul./dez. 2007. DOI: 10.1590/S1414-753X2007000200007.

CHARTIER, Jean-François; MEUNIER, Jean-Guy. Text mining methods for social representation analysis in large corpora. **Papers on social representations**, v. 20, n. 2, p. 37.1-37.47, 2011.

COSTA, Roberta Justina da. **Atuação das Organizações da Sociedade Civil (OSCS) em Manaus na política pública da criança e do adolescente**. 2018. 187f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Católica do Rio Grande do Sul).

CRUZ, Mauri J. V. Reflexões sobre o marco regulatório de acesso a recursos públicos pelas organizações da sociedade Civil brasileira. In: MACIEL, Ana Lúcia Suárez; BORDIN, Érica Bomfim. *A face privada na gestão das políticas públicas [recurso eletrônico]*. Porto Alegre: Fundação Irmão José Otão, 2014. Disponível em: <http://biblioteca.participa.br/jspui/handle/11451/1049>. Acesso em: 01 set. 2025.

DYE, T. **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs: N.J.: Prentice Hall, 1984.

ESTEVÃO, Renildo Barbosa; FERREIRA, Maria D.'Alva Macedo. Análise de políticas públicas: uma breve revisão de aspectos metodológicos para formulação de políticas. **Holos**, v. 3, p. 168-185, 2018.

FARIAS, Anderson. População de Manaus poderá ajudar a definir prioridades da cidade por meio do PPA Participativo 2026–2029. Manaus: Prefeitura de Manaus, 5 mar. 2025. Disponível em: <https://www.manaus.am.gov.br/noticia/planejamento/prioridades-cidade-ppa-participativo-2026-2029/>. Acesso em: 12 set. 2025.

FERNANDO, José Renato. **A percepção de professores e alunos do Ensino Médio Integrado ao Ensino Técnico sobre Problem Based Learning**. 2018. 205 f. Dissertação (Educação e Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais) – Universidade de Taubaté, São Paulo, 2018.

FERREIRA, Ana Rafaela Gonçalves. **Educação Ambiental na Política de Assistência Social: a prática das ONGs no âmbito da proteção social básica em Manaus**. 2016. 182 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

FERREIRA, Celma Duque et al. **Participação de grupos de interesse na formulação de políticas públicas: alinhamento dos objetivos de desenvolvimento sustentável ambiental com o planejamento orçamentário do governo federal do Brasil**. 2021. 129 f. Tese (Doutorado em Contabilidade) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

FRANCO, Geovane; OLIVEIRA, Ana Claudia Pedrosa; DUTRA, Jurandir Moura. Formulação de políticas públicas ambientais sob a ótica dos ODS na cidade de Manaus, Amazonas. In: **Anais do Encontro Brasileiro de Administração Pública. Anais...Ananindeua (PA) Unama**, 2025. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/encontro-brasileiro-administracao-publica/1063085-formulacao-de-politicas-publicas-ambientais-sob-a-otica-dos-ods-na-cidade-de-manaus-amazonas>. Acesso em: 26/07/2025

GOMES, Magno Federici; FERREIRA, Leandro José. Políticas públicas e os objetivos do desenvolvimento sustentável. **Direito e Desenvolvimento**, v. 9, n. 2, p. 155-178, 2018.

GONTIJO, Vander. Instrumentos de Planejamento e Orçamento. **Câmara dos deputados**, 2004. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/cidadao/entenda/cursopo/planejamento>. Acesso em: 21/08/2025.

HAM, Christopher; HILL, Michael. O processo de elaboração de políticas no estado capitalista moderno. **Campinas, tradução: Renato Amorim e Renato Dagnino, adaptação e revisão: Renato Dagnino**, v. 2, 1993.

HARVEY, David. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo, Boitempo, 2011.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PERL, Anthony. **Política pública: seus ciclos e subsistemas – uma análise de políticas públicas a partir das relações Estado e sociedade**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Mapa das Organizações da Sociedade Civil*. Brasília, DF: Ipea, 2026. Disponível em: <https://mapaosc.ipea.gov.br/mapa-busca-avancada>. Acesso em: 7 jul. 2026.

INSTITUTO FREDERICO SOUZA (IFS). Escassez de recursos nas OSCs brasileiras: desafios e soluções para captação de recursos. 2025. Disponível em:

<https://institutofredericosouza.org/escassez-de-recursos-nas-oscs-brasileiras-desafios-e-solucoes-para-captacao-de-recursos/>. Acesso em: 22 jul. 2025.

INSTITUTO TRATA BRASIL (ITB). *Ranking do Saneamento 2025*. 2025. Disponível em: <https://tratabrasil.org.br/ranking-do-saneamento-2025/>. Acesso em: 26 jul. 2025.

JACOBI, Pedro Roberto; SINISGALLI, Paulo Antonio de Almeida. Governança ambiental e economia verde. **Ciência & Saúde Coletiva**, 17(6):1469-1478, 2012

KIST, M. B., & BELLEN, H. M. V. Gestão da sustentabilidade em cidades: uma perspectiva considerando a atuação de redes da sociedade civil no processo de análise de políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro 56(5): 583-602, set. - out. 2022.

LAHLOU, Saadi. Text mining methods: an answer to Chartier and Meunier. **Papers on social representations**, v. 20, n. 38, p. 1-7, 2001.

LEME, Taciana Matos. Governança ambiental no nível municipal. 2016. In A. M. M. Moura (Org.), *Governança ambiental no Brasil: Instituições, atores e políticas públicas* (Cap. 4, pp. 91– 110). IPEA.

LIMA, Laís Miranda. **O Meio Ambiente no Orçamento Público: a contribuição dos Tribunais de Contas para a efetividade das Políticas Públicas Ambientais**. Editora Dialética, 2025.

Lima, V. A importância das ONGs para o desenvolvimento das comunidades. **Jornal ((o))eco**, 2024. <https://oeco.org.br/columnas/a-importancia-das-ongs-para-o-desenvolvimento-das-comunidades/>.

LIMA FILHO, A. A.; VIEIRA, M. R. S.; LOPES, A. B.; SILVESTIM, E. G.; SILVESTIM, F. G. Impactos socioambientais da arborização de vias públicas da cidade de Manaus, AM. **Revista Ibero Americana de Ciências Ambientais**, v.12, n.10, p.443-453, 2021. DOI: <http://doi.org/10.6008/CBPC2179-6858.2021.010.0035>

LOSEKANN, Cristiana. Participação da sociedade civil na política ambiental do Governo Lula. **Ambiente & sociedade**, v. 15, p. 179-200, 2012.

LOSEKANN, Cristiana; PAIVA, Raquel Lucena. Política Ambiental Brasileira: responsabilidade compartilhada e desmantelamento. **Ambiente & Sociedade**, v. 27, p. e01764, 2024.

MACHADO PINTO, Nelson Guilherme et al. Sociedade Civil e Prioridades Orçamentárias: Análise do Enfrentamento de Catástrofes Ambientais no Rio Grande do Sul. **Redes (1414-7106)**, n. 29, 2024.

MAHEMA, Kevin Masinda. Análise de Dados Textuais em Pesquisas de Mobilidade Urbana e Transporte com IRaMuteQ. **Brasília: UnB**, 2022.

MANAF, Marcos Aurelio. **Políticas públicas de desenvolvimento regional e as desigualdades econômicas e sociais no Brasil de 2007 a 2018**. 2023. 197 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara – SP, 2023.

MARCHAND, Pascal; RATINAUD, Pierre. L'analyse de similitude appliquée aux corpus textuels: les primaires socialistes pour l'élection présidentielle française (septembre-octobre 2011). **Actes des 11eme Journées internationales d'Analyse statistique des Données Textuelles. JADT**, v. 2012, p. 687-699, 2012.

MARIANO NETO, M.; BRITO, H. C. de; PINTO FILHO, J. L. de O. Avanços e desafios para a gestão ambiental municipal no semiárido brasileiro: um estudo de caso em Encanto, Rio Grande do Norte. **Revista Gestão e Planejamento**, Salvador, v. 24, p. 312–328, 2023.

MARQUES, Marcelo de Souza; PEREIRA, Pedro Henrique Machado. Sociedade Civil e Participação: A Influência das Ongs na Democracia Brasileira. **Anais do Seminário Nacional da Pós-Graduação em Ciências Sociais-UFES**, v. 1, n. 1, 2011.

MOURA, Alexandrina Sobreira de; BEZERRA, Maria do Carmo. Governança e sustentabilidade das políticas públicas no Brasil. 2016. In A. M. M. Moura (Org.), *Governança ambiental no Brasil: Instituições, atores e políticas públicas* (Cap. 4, pp. 91– 110). IPEA.

PALUDO, Augustinho Vicente. Orçamento Público e Administração Financeira e Orçamentária e Lei de Responsabilidade Fiscal. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

PAULA, Ana Paula Paes de. **Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea**. FGV Editora, 2005.

PENAFIEL, F., REZENDE, V. A., & MARTINS, C. M. F. Políticas públicas e a construção da problemática e da agenda pública. **R. Perspectivas em Políticas Públicas** | ISSN: 2236 - 045X | V.15| N.30| jul./dez. 2022 – p.57-74.

PEREIRA– PEREIRA, Potyara Amazoneida. Política social: temas & questões. 2. ed. São Paulo, Cortez, 2009.

PINTO, Céli. A sociedade civil institucionalizada. **Política & Sociedade**, Florianópolis, n. 5, p. 99-116, 2004. Doi: <https://doi.org/10.5007/%25x>

PIRES, Roberto Rocha C.; GOMIDE, Alexandre de Avila. **Burocracia, democracia e políticas públicas: arranjos institucionais de políticas de desenvolvimento**. Texto para Discussão, 2014.

QUEIROZ, Roosevelt Brasil. Gestão pública. Curitiba: InterSaberes, 2012. 277 p.

RIBAS, João André Nascimento; DE MEZA, Maria Lucia Figueiredo Gomes. Os Conselhos Gestores de Políticas Públicas: espaços de consolidação da administração pública societal?. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 10, n. 1, p. 45-54, 2018.

RHODES, Roderick Arthur William. *Understanding governance: policy networks, governance, reflexivity and accountability*. Buckingham: Open University Press, 1997.

SABOIA, Luciana Meirelles. **Organizações da sociedade civil no Brasil: um estudo dos principais desafios de gestão**. 2019. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, University of São Paulo, São Paulo, 2019. doi:10.11606/D.12.2019.tde-06122019-122708. Acesso em: 2025-07-27.

SALGADO, Priscila Aparecida Dias. **Escola, Currículo e Interdisciplinaridade: um estudo sobre os pressupostos que constituem a prática interdisciplinar de uma escola de educação básica**. Tese (Mestrado em Educação). Universidade de Taubaté- Taubaté/SP, 2017.

SALHEB, Gleidson José Monteiro et al. Políticas públicas e meio ambiente: reflexões preliminares. **Planeta Amazônia: Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas**, n. 1, 2009.

SALVIATI, Maria Elisabeth. Manual do aplicativo IRaMuTeQ (versão 0.7 alpha 2 e R versão 3.2.3), Planaltina, 2017.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. Cengage Learning, 2017.

SILVA, Leandro Muniz Barbosa da; SILVA, Julio Pergentino da; BORGES, Maria Alice de Lira. Do global ao contexto nacional: evolução da política ambiental brasileira. **Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 6, n. 14, p. 593-608, 2019.

SILVA, Benedito Evandro Barros da; DOS SANTOS, Arthur Felipe Lima; LOUREIRO, Glauber Epifanio. Descentralização da gestão ambiental no município de Ourém, Pará, Brasil (Paper 575). **Papers do NAEA**, v. 1, n. 1, 2024.

SORRENTINO, Marcos et al. Educação ambiental como política pública. **Educação e pesquisa**, v. 31, n. 02, p. 287-299, 2005.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, p. 20-45, 2006.

TURQUETTO, Cristiano; FABRÍZIO, Cleomar Marcos. A participação da sociedade na elaboração do orçamento público municipal. **Revista de Administração**, v. 11, n. 20, p. 29-48, 2013

THOMAS, Clive S. Research guide to US and international interest groups. **(No Title)**, 2004.

UHR, Daniel de Abreu Pereira; UHR, Júlia Gallego Ziero; MUELLER, Bernardo Pinheiro Machado. Como as ONGs ambientais influenciam a política ambiental brasileira?. **Revista Brasileira de Economia**, v. 66, p. 79-98, 2012.

ULAIA, Ruben. O contributo das Organizações Não Governamentais (ONGs) na preservação do meio ambiente em Moçambique: um olhar sobre a percepção local dos munícipes de Quelimane. **Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade**, v. 12, n. 25, p. 105-126, 2023.

VIOLA, Eduardo J.; LEIS, Hector R. A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**, v. 2, p. 73-102, 1992.

WEISS, Joseph S. O papel da sociedade na efetividade da governança ambiental. 2016. In A. M. M. Moura (Org.), *Governança ambiental no Brasil: Instituições, atores e políticas públicas* (Cap. 13, pp. 329– 346). IPEA.

WU, Xu et al. Guia de políticas públicas: gerenciando processos. 2014.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso-: Planejamento e métodos**. Bookman editora, 2015.

APÊNDICES



APÊNDICE A - ROTEIRO PARA A ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA

Título: Formulação de políticas públicas ambientais alinhadas ao planejamento orçamentário da cidade de Manaus-AM, Brasil.

Problema de pesquisa: Em que medida as OSCs atuantes em Manaus influenciaram na formulação de políticas públicas ambientais e na elaboração do planejamento orçamentário municipal?

Objetivo: Analisar a influência das Organizações de Sociedade Civil (OSCs) na formulação de políticas públicas ambientais e no desenvolvimento do planejamento orçamentário municipal da cidade de Manaus-AM.

Informações Preliminares do Entrevistado:

- Cargo/Função na OSC:
- Tempo de atuação na OSC:
- Formação Acadêmica:

Perfil das Entidades Ambientais cadastradas no Mapa das OSC - IPEA de Manaus: (Esses dados serão extraídos da página oficial da entidade ou se não for possível, serão realizadas essas perguntas).

- 1)Nome da Entidade e ano de fundação:
- 2) Missão da Entidade:
- 3)Número de membros e estrutura organizacional:
- 4) Quais são as principais áreas de atuação ambiental da sua OSC em Manaus? (ex: saneamento, resíduos sólidos, conservação da biodiversidade, educação ambiental).
- 5) Quais são os principais programas ou projetos que a OSC tem desenvolvido ou operacionalizado em Manaus nos últimos anos (2016-2024)?

➡ **Participação das OSC na Formulação de políticas públicas ambientais em Manaus**

6) De que forma sua OSC participa ou busca participar da formulação de políticas públicas ambientais em Manaus? Quais canais sua OSC utiliza para essa participação (exemplo: conselhos municipais, audiências públicas, grupos de trabalho intersetoriais, contato direto com órgãos governamentais, participação em conferências, fóruns, elaboração de documentos técnicos)?

7) Poderia citar exemplos específicos de políticas públicas ambientais municipais (ou tentativas de políticas) que sua OSC buscou influenciar desde 2018?

8) Quais tipos de ações específicas sua OSC tem desenvolvido para influenciar a formulação de políticas ambientais em Manaus (exemplo: denúncias à opinião pública, condução de pesquisas e geração de conhecimento, concepção e implementação de projetos-piloto, defesa de direitos, advocacy, assessoria técnica, capacitação, mobilização social)?

9) Na sua percepção, quais atores (governamentais ou não governamentais) são os mais relevantes no processo de formulação de políticas ambientais em Manaus?

10) Na sua percepção, há abertura suficiente do poder público municipal para o diálogo e a participação da sociedade civil nas decisões relacionadas à política ambiental?

11) E como vocês percebem a receptividade dessas ideias pelos formuladores de políticas e pela opinião pública?

12) Como sua organização avalia a capacidade municipal de Manaus (exemplo: recursos humanos e materiais, estrutura administrativa) para implementar as políticas ambientais que são formuladas, ou para as quais as OSCs buscam influenciar?

13) Como a entidade avalia a relação com o poder público municipal em relação às questões ambientais?

14) A entidade estabelece parcerias com outras entidades não governamentais, governamentais, movimentos sociais, universidades, empresas ou outros atores sociais para a promoção da sustentabilidade em Manaus?

15) Você percebeu alguma mudança no espaço de participação das OSCs junto ao poder público ao longo dos últimos anos (2018–2025)? Essas mudanças foram positivas, negativas ou inexistentes?

➡ **Influência no planejamento orçamentário da cidade em questões ambientais (PPA/ LDO e LOA no período de 2018 a 2025).**

16) Sua OSC busca influenciar o planejamento orçamentário do município de Manaus em relação às questões ambientais? Se sim, de que forma (exemplo: participação em discussões sobre o Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), Orçamento Participativo, proposições a órgãos específicos, solicitação de emendas parlamentares)?

17) Houve algum resultado concreto dessa influência no orçamento municipal, como a alocação de recursos para projetos ou programas ambientais específicos que sua OSC defende? Poderia dar exemplos?

18) Sua OSC acompanha o uso dos recursos destinados a projetos ou políticas ambientais no município? Como isso é feito?

19) Há um Fundo Municipal de Meio Ambiente em Manaus? Se sim, sua OSC participa do controle ou sugestão de aplicação desses recursos?

20) Quais as dificuldades ou potencialidades na gestão desses fundos?

21) Sua organização participou do orçamento participativo que ocorreu na cidade no período de 13/04 a 27/04 para votação da elaboração do PPA 2025?

22) Sua organização esteve presente em oficinas ou reuniões voltadas à elaboração ou à formulação dos programas temáticos do PPA? Se sim, quais foram os temas abordados e qual foi o papel da OSC nesses momentos?

23) Sua organização contribuiu com o debate sobre as Diretrizes Estratégicas do PPA?

Se sim, como foi o processo de envio de propostas ou participação nesses debates? Houve retorno por parte do poder público municipal?

➡ **Desafios e limitações enfrentados pelas OSCs na formulação de políticas ambientais na cidade de Manaus-AM.**

24) Quais são os principais desafios ou limitações que sua OSC enfrenta ao tentar influenciar a formulação de políticas públicas ambientais e o planejamento orçamentário em Manaus? (exemplo: falta de recursos financeiros ou humanos, falta de acesso a tomadores de decisão, excesso de burocracia, divergência de interesses entre atores, falta de transparência, pouca vontade política, baixa qualificação técnica do pessoal do governo)

25) Em relação à dinâmica de poder, sua OSC percebe que os interesses desenvolvimentistas (ex: do agronegócio, infraestrutura) frequentemente se sobrepõem aos socioambientais na agenda municipal de Manaus? Como vocês lidam com esses conflitos?

26) Como sua organização avalia a continuidade das políticas ambientais e dos projetos no município de Manaus, considerando as mudanças de gestão política?

27) Quais mudanças ou apoios seriam necessários para que as OSCs pudessem influenciar de forma mais efetiva a formulação de políticas públicas ambientais e o planejamento orçamentário em Manaus? (exemplo: capacitação, aumento de recursos, maior transparência governamental, criação de novos espaços de diálogo, apoio técnico especializado, inclusão de mais setores da sociedade).

➡ **Perguntas alinhadas para o PTT (Produto Técnico Tecnológico):**

28) Você acredita que um sistema/plataforma digital poderia ajudar a melhorar o diálogo entre as OSCs ambientais e o poder público municipal em Manaus? Por quê?

29) Na sua visão, que funcionalidades um sistema como esse deveria ter para ser útil à sua organização? (ex: votação de prioridades, envio de propostas, consulta de recursos orçamentários, fóruns de discussão, acompanhamento de execução, agendamento de reuniões)

30) Que tipo de público você acha que participaria mais ativamente de um sistema digital de participação como esse?

31) Sua OSC já utilizou ferramentas digitais para dialogar com o poder público ou com a sociedade civil? Se sim, quais? Funcionaram bem?

32) Você vê algum risco/desafio ou benefícios na criação de um sistema participativo online entre OSCs e o poder público? (ex: manipulação, falta de retorno, burocracia, dificuldade de acesso, desinformação)

33) Se existisse uma plataforma digital onde OSCs pudessem propor e priorizar ideias para políticas ambientais ou ações do orçamento municipal, sua organização participaria? O que incentivaria ou dificultaria essa participação?

➡ 34) **Considerações finais:** Há algo mais que você gostaria de adicionar sobre a influência das OSCs nas políticas ambientais e no orçamento de Manaus, ou sobre os desafios e oportunidades que sua organização vivencia?

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre Esclarecido

O(A) Sr(a) está sendo convidado a participar do projeto de pesquisa **Formulação de políticas públicas ambientais alinhadas ao planejamento orçamentário da cidade de Manaus-AM, Brasil**, cujo pesquisador responsável é o Mestrando em Administração Pública, **Geovane Franco Alfonso**, sob orientação do Prof. Dr. Jurandir Moura Dutra. O objetivo da pesquisa é analisar a influência das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) na formulação de políticas públicas ambientais e no planejamento orçamentário municipal da cidade de Manaus-AM, bem como identificar desafios relacionados à participação dessas organizações e propor um instrumento de apoio à articulação entre OSCs e poder público.

O(A) Sr(a) está sendo convidado por representar uma OSC com atuação na área ambiental no município de Manaus-AM, identificada por meio do Mapa das Organizações da Sociedade Civil (Mapa das OSCs/IPEA) e com situação cadastral ativa junto ao Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

Caso concorde em participar, será realizada uma entrevista semiestruturada com duração aproximada de 40 a 60 minutos, em formato presencial ou virtual, conforme sua preferência. A entrevista abordará temas relacionados à atuação da organização, sua interação com o poder público e sua participação em processos relacionados às políticas públicas ambientais.

Com sua autorização, a entrevista será gravada em áudio para fins de registro, transcrição e análise dos dados. As gravações e demais informações coletadas serão armazenadas em ambiente seguro, com acesso restrito ao pesquisador, sendo utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos.

Sua participação é voluntária. Você poderá recusar participar ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem qualquer prejuízo pessoal, profissional ou institucional. Também poderá deixar de responder perguntas que lhe causem desconforto.

Os riscos desta pesquisa são considerados mínimos e estão relacionados a eventual desconforto ao responder determinadas perguntas ou à exposição indireta de opiniões institucionais. Para minimizar esses riscos, será garantido o sigilo das

informações, a confidencialidade dos dados e a não identificação dos participantes e das organizações nas publicações decorrentes da pesquisa.

Como benefícios, espera-se contribuir para a produção de conhecimento sobre a participação das OSCs ambientais em Manaus, bem como subsidiar reflexões sobre o fortalecimento da governança ambiental e da participação social nas políticas públicas. Ao final do estudo, será apresentado um Produto Técnico-Tecnológico voltado ao apoio da articulação entre OSCs e poder público municipal.

Caso haja despesas diretamente relacionadas à participação na pesquisa, estas serão ressarcidas mediante comprovação, conforme previsto na Resolução CNS nº 466/2012. Também estão assegurados os direitos à assistência integral e à indenização em caso de danos decorrentes da pesquisa, nos termos da legislação vigente.

O(A) Sr(a). pode entrar em contato com o pesquisador responsável Geovane Franco Alfonso a qualquer tempo para informação adicional no endereço: Av. Gen. Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 3.000 – Coroado. Campus Universitário, Setor Norte, Bloco da FES. CEP: 69077-000 – Manaus/AM, telefone (67) 99853-2255, e-mail: geovane.franco@ufam.edu.br.

O(A) Sr(a). também pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Amazonas (CEP/UFAM) e com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), quando pertinente. O CEP/UFAM fica na Escola de Enfermagem de Manaus (EEM/UFAM) - Sala 07, Rua Teresina, 495 – Adrianópolis – Manaus – AM, Fone: (92) 3305-1181 Ramal 2004, E-mail: cep@ufam.edu.br. O CEP/UFAM é um colegiado multi e transdisciplinar, independente, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Quando a coleta de dados ocorrer em ambiente virtual, o(a) participante será orientado(a) a guardar, em seus arquivos pessoais, uma cópia eletrônica deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, como forma de registro de sua anuência, conforme orientações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

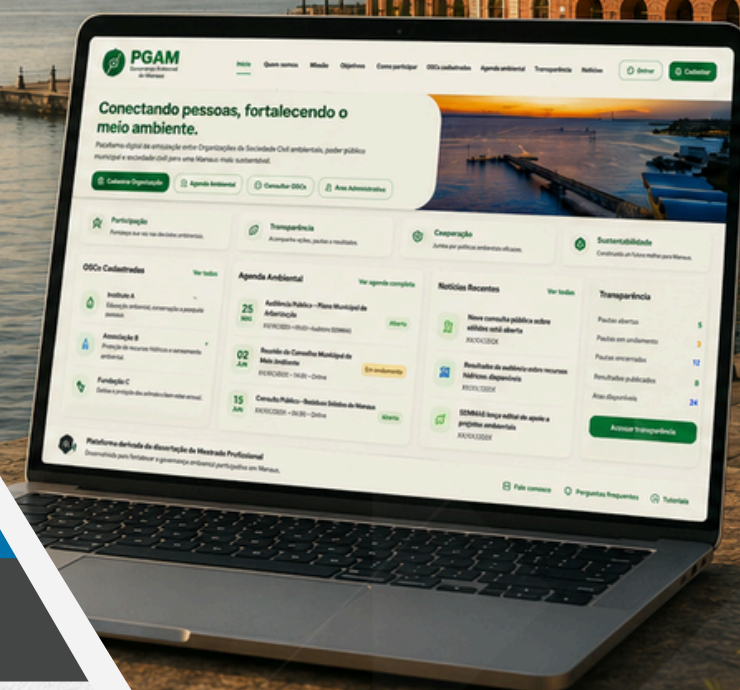
CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Declaro que **li este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**, que recebi todas as informações necessárias sobre a pesquisa, tive a oportunidade de esclarecer minhas dúvidas e **concordo voluntariamente em participar da pesquisa**, estando ciente de que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem qualquer prejuízo.

Manaus-AM, ____/____/____

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador Responsável



PLATAFORMA DE GOVERNANÇA AMBIENTAL DE MANAUS

Proposta para fortalecimento da comunicação institucional, transparência e participação das OSCs ambientais

PLATAFORMA DE GOVERNANÇA AMBIENTAL DE MANAUS: Proposta para fortalecimento da comunicação institucional, transparência e participação das OSCs ambientais

Relatório técnico apresentado pelo mestrando **Geovane Franco Alfonso** ao Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede, sob orientação do docente **Prof. Dr. Jurandir Moura Dutra**, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Administração Pública.



SUMÁRIO

Contexto de aplicação da proposta 04

Público-alvo da proposta 05

Situação problema 06

Objetivo da proposta 08

PTT – Proposta de Intervenção 09

Autoria da Proposta 15

Referências 16

Protocolo de Entrega da Proposta aos Praticantes 17

CONTEXTO DE APLICAÇÃO DA PROPOSTA

A presente proposta está inserida no contexto da governança ambiental do município de Manaus-AM, cidade localizada no coração da Amazônia e que enfrenta desafios relacionados à gestão ambiental urbana, incluindo questões associadas ao saneamento básico, gestão de resíduos sólidos, arborização urbana e promoção do desenvolvimento sustentável (ITB, 2025; ABREMA, 2024; Lima Filho et al., 2021). Nesse cenário, torna-se relevante fortalecer mecanismos institucionais capazes de ampliar a interlocução entre o poder público municipal e os diferentes atores da sociedade civil organizada que atuam na temática ambiental.

A proposição resulta da dissertação intitulada “Formulação de Políticas Públicas Ambientais Alinhadas ao Planejamento Orçamentário da Cidade de Manaus, Brasil”, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP/UFAM). O estudo investigou a atuação das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) ambientais nos processos relacionados à formulação de políticas públicas ambientais e ao planejamento orçamentário municipal.

O contexto institucional da proposta está relacionado à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMMAS), órgão responsável pela coordenação das políticas ambientais do município de Manaus, bem como às Organizações da Sociedade Civil com atuação na temática ambiental. A proposta insere-se, portanto, no âmbito das relações estabelecidas entre poder público e sociedade civil organizada, especialmente nos processos relacionados à participação social, transparência pública e governança ambiental.

Embora a legislação brasileira contemple mecanismos de participação social, como audiências públicas, conselhos gestores, consultas públicas e instrumentos de planejamento participativo, a literatura destaca que a efetividade desses espaços

depende da existência de canais permanentes de comunicação, transparência e colaboração entre Estado e sociedade civil (Paula, 2005; Marques; Pereira, 2011; Moura; Bezerra, 2016).

Sob a perspectiva teórica adotada nesta pesquisa, a proposta fundamenta-se no Modelo Societal da Administração Pública, desenvolvido por Paula (2005), que defende uma gestão pública orientada pela ampliação da participação social e pela construção de processos deliberativos envolvendo atores governamentais e não governamentais. Nesse modelo, a sociedade civil organizada desempenha papel relevante na formulação, acompanhamento e aperfeiçoamento das políticas públicas.

A proposta apresenta alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, especialmente os ODS 6 (Água Potável e Saneamento), ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis), ODS 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima), ODS 14 (Vida na Água), ODS 15 (Vida Terrestre) e ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes), por contribuir para o fortalecimento da transparência pública, da participação social e da governança ambiental em nível municipal.

Nesse contexto, propõe-se a Plataforma de Governança Ambiental de Manaus (PGAM), concebida como um Produto Técnico-Tecnológico voltado ao apoio dos processos de comunicação institucional, transparência pública e participação social relacionados à governança ambiental municipal.

PÚBLICO-ALVO DA PROPOSTA

A Plataforma de Governança Ambiental de Manaus (PGAM) tem como público-alvo principal a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMMAS), órgão responsável pela coordenação das políticas ambientais do município de Manaus. A escolha da SEMMAS decorre de sua competência institucional e capacidade administrativa para implementar, gerenciar e supervisionar a utilização da plataforma, atuando como praticante-líder da proposta.

Como público-alvo secundário, destacam-se as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) com atuação ambiental em Manaus,

que poderão utilizar a plataforma para acompanhar agendas públicas, acessar informações institucionais, participar de consultas públicas e encaminhar propostas relacionadas às políticas públicas ambientais municipais.

De forma complementar, a proposta beneficia a sociedade civil em geral por meio do acesso a conteúdos públicos relacionados à transparência, participação social e acompanhamento das ações ambientais desenvolvidas pelo município.

PRATICANTE-LIDER

Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMMAS)

- Administrar a PGAM;
- Validar OSCs cadastradas;
- Publicar agendas ambientais;
- Disponibilizar documentos institucionais;
- Gerenciar informações da plataforma.

BENEFICIÁRIOS DA PROPOSTA

OSCs Ambientais e Sociedade Civil

- Acesso às agendas públicas;
- Consulta a documentos e informações;
- Ampliação dos canais de diálogo;
- Maior visibilidade das pautas ambientais;
- Fortalecimento da transparência institucional.

DADOS

➤ PÚBLICO-ALVO PRIMÁRIO SEMMAS

- Gestão da plataforma
- Administração dos conteúdos
- Validação institucional
- Transparência ativa

➤ PÚBLICO-ALVO SECUNDÁRIO OSCs Ambientais

- Acompanhamento de agendas
- Participação institucional
- Consulta de documentos
- Interação com o poder público

SITUAÇÃO PROBLEMA: Diagnóstico

O diagnóstico que fundamenta a proposição deste Produto Técnico-Tecnológico foi construído a partir da análise de entrevistas realizadas com representantes de Organizações da Sociedade Civil (OSCs) ambientais atuantes no município de Manaus-AM. Para o tratamento dos dados foram utilizadas análises lexicais realizadas no software IRaMuTeQ, por meio da Classificação Hierárquica Descendente (CHD), Análise Fatorial de Correspondência (AFC) e Análise de Similitude, complementadas pela Análise de Conteúdo Temática proposta por Bardin (2016).

Os resultados evidenciaram que, embora as OSCs demonstrem interesse em participar dos processos relacionados às políticas públicas ambientais, sua atuação ocorre em um contexto marcado por dificuldades de comunicação institucional, limitações de acesso às informações públicas e fragilidades na articulação com o poder público municipal. Os entrevistados relataram

obstáculos relacionados ao acompanhamento das ações governamentais, à divulgação de agendas participativas, ao acesso a consultas públicas e à participação nos processos decisórios relacionados à temática ambiental.

Também foram identificadas limitações relacionadas à influência das OSCs nos processos de planejamento e acompanhamento das políticas ambientais, bem como dificuldades para manter canais permanentes de interação entre sociedade civil e gestão pública. De forma geral, os resultados indicaram que os principais desafios observados estão associados à comunicação institucional, à transparência das informações e à articulação entre os diferentes atores envolvidos na governança ambiental municipal.

O encadeamento lógico entre os resultados da pesquisa e a proposição do Produto Técnico-Tecnológico é apresentado na Figura 1.

Figura 1: encadeamento lógico: da pesquisa ao Produto Técnico-Tecnológico



Fonte: Elaborado pelo autor (2026)

Conforme ilustrado na Figura 1, as evidências obtidas na pesquisa permitiram identificar um conjunto de problemas relacionados à comunicação institucional, ao acesso às informações públicas, à participação nos processos decisórios e à articulação entre OSCs e poder público municipal.

A partir desse diagnóstico foi identificada a necessidade de fortalecimento dos mecanismos de comunicação, transparência e participação, direcionando a definição da linha de intervenção adotada neste trabalho.

Análise

A análise dos resultados indica que os desafios identificados pelas OSCs ambientais de Manaus não decorrem da inexistência de mecanismos formais de participação, mas de limitações relacionadas à efetividade desses mecanismos e à capacidade de articulação entre sociedade civil e poder público municipal. Embora existam conselhos, audiências públicas, consultas e outros espaços participativos, os entrevistados relataram dificuldades relacionadas à continuidade do diálogo institucional, ao acesso às informações e ao acompanhamento das ações governamentais.

Sob a perspectiva das políticas públicas, a participação social constitui elemento relevante para a construção de soluções voltadas aos problemas coletivos (Souza, 2006; Secchi, 2017). Entretanto, os resultados da pesquisa demonstraram que a existência de espaços participativos não garante, por si só, a incorporação efetiva das contribuições da sociedade civil aos processos decisórios. Os achados também evidenciaram limitações relacionadas ao acesso às informações públicas e à transparência das ações governamentais, aspectos considerados fundamentais para o fortalecimento do controle social e da governança pública.

A análise dos resultados também dialoga com os pressupostos do Modelo Societal da Administração Pública proposto por Paula (2005), segundo o qual o fortalecimento da participação social depende da ampliação dos mecanismos de interação entre Estado e sociedade civil. Nesse contexto, os dados obtidos indicam que a comunicação institucional, a circulação de informações e a articulação entre os diferentes atores ainda representam desafios para a consolidação de uma governança ambiental mais participativa no município de Manaus.

Linha de intervenção

A partir do diagnóstico realizado e da análise dos resultados obtidos, verificou-se que diferentes estratégias poderiam ser adotadas para enfrentar os desafios identificados, tais como a ampliação dos espaços participativos, a realização de programas de capacitação ou a criação de fóruns permanentes de diálogo. Contudo, considerando os achados da pesquisa e as percepções manifestadas pelos entrevistados, optou-se pela adoção de uma linha de intervenção baseada no desenvolvimento de uma solução tecnológica voltada ao fortalecimento da comunicação institucional, da transparência pública e da participação social.

Essa escolha fundamenta-se na compreensão de que parte significativa das limitações identificadas está relacionada à fragmentação dos fluxos de informação, à dificuldade de acesso às agendas públicas, à baixa divulgação das oportunidades de participação e à inexistência de mecanismos permanentes de interação entre OSCs e poder público municipal.

Nesse contexto, propõe-se a Plataforma de Governança Ambiental de Manaus (PGAM), concebida como uma ferramenta digital destinada a apoiar os processos de comunicação, transparência, participação e articulação institucional relacionados às políticas públicas ambientais do município.

A plataforma busca centralizar informações de interesse público, divulgar agendas e consultas públicas, disponibilizar documentos institucionais e criar canais de interação entre Organizações da Sociedade Civil (OSCs), gestão pública e sociedade civil.

Dessa forma, a PGAM não se apresenta como substituta dos mecanismos formais de participação já existentes, mas como instru-

mento complementar de apoio à governança ambiental participativa. Sua proposição representa a materialização prática dos achados desta pesquisa, transformando evidências empíricas em uma proposta de intervenção alinhada às necessidades identificadas no contexto da gestão ambiental municipal de Manaus.

OBJETIVOS DA PROPOSTA

A presente proposta tem como objetivo desenvolver a Plataforma de Governança Ambiental de Manaus (PGAM), concebida como uma ferramenta digital de apoio à governança ambiental participativa, destinada a fortalecer a comunicação institucional, ampliar a transparência das informações públicas e estimular a participação das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) ambientais nos processos relacionados às políticas públicas ambientais do município de Manaus.

Para alcançar esse propósito, a proposta busca:

- **Disponibilizar um ambiente digital capaz de centralizar informações de interesse público relacionadas à temática ambiental, promovendo maior integração entre sociedade civil e gestão municipal.**
- **Facilitar o acesso a documentos institucionais, consultas públicas, reuniões, audiências, conselhos ambientais, notícias, eventos e demais informações relevantes para a atuação das OSCs ambientais no município de Manaus.**
- **Apoiar a transparência institucional e estimular a participação social, disponibilizando funcionalidades que permitam maior aproximação entre OSCs e poder público municipal, sem substituir os mecanismos formais de participação já existentes.**
- **Estimular a participação social mediante a disponibilização de mecanismos que ampliem a interação entre OSCs e poder público municipal, sem substituir os instrumentos formais de participação já existentes;**
- **Favorecer a divulgação das ações desenvolvidas pelas OSCs ambientais, ampliando a circulação de informações e fortalecendo a articulação entre os diferentes atores envolvidos na governança ambiental local;**
- **Contribuir para o fortalecimento dos fluxos de comunicação e compartilhamento de informações entre sociedade civil organizada e gestão pública ambiental.**

Dessa forma, a PGAM materializa a linha de intervenção definida nesta pesquisa ao transformar os achados empíricos em uma solução tecnológica voltada ao fortalecimento da comunicação institucional, da transparência pública e da participação social no contexto da governança ambiental do município de Manaus.

PLATAFORMA DE GOVERNANÇA AMBIENTAL DE MANAUS

Proposta para fortalecimento da comunicação institucional, transparência e participação das OSCs ambientais

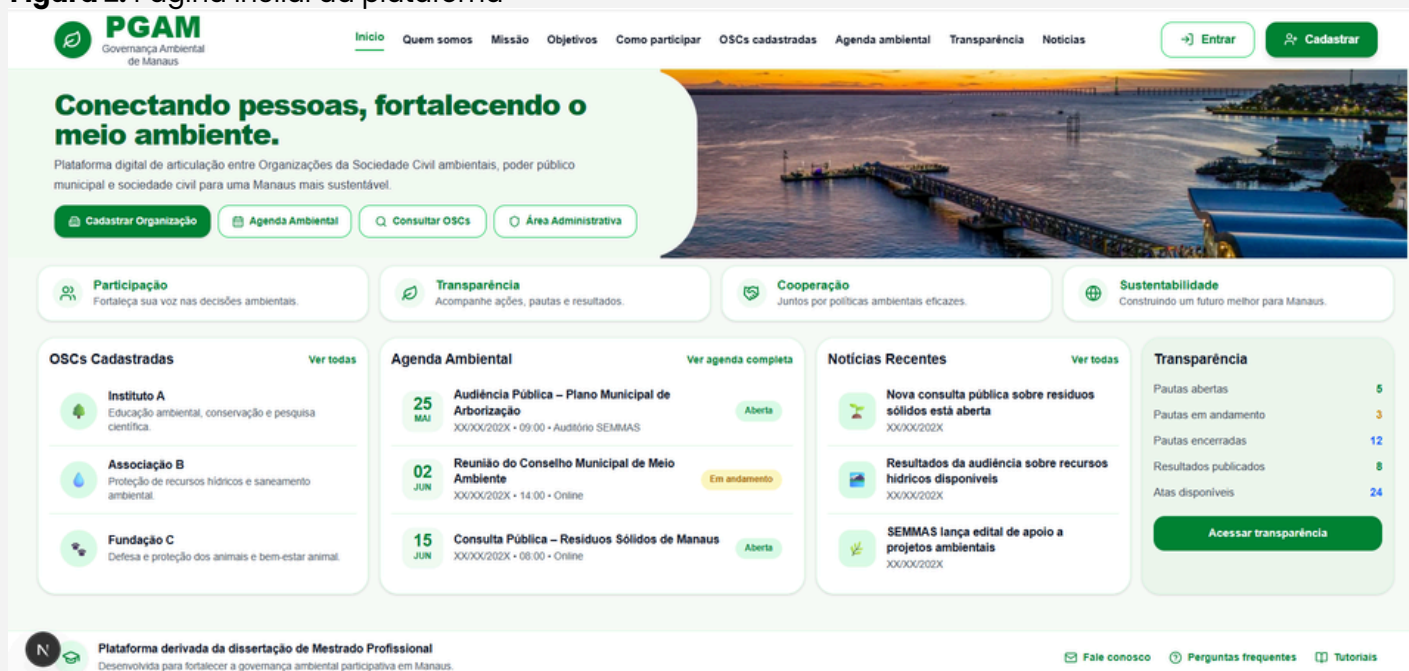
A proposta de intervenção desenvolvida nesta pesquisa consiste na criação da Plataforma de Governança Ambiental de Manaus (PGAM), concebida como uma ferramenta digital de apoio à comunicação institucional, à transparência pública e à participação social no contexto das políticas públicas ambientais do município de Manaus-AM.

A proposição deriva diretamente dos resultados obtidos na pesquisa, que evidenciaram dificuldades relacionadas à comunicação entre Organizações da Sociedade Civil (OSCs) ambientais e o poder público municipal, limitações no acesso às informações públicas, fragilidades na divulgação de agendas institucionais e participação limitada das OSCs nos processos relacionados à formulação e acompanhamento das políticas públicas ambientais.

Considerando que a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMMAS) foi identificada como o praticante-líder da proposta, a plataforma foi estruturada para apoiar as atividades institucionais da secretaria, ao mesmo tempo em que amplia os mecanismos de interação com as OSCs ambientais e com a sociedade civil.

A PGAM não pretende substituir os instrumentos formais de participação já existentes, como conselhos, audiências públicas e consultas públicas. Sua finalidade consiste em atuar como instrumento complementar de apoio à governança ambiental participativa, fortalecendo os fluxos de comunicação, transparência e compartilhamento de informações entre os atores envolvidos.

Figura 2: Página inicial da plataforma



Fonte: Elaborado pelo autor (2026)

ESTRUTURA DA PLATAFORMA

A Plataforma de Governança Ambiental de Manaus (PGAM) foi concebida como uma aplicação web responsiva, desenvolvida para possibilitar o acesso por meio de computadores, tablets e dispositivos móveis conectados à internet. Sua estrutura foi planejada com o objetivo de atender diferentes perfis de usuários e apoiar os processos de comunicação institucional, transparência pública e participação social relacionados à governança ambiental municipal.

Para atender às necessidades identificadas ao longo da pesquisa, a arquitetura funcional da plataforma foi organizada em quatro ambientes principais:

- (i) Área Pública;
- (ii) Área das Organizações da Sociedade Civil (OSCs);
- (iii) Área Administrativa da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMMAS); e
- (iv) Área do Administrador Master.

A plataforma foi organizada em quatro ambientes com diferentes níveis de acesso, permitindo atender às necessidades da sociedade civil, das OSCs ambientais e da administração pública municipal.

A página inicial da plataforma foi concebida para funcionar como o principal ambiente público de acesso às informações relacionadas à governança ambiental municipal. Nesse espaço são disponibilizadas notícias institucionais, agendas ambientais, consultas públicas, informações sobre as OSCs cadastradas e conteúdos relacionados à participação social, permitindo ampliar a transparência e facilitar o acesso da sociedade às informações de interesse coletivo.

Área Pública da Plataforma

Nesse ambiente são disponibilizadas informações relacionadas às políticas públicas ambientais, notícias institucionais, consultas públicas, agendas ambientais, oportunidades de participação social e informações sobre as OSCs cadastradas.

A página inicial foi desenvolvida para funcionar como um ponto central de divulgação das ações ambientais municipais, permitindo que qualquer cidadão acompanhe informações de interesse coletivo sem necessidade de cadastro prévio.

Entre os recursos disponibilizados destacam-se:

- Agenda Ambiental;
- Notícias Institucionais;
- Transparência Pública;
- Divulgação das OSCs cadastradas;
- Consultas Públicas;
- Informações sobre participação social.

Ambiente das OSCs

O ambiente das OSCs constitui o principal espaço de interação institucional da plataforma. O acesso ocorre mediante cadastro e validação prévia realizada pela administração da plataforma, garantindo a identificação institucional dos usuários participantes.

Nesse ambiente as organizações podem:

- Atualizar informações institucionais;
- Consultar agendas ambientais;
- Receber notificações;
- Acessar documentos;
- Solicitar participação em eventos;
- Acompanhar demandas registradas;
- Interagir com o poder público municipal.

Figura 3: Painel principal da OSC

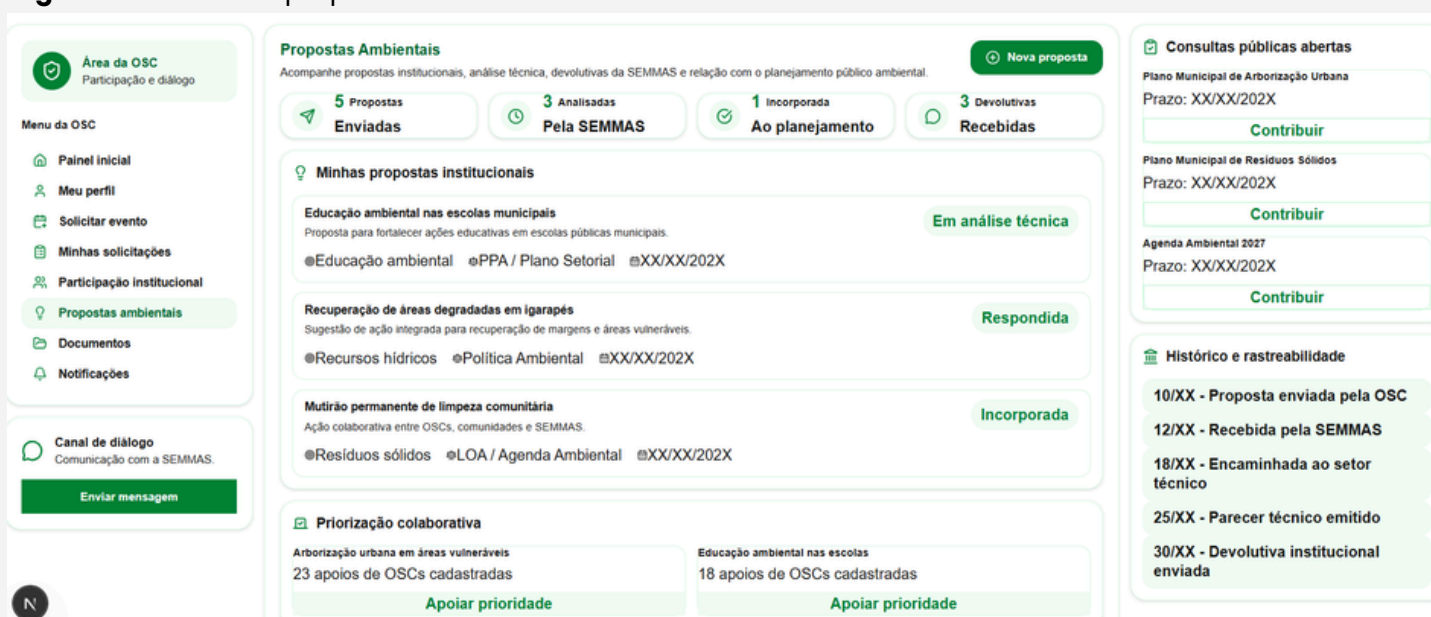


Fonte: Elaborado pelo autor (2026)

Após a aprovação do cadastro, a organização passa a acessar o painel institucional da plataforma. Esse ambiente concentra as principais funcionalidades destinadas às OSCs ambientais, reunindo informações relacionadas à participação institucional, documentos, notificações, consultas públicas e contribuições realizadas junto ao poder público municipal.

Entre as funcionalidades disponibilizadas às OSCs destaca-se o módulo de Propostas Ambientais, desenvolvido para possibilitar o encaminhamento formal de contribuições institucionais relacionadas às políticas públicas ambientais do município de Manaus.

Figura 4: Módulo de propostas ambientais



Fonte: Elaborado pelo autor (2026)

O formulário foi estruturado para registrar propostas institucionais de forma padronizada, permitindo a identificação do problema observado, a descrição da proposta de intervenção, a justificativa institucional, os resultados esperados e sua vinculação aos instrumentos de planejamento governamental, como PPA, LDO e LOA.

Adicionalmente, a interface disponibiliza orientações para preenchimento das informações e apresenta o fluxo institucional previsto após o envio da proposta, contemplando protocolo, análise técnica, devolutiva institucional e registro para fins de transparência pública.

Figura 5: Formulário de submissão de propostas ambientais

Fonte: Elaborado pelo autor (2026)

Para o envio de novas contribuições, foi desenvolvido um formulário específico contendo campos destinados à identificação da proposta, descrição do problema observado, justificativa institucional, proposta de intervenção, resultados esperados e vinculação aos instrumentos de planejamento governamental, como Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA).

Para o envio de novas contribuições, foi desenvolvido um formulário específico contendo campos destinados à identificação da proposta, descrição do problema observado, justificativa institucional, proposta de intervenção, resultados esperados e vinculação aos instrumentos de planejamento governamental, como Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA).

Área administrativa da SEMMAS

A área administrativa da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMMAS) foi desenvolvida para apoiar a gestão operacional da Plataforma de Governança Ambiental de Manaus (PGAM). Esse ambiente concentra funcionalidades destinadas ao gerenciamento dos usuários cadastrados, monitoramento das interações realizadas na plataforma, publicação de conteúdos institucionais e acompanhamento das solicitações encaminhadas pelas Organizações da Sociedade Civil (OSCs).

O acesso ao módulo administrativo ocorre mediante autenticação prévia e autorização institucional, sendo restrito aos usuários responsáveis pela administração da plataforma. Sua estrutura foi concebida para fornecer uma visão consolidada das atividades desenvolvidas no ambiente digital, contribuindo para a organização dos fluxos de comunicação e participação previstos na proposta.

114

O painel administrativo reúne indicadores relacionados ao funcionamento da plataforma, incluindo informações sobre OSCs cadastradas, solicitações pendentes, eventos em análise e atividades recentes registradas pelos usuários.

Além dos indicadores gerenciais, o ambiente disponibiliza acesso aos módulos responsáveis pela administração dos conteúdos públicos da plataforma, publicação de notícias institucionais, gerenciamento de usuários, acompanhamento das solicitações encaminhadas pelas OSCs e monitoramento das atividades desenvolvidas no sistema.

Entre as atribuições previstas para esse perfil destacam-se:

- Aprovação de cadastros de OSCs;
- Gerenciamento de conteúdos institucionais;
- Publicação de agendas e eventos ambientais;
- Administração das informações públicas disponibilizadas na plataforma;
- Monitoramento das interações realizadas pelos usuários.

Figura 6: Painel administrativo da SEMMAS

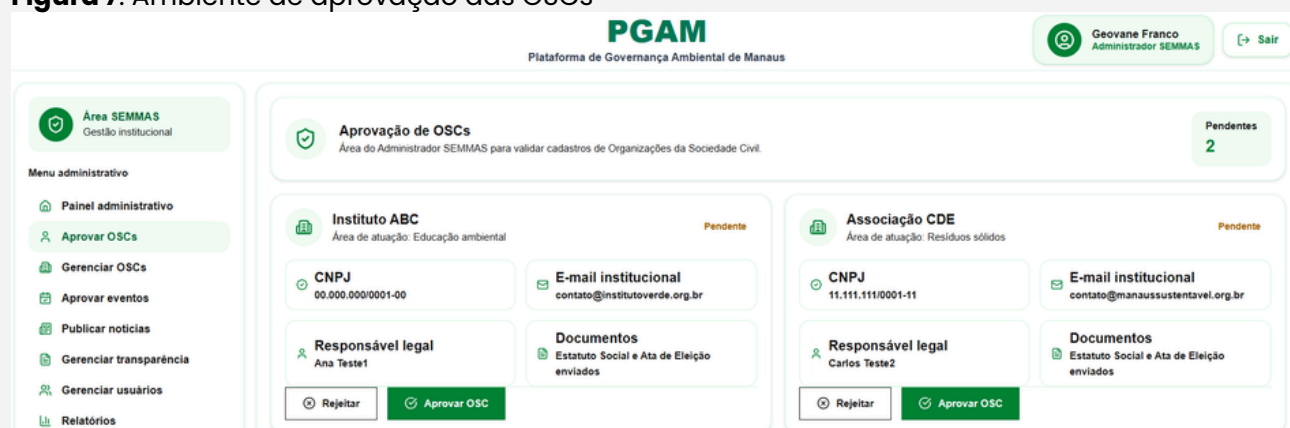


Fonte: Elaborado pelo autor (2026)

Como mecanismo de controle institucional, foi desenvolvido um módulo específico destinado à análise e aprovação dos cadastros submetidos pelas Organizações da Sociedade Civil interessadas em utilizar os ambientes restritos da plataforma.

Esse procedimento busca assegurar que apenas organizações previamente identificadas tenham acesso às funcionalidades institucionais do sistema, contribuindo para a rastreabilidade das interações e para a organização dos fluxos administrativos previstos na proposta.

Figura 7: Ambiente de aprovação das OSCs



Fonte: Elaborado pelo autor (2026)

Área Administrador MASTER

Complementando a estrutura de governança da plataforma, foi desenvolvido um perfil específico denominado Administrador Master. Esse perfil possui atribuições relacionadas à gestão dos usuários administrativos e ao controle dos acessos institucionais da plataforma.

A criação desse ambiente busca estabelecer uma camada adicional de governança interna, diferenciando as atividades operacionais executadas pelos administradores da SEMMAS das atividades relacionadas à administração geral do sistema.

Figura 8: Painel do administrador MASTER



Fonte: Elaborado pelo autor (2026)

O Administrador Master é responsável pela supervisão dos acessos administrativos da plataforma, podendo analisar solicitações de cadastro de novos administradores, autorizar usuários institucionais e acompanhar a estrutura de permissões do sistema.

Para apoiar esse processo foi desenvolvido um módulo específico destinado à análise e aprovação dos pedidos de cadastro realizados por usuários que pretendam atuar como administradores institucionais da plataforma.

Essa separação de responsabilidades contribui para a definição de níveis diferenciados de acesso e reforça os mecanismos de controle previstos na arquitetura funcional da PGAM.

A existência desse procedimento busca evitar a concessão indiscriminada de privilégios administrativos, fortalecendo os mecanismos de governança interna e contribuindo para a segurança e organização dos fluxos operacionais do sistema.

Figura 9: Ambiente de aprovação dos administradores



Fonte: Elaborado pelo autor (2026)

Estratégia de Implementação da Proposta

A implementação da Plataforma de Governança Ambiental de Manaus (PGAM) foi estruturada em etapas sequenciais que visam orientar sua operacionalização no âmbito da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMMAS). A estratégia proposta busca transformar os resultados obtidos nesta pesquisa em uma ferramenta de apoio à comunicação institucional, à transparência pública e à participação das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) ambientais nos processos relacionados à governança ambiental municipal.

Quadro 1: Etapas para implementação.

Etapas	Objetivo
Diagnóstico	Identificação dos problemas relacionados à comunicação, transparência e participação das OSCs ambientais.
Desenvolvimento da PGAM	Construção do protótipo da plataforma com base nos achados da pesquisa.
Institucionalização	Definição da SEMMAS como responsável pela administração e gestão da plataforma.
Adesão das OSCs	Cadastro e validação das organizações participantes.
Operação da Plataforma	Disponibilização das funcionalidades voltadas à comunicação, transparência e participação institucional.
Monitoramento e Aperfeiçoamento	Acompanhamento da utilização da plataforma e identificação de oportunidades de melhoria.

Fonte: Elaborado pelo autor (2026)

Conforme apresentado, a primeira etapa corresponde ao diagnóstico realizado durante a pesquisa, que identificou limitações relacionadas à comunicação institucional, ao acesso às informações públicas e à participação das OSCs nos processos relacionados às políticas públicas ambientais. Com base nesses achados, foi desenvolvido o protótipo da Plataforma de Governança Ambiental de Manaus (PGAM), concebido como instrumento de apoio à governança ambiental participativa.

Em seguida, recomenda-se a institucionalização da plataforma junto à SEMMAS, órgão responsável pela coordenação da

política ambiental municipal e praticante-líder da proposta. Após essa etapa, as OSCs interessadas poderão realizar seu cadastramento e solicitar acesso ao ambiente institucional da plataforma, possibilitando sua participação nos mecanismos de comunicação e interação previstos.

Por fim, a operacionalização da PGAM deverá ser acompanhada por ações de monitoramento contínuo, permitindo avaliar sua utilização, identificar oportunidades de aperfeiçoamento e contribuir para o fortalecimento da transparência pública, da participação social e da governança ambiental no município de Manaus.

AUTORIA DA PROPOSTA

Geovane Franco Alfonso

Mestrando em Administração pública (UFAM)
E-mail: geovane.franco@ufam.edu.br

Prof. Dr. Jurandir Moura Dutra

E-mail: jurandir.dutra@ufam.edu.br

Manaus-AM, 15 de junho de 2026.

REFERÊNCIAS

ABREMA – Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. ISLU – Índice de Sustentabilidade da Limpeza Urbana. 2024. Disponível em: <https://www.abrema.org.br/islu/>. Acesso em: 10 jul. 2025.

INSTITUTO TRATA BRASIL. Ranking do Saneamento 2025. 2025. Disponível em: <https://tratabrasil.org.br/ranking-do-saneamento-2025/>. Acesso em: 26 jul. 2025.

LIMA FILHO, A. A.; VIEIRA, M. R. S.; LOPES, A. B.; SILVESTREIM, E. G.; SILVESTREIM, F. G.. Impactos socioambientais da arborização de vias públicas da cidade de Manaus, AM. Revista Ibero Americana de Ciências Ambientais, v.12, n.10, p.443-453, 2021. DOI: <http://doi.org/10.6008/CBPC2179-6858.2021.010.0035>

MARQUES, Marcelo de Souza; PEREIRA, Pedro Henrique Machado. Sociedade Civil e Participação: A Influência das Ongs na Democracia Brasileira. Anais do Seminário Nacional da Pós-Graduação em Ciências Sociais-UFES, v. 1, n. 1, 2011.

MOURA, Alexandrina Sobreira de; BEZERRA, Maria do Carmo. Governança e sustentabilidade das políticas públicas no Brasil. 2016.. In A. M. M. Moura (Org.), Governança ambiental no Brasil: Instituições, atores e políticas públicas (Cap. 4, pp. 91– 110). IPEA.

PAULA, Ana Paula Paes de. Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea. FGV Editora, 2005.

PROTOCOLO DE ENTREGA DA PROPOSTA AOS PRATICANTES

A
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Manaus – SEMMAS
Manaus – Amazonas

Pelo presente, encaminhamos o produto técnico-tecnológico intitulado “**Plataforma de Governança Ambiental de Manaus (PGAM)**”: proposta para fortalecimento da comunicação institucional, transparência e participação das OSCs ambientais”, derivado da dissertação de mestrado “**Formulação de Políticas Públicas Ambientais alinhadas ao planejamento orçamentário da cidade de Manaus, Brasil**”, de autoria de Geovane Franco Alfonso, sob orientação do Prof. Dr. Jurandir Moura Dutra.

Os documentos citados foram desenvolvidos no âmbito do Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP), da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

O produto apresentado consiste em um protótipo funcional de plataforma digital voltado ao fortalecimento da comunicação institucional, da transparência pública e da participação social no contexto da governança ambiental municipal. A proposta foi concebida a partir dos resultados obtidos na pesquisa realizada com representantes de Organizações da Sociedade Civil ambientais atuantes em Manaus-AM, buscando contribuir para a ampliação dos mecanismos de interação entre sociedade civil e poder público municipal.

Solicitamos, por gentileza, que ações voltadas à implementação desta proposição sejam informadas à Coordenação Local do PROFIAP, por meio do endereço profiap@ufam.edu.br.

Manaus-AM, 16 de julho de 2026.

Registro de recebimento

Paulo Roberto de Faria Pinto

Diretor de Departamento de Mudanças Climáticas e Áreas protegidas (DMCAP)
Secretária Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Manaus – SEMMAS
Manaus – Amazonas

Discente: Geovane Franco Alfonso, Mestrando em
Administração Pública

Orientador: Jurandir Moura Dutra, Doutor em
Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Data de finalização do documento: 15/06/2026